



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

III Sessão Legislativa

Diário da ALRAA Número: 69

Horta, quarta-feira, 19 de setembro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião com a **Interpeleção ao Governo Regional sobre “Mar, Ciência e Tecnologia”**,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a intervenção inicial da Deputada Zuraída Soares (BE), interveio no debate o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (PSD), Alonso Miguel (CDS-PP), José Contente (PS), Zuraída Soares (BE), João Corvelo (PCP), Luís Garcia (PSD), Paulo Estêvão (PPM), José Ávila (PS), Artur Lima (CDS-PP), Jaime Vieira (PSD) e Mário Tomé (PS).

De seguida iniciou-se o debate sobre o **Projeto de Resolução n.º 81/XI – “Construção de um cais de cruzeiros na ilha Terceira, no molhe norte do Porto da Praia da Vitória”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro (PSD), proferiram intervenções os Srs. Deputados António Parreira (PS), Paulo Mendes (BE), Artur Lima (CDS-PP) e João Corvelo (PCP).

O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Por fim foi apresentado e debatido o [Projeto de Resolução n.º 78/XI – “Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do Grupo Central e restabelecimento da ligação entre a Calheta de São Jorge e o Porto das Pipas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), usaram da palavra os Deputados Jorge Paiva (*CDS-PP*), António Pedroso (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Ricardo Ramalho (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Ávila (*PS*), bem como a Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

O diploma em apreço foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto o Deputado Luís Rendeiro (*PSD*) e o Deputado André Rodrigues (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 22 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Vou passar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Sabrina Marília Coutinho Furtado **Furtado**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Alonso Teixeira **Miguel**

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Rute Isabel Rodrigues Dias **Gregório**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Esta nossa manhã está reservada ao ponto 2 da nossa Agenda **Interpelação ao Governo Regional sobre “Mar, Ciência e Tecnologia”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos são aqueles que utilizamos nesta figura regimental, neste caso o BE, O PS e o Governo dispõem de 32 minutos, o PSD, 24 minutos, o CDS, 15 minutos e o PCP e o PPM, 10 minutos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Zoares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde 2004 que defendo - em nome do Bloco de Esquerda/Açores -, o desenvolvimento dos Açores, com base numa economia moderna e, por isso, capaz de criar muito mais valor acrescentado. Tal como então, continuo a defender que este desiderato passa pela aposta em dois factores endógenos, da maior importância: - a posição geoestratégica dos Açores e o seu Mar – os quais (configurando duas vertentes diferenciadas para o nosso crescimento económico) têm vários pontos de conexão. E um deles, sem a menor dúvida, é o mar que nos rodeia.

Em 2008, o Bloco de Esquerda (já com um Grupo Parlamentar, nesta Casa) retomou, por diversas vezes, este tema, assumindo que era preciso a coragem de abrir novos caminhos, que conduzissem a uma nova economia. A coragem de que falo passava (e passa), em primeiro lugar, pela desmilitarização da nossa posição estratégica, em particular, com o fim da presença norte-americana; já no que diz respeito ao mar passava (e passa) pela adopção de uma estratégia clara, cujo principal e decisivo passo é a constituição, nos Açores – e, mais

propriamente, na cidade da Horta – daquilo a que chamámos "Centro de Investigação Internacional das Ciências do Mar" de carácter público.

Considerávamos na altura - tal como hoje - que estas eram as duas alavancas fundamentais para a construção de uma economia avançada, nos Açores, capaz de nos tirar da cauda dos índices sociais, capaz de reter na região os nossos licenciados, capaz de atrair inteligência de outras paragens, atendendo ao seu efeito multiplicador e ao seu impacto, em sectores diferenciados, da universidade a todos os sectores económicos, existentes e a existir.

Muitos dos senhores e das senhoras deputadas lembrar-se-ão dos epítetos de que fui alvo - nesta casa e não só – e, comigo, o Bloco de Esquerda: - preconceituosa / de um sectarismo sem limites / imbuída de um antiamericanismo primário ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: comandada por perigosas agendas ideológicas / estratosférica / com ideias megalómanas.

Foi há 14 anos e, contudo, a vida deu-me razão, a mim e ao Bloco de Esquerda. Todas as premissas que apontámos para a desmilitarização da Base da Lajes se mostraram certas e, afinal, a tal futurologia sobre o mar mostra-se mais consistente, a cada dia que passa.

Deputado Francisco César (PS): “A mim e ao Bloco de Esquerda!” A isto é que se chama problema ideológico!

A Oradora: Hoje, é cada vez mais claro que, tanto a existência de uma plataforma logística e técnica para a aviação civil e tráfego marítimo, como um grande porto oceânico de águas profundas, na Praia da Vitória, estão hoje hipotecados ou, em grande medida, cerceados, por imperativos ideológicos e de submissão política a interesses que, não só nada têm a ver com os Açores, pior são contra os Açores.

Afinal, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, mudam-se os tempos ... mas não se mudam as vontades. Acontece, porém, que a verdade é como o azeite.

Serve este introito para introduzir a primeira pergunta ao Governo e, em particular, ao Senhor Presidente do Governo Regional.

Foi assumido pelo Senhor Presidente do Governo, no recente Congresso do Partido Socialista/Açores, que o Acordo Bilateral, entre a República Portuguesa e os Estados Unidos, é desfavorável aos Açores.

Como é público, o Bloco de Esquerda, em defesa dos Açores – e, já agora, no entendimento que tem do interesse nacional - vai mais longe. Contudo, esta tomada de posição do Senhor Presidente aponta no caminho certo e mostra a razão do Bloco.

Por isso, perguntamos: - esta tomada de posição é uma mera peça de retórica para consumo interno e arrebatamento de palmas, ou tem o Governo Regional de facto, uma posição firme sobre esta matéria? E, sendo esse o caso, que medidas concretas pensa vir a tomar?

É que a obsessão ideológica vigente é um constrangimento para o desenvolvimento de políticas regionais, políticas que potenciem o mar, como fonte de riqueza sustentável, em vários domínios, para os/as Açorianos/as. E, para além disso, novas ameaças se colocam.

Falo, concretamente, da Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo - a lei 17/2014 - e o subsequente Decreto-Lei 38/2015, o qual operacionaliza a referida Lei.

Ora, como esta Casa (por unanimidade) já se pronunciou, a Lei 17/2014 é um atentado aos Açores e é um atentado à sua Autonomia. E é uma Lei péssima e de muito mau agoiro para os Açores em, pelo menos, mais duas vertentes.

Desde logo, porque abre as portas à mineração desenfreada dos solos e subsolos marinhos da Região. De facto, a leitura conjugada da Lei e do Decreto-Lei

referidos pode induzir as pessoas mais crédulas a, neles, encontrarem alguns laivos de políticas de sustentabilidade. Contudo, as declarações da Ministra do Mar (no país e no estrangeiro) deitam por terra todo o enlevo dos mais crédulos. Mas, nesta área, a Ministra do Mar não está sozinha, tendo o conforto político do Primeiro-Ministro - conforto já, por diversas vezes, demonstrado de forma pública. É, portanto, a linha oficial do governo PS, na República.

Por outro lado, a privatização do mar, com concessões de 50 anos, é uma porta aberta para a sua delapidação completa.

No que diz respeito ao ataque à nossa Autonomia, é bom lembrar que a chamada Lei do Mar (a 17/2014) foi aprovada, na Assembleia da República, pelo PS, PSD e CDS, não tendo os deputados do PS ou do PSD, eleitos pelos Açores feito, sequer, uma Declaração de Voto.

É bom lembrar que as propostas legislativas que faziam alguma defesa do poder autonómico, foram apresentadas pelo Bloco de Esquerda mas incompreensivelmente, rechaçadas pelo PS, PSD e CDS. E é bom lembrar que o PS esteve na primeira linha desta rejeição, como também é bom lembrar que, nesta altura (2014), o PS não era governo.

Assim, não acha o Governo Regional e o Partido Socialista que, num dossier desta importância, chegaram tarde tendo, durante demasiado tempo, esquecido de pôr os Açores primeiro?

Para o Bloco de Esquerda, esta Lei é, não só um atentado aos Açores e à sua Autonomia, como, simultaneamente, tem todas as condições para ser um roubo descarado à Região e (não menos grave) é promotora de desastres ambientais.

Também por isso, o Bloco de Esquerda apresentou, neste Parlamento, propostas de alteração ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores - pretendendo com elas densificar, em favor da Região, o consagrado, em matéria de direito sobre o mar - e, já agora, também aumentar a capacidade de poder da Região sobre

matérias de acordos internacionais, onde se inscreve o problema do Acordo Bilateral.

E, também por isso, entregámos uma Anteproposta de Lei para a alteração profunda da Lei do Mar.

E também, seguramente, por tudo isto, o Governo Regional apresentou, nesta Casa, a sua versão da lei do mar – ainda que de supetão e de forma pouco respeitadora deste Parlamento, como então tivemos ocasião de mostrar nesta Casa.

Sendo, portanto, verdade que o discurso oficial, em defesa dos direitos institucionais da Região sobre o mar, endureceu, acontece que para qualquer observador/a ou atenta – situação em que me insiro, bem como o Bloco de Esquerda - há alguma coisa que não bate certo.

Como se explica que, tendo o Governo Regional uma Anteproposta sobre a Lei do Mar, os/as deputados/as do PS, eleitos pelos Açores, na Assembleia da República, não se pronunciem, de forma clara e audível, nem na denúncia das ameaças que pairam sobre o nosso mar, nem no apoio concreto, decisivo, convicto à proposta do Governo Regional dos Açores?

Como se explica que, sendo o PS nacional o protagonista deste ataque aos Açores, nunca, no discurso dos dirigentes do PS/ Açores tenha sido sinalizado este facto?

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade! Ainda este fim-de-semana!

A Oradora: E é ainda mais espantoso que (sendo o mar um assunto de tão vital importância para a nossa Região) oiçamos, frequentemente - seja o Senhor Presidente do Governo Regional, sejam outros protagonistas do PS/Açores -, afirmarem que este Governo da República é o melhor para os Açores e o mais respeitador da sua Autonomia.

Deputado André Bradford (PS): Vou ter de ler o meu discurso deste fim-de-semana!

A Oradora: Estranho enlevo para quem está, objectivamente, a apunhalar-nos pelas costas. Acho que ninguém tem dúvidas que o protagonista deste ataque aos Açores é o Governo do PS, na República, se bem que acompanhado pelo PSD e CDS – os quais, quanto aos factos, dizem nada, pois é o PS que está a fazer todo o trabalho. O silêncio, de facto, pode ser ouro.

Esta Interpelação também tem por objectivo proporcionar ao Governo Regional a possibilidade de um cabal esclarecimento do seu pensamento, sobre esta matéria. Sobretudo, para que não se densifique a ideia de que estamos perante uma farsa, cujo enredo se possa traduzir assim: - Quem manda no mar dos Açores é o Terreiro do Paço! Ponto Final!

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

A Oradora: Agora, façam aí pelos Açores um barulhinho, enquanto nós, por cá, fazemos os negócios!

Esta é uma ideia muito perigosa que não se pode espalhar. E não se pode espalhar porque tira força aos propósitos anunciados por todos/as, nesta Casa, a saber: - combater esta Lei anti-Açores.

Por outro lado, Portugal tem, actualmente, uma das maiores zonas marítimas da Europa e 55% dessa zona é devida aos Açores. E esta quota subirá, exponencialmente, para 66%, caso a ONU aprove a extensão da plataforma atlântica.

Este mar imenso é alvo da investigação (e também da cobiça), por interesses económicos poderosos, desde há muito tempo. Sim, porque estas coisas não se fazem da noite para o dia. Segundo a tese de mestrado intitulada “A plataforma continental portuguesa”, do capitão tenente Jaime Ferreira da Silva, entre 2001 e 2011, os cruzeiros científicos, nos Açores, atingiram o número interessante de 282. Ora, a palavra ‘cruzeiro’ pode enganar, mas é certo que não vieram passar

férias. Segundo o mesmo estudo (nunca desmentido), estas viagens científicas foram feitas, preferencialmente, pela Alemanha, em primeiro lugar, seguida da França, Espanha, Estados Unidos e, com menor frequência, por outros países. Sabendo nós que a BASF (empresa gigante alemã) tem 47 % de todas as patentes sobre material genético de espécies marinhas, em todo o mundo, e que 11% de todas as patentes estão associadas aos ecossistemas das fontes hidrotermais, este facto ajuda-nos a abrir os horizontes para a importância do nosso mar. Sabendo, também, nós que estes estudos e investigações são, na maioria dos casos, secretos, então, por maioria de razão, cabe-nos a nós - representantes dos/as Açorianos/as -, dotar os Açores de todos os instrumentos necessários para conhecer o nosso mar e as suas potencialidades, colocando-as ao serviço do desenvolvimento da Região.

Já me referi à parte jurídica/institucional do problema. Debrucemo-nos, agora, sobre uma outra sua vertente.

Os Açores têm um património fabuloso - e, em muitos casos, pioneiríssimo -, no estudo dos oceanos, da sua preservação, da sua sustentabilidade ambiental e económica. Mas, como todos/as sabemos, para os novos desafios colocados exigem-se novas respostas. É fácil ouvir fazedores/as de ciência - que cá estão ou por cá passaram - referirem-se, com orgulho, ao trabalho feito e bem feito, ao conhecimento adquirido sobre o mar, sobre o seu solo e subsolo, ao mesmo tempo que reconhecem o imenso trabalho que está por fazer. Aprendemos, com eles e elas, a reconhecer o carácter vulnerável e sensível da investigação, nos fundos marinhos, tanto mais quando, hoje, se perfilam novos desafios e não podemos menosprezar a mais que certa incompatibilidade, entre os diversos interesses em jogo. Mas, o contrassenso da vida é evidente: - é que, exactamente na altura, em que mais olhos se concentram, nas potenciais riquezas do nosso mar, é, exactamente, a altura, em que os Açores (apesar de

toda a propaganda vigente) estão mais desprotegidos de pessoas e de instrumentos, capazes de fazer valer os nossos interesses.

A prová-lo temos, por exemplo, o caso do IMAR: se não fechou, parece... e, em desespero de causa, teve o Governo Regional de inventar uma solução que permitisse salvar (ou, pelo menos, tentar salvar) o que é mais importante, no decurso deste naufrágio. Solução que – não podemos deixar de o dizer -, em muitos casos, não respeita a dignidade do esforço, do conhecimento e do brio profissional, das pessoas envolvidas, sendo apenas uma solução de recurso.

Então, pergunto: - insere-se esta solução, numa estratégia para o desenvolvimento da economia do mar? Porque, se é uma estratégia, deve ser uma modalidade muito moderna e que nós, simples humanos, não conseguimos descortinar.

E as más notícias não param: - nos Açores, o número de investigadores doutorados, nos últimos cinco anos, diminuiu 22%, investigadores não vinculados à UAÇ diminuiu 25% e estudantes de doutoramento diminuiu 44%. Tristes números e todos eles respeitantes ao que podemos designar, genericamente, por ‘ciências do mar’. E ainda mais triste – se bem que emblemático – é o facto de, nas 20 vagas abertas para a licenciatura em Ciências do Mar, na Universidade dos Açores, na primeira fase, só 1 ter sido preenchida. É verdade que foi na primeira fase concursal. Espero, sinceramente que, na segunda fase, as coisas se componham um bocadinho melhor.

Contudo, pelo que ouvimos e conversámos, a debandada vai continuar, sobretudo, para universidades do continente ou do estrangeiro e, até mesmo, para empresas privadas estrangeiras que apostam na biogenética. Como diria um amigo meu, em conversa sobre estes dados "O que me estás a dizer é pior do que implodir os Jerónimos".

A pergunta que fica é: - perante estes dados, o que faz o Governo dos Açores?

E não – Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo -, não me venham com a lenga-lenga da ‘autonomia universitária’, para branquearem a inação ou até mesmo o boicote. Eu estou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, estou a falar do futuro desta Região, não estou em qualquer repartição pública, onde me enganei no preenchimento do respectivo formulário.

O Bloco de Esquerda defendeu e defende que o conhecimento das potencialidades do nosso mar, tendo em conta as suas potencialidades, exige, numa primeira fase, a constituição de um centro de investigação ‘público’ e ‘internacional’, até por sugestão de pessoas mais entendidas do que nós, nesta matéria. As razões são várias, mas entre elas, destaco: - Não se pode defender o que não se conhece. Ora, o melindre dos interesses em disputa (entre a mineração e biogenética) exige conhecimentos aprofundados que permitam uma decisão política séria. Nos produtos biogénéticos, o conhecimento e a posse das patentes são factores indispensáveis, seja para a reprodução financeira, seja para a capacidade de atracção de investimento e de parcerias, na área da biotecnologia.

Ora, sabendo nós que, numa semana, o Infarmed mudou de Lisboa para o Porto, ...

Deputado Francisco César (PS): Não mudou!

A Oradora: porque razão os Açores não têm, no seu território, por exemplo, o Instituto Nacional do Mar? Porque razão o Governo dos Açores nunca colocou essa hipótese? – pelo menos, que tenhamos conhecimento. Sendo, hoje, mais do que notória, a obsessão do actual Governo da República pela mineração (no sentido lato da palavra), obsessão, ainda agora, reforçada pela tomada de posse do Director-Geral da Política do Mar - que não é mais, nem menos, do que um quadro vindo da Galp.

Como pode o Senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia vir, no Plenário de Julho, anunciar, de forma enfática, que já está decidido que ‘o que quer que seja’, a instalar na Horta, terá a base jurídica de uma associação privada sem fins lucrativos?

É esta a maneira de responder a todos estes problemas? Sr. Secretário eixo-lhe mais uma pergunta.

É que a grande novidade é, exactamente, aquilo que o Bloco de Esquerda, desde há muito, mais temia, a saber: -vamos ter alguma investigação científica, sim, mas ao serviço de interesses que não são os dos Açores. Num momento em que, para recuperar atrasos estruturais da Europa, há mais dinheiro para a investigação e o conhecimento do que nunca, porque não luta o Governo dos Açores para ter os instrumentos que permitam tirar partido das potencialidades do seu mar? Porque desdenha apetrechar-se para o futuro, ao mesmo tempo que deita foguetes, por ser parceiro de uma plataforma de interesses exteriores aos Açores e da qual ficaremos o parente pobre?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apetece dizer assim: - Nem eu, nem o Bloco de Esquerda acreditamos em bruxas ... mas que elas existem, existem!

Deputado Francisco César (PS): Esse ditado é espanhol!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vou passar agora a palavra ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é com muito gosto que venho a esta tribuna dar conta de algumas das medidas que o Governo dos Açores tem vindo a adotar nas áreas sob minha tutela: Mar, Ciência e Tecnologia.

O Governo dos Açores definiu como um dos grandes objetivos estratégicos a implementação de um modelo de desenvolvimento económico cada vez mais baseado no conhecimento e na inovação e assente na ambição que temos de nos posicionarmos, nesta matéria, ao lado de outros países e regiões da Europa num futuro próximo. O caminho é longo, bem sei, mas acreditamos que é possível.

Começando pelas áreas da Ciência e Tecnologia, e porque as políticas têm de ser adaptadas à realidade de cada momento:

- Lançámos este ano **5 planos**, estruturados que, no seu conjunto, contam com **um valor total de cerca de 15M€ até 2020**, com fontes de financiamento bem definidas e com objetivos bem definidos, nomeadamente:

- o reforço da **internacionalização da Ciência na Região**
- a **promoção de uma maior interligação entre o conhecimento científico produzido e as empresas**
- e a **promoção da cultura científica e da literacia e da cidadania digitais.**

Passo a dar nota de alguns aspetos destes planos – e vou tentar sintetizar:

- O **Plano de internacionalização de Ciência & Tecnologia dos Açores**, com três milhões de euros, pretende potenciar a captação de financiamento externo para a Região.

E no que respeita à internacionalização da Ciência, saliento que no final de 2017, decorriam 23 projetos internacionais, envolvendo a gestão direta do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia em vários programas de financiamento da I&D da União Europeia (H2020; ERA-NET; Espaço Atlântico; MAC-INTERREG), no valor de 3 milhões e meio de euros, dos quais são captados para a Região cerca de 2,7 milhões de investimento externo.

De referir ainda que a DRCT comparticipa 15% da contrapartida regional de 5 projetos MAC-INTERREG em curso na Universidade dos Açores, capitalizando a captação de verba externa na ordem de 670 mil euros, existindo ainda outros projetos em carteira.

Ainda neste âmbito, temos apoios específicos para apoiar os nossos investigadores em publicações, na participação e organização de reuniões e congressos, incluindo na preparação de projetos e participação em consórcios, que poderão dar azo a projetos internacionais.

- Outro plano: o **Transfer+**, que corresponde a um investimento de 8,3 milhões de euros e que visa uma maior interligação entre a produção científica e a inovação dos centros de investigação com as empresas e com a economia.

No âmbito desta iniciativa, estão previstos apoios a projetos de investigação, desenvolvimento e inovação (ID&I) em empresas, alinhados com a Estratégia de Especialização Inteligente dos Açores, a RIS3, à criação de núcleos de investigação e desenvolvimento (I&D), em copromoção com centros de investigação, bem como a atribuição de 'Vales I&D+' para apoiar pequenas iniciativas empresariais de PMEs, para patentes de ideias e produtos, e ainda o apoio a planos de internacionalização de empresas e o apoio à contratação de investigadores em contexto empresarial.

Neste âmbito, a linha de financiamento aberta no PO Açores 2020, já aprovou, até ao momento, 7 projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em contexto empresarial num investimento global de 1,4 M €. Outros dois projetos, num valor global superior a meio milhão de euros, estão em fase de aprovação, o que perfaz 1,9 milhões de euros.

Lançámos este ano, o segundo concurso para projetos de investigação alinhados com a RIS3, no valor de 3,3 milhões de euros, que incluiu a obrigatoriedade de contratação de doutorados. Foram submetidas 55 candidaturas, que estão em avaliação, sendo esperado que, até ao final do ano, sejam aprovados cerca de 20 projetos científicos, para 3 anos.

Tal como tinha anunciado em julho, aproveito para dar nota de que abrimos hoje um concurso para 6 bolsas de pós-doutoramento em contexto empresarial, num investimento de 400 mil euros.

Refira-se ainda que estão a decorrer 12 bolsas de pós-doutoramento e 24 bolsas de doutoramento no âmbito de concursos lançados anteriormente.

Continuando com os planos da Ciência:

- Refiro o **Plano de Ação para a Cultura Científica e Tecnológica dos Açores (PACCTO Açores)**, que abrange cinco programas, num investimento global superior a 2,2M euros até 2020.

- E ainda a iniciativa para a **Promoção das Competências Digitais e Tecnologias da Informação e Comunicação (PRO-TIC)**, com um orçamento de 1,5 milhões, que se destina à promoção da literacia e cidadania digitais e ao desenvolvimento de competências TIC em todo o arquipélago.

Minhas senhoras e meus senhores:

É do conhecimento público que este Governo tem intenções de reforçar a aposta em projetos com base em tecnologias espaciais e foi com esse intuito que criámos a Estrutura de Missão para o Espaço dos Açores.

Neste sentido, destaco a criação da Associação RAEGE, que tem como objetivo a gestão do projeto RAEGE, bem como potenciar a sua participação em projetos de investigação, dinamizando, assim, esta importante e única infraestrutura no contexto nacional e internacional.

Destaco também a instalação, em Santa Maria, de uma nova estação da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT), e que vai potenciar a localização dos Açores, em geral, e da ilha de Santa Maria, em particular, na esfera dos serviços espaciais.

Passámos a integrar, com Portugal, o **programa europeu de rastreio e vigilância de objetos no Espaço**, o Space Surveillance and Tracking (SST). Os Açores vão beneficiar de fundos da União Europeia para a operação deste sistema, que vai contribuir para desenvolver competências industriais regionais no setor do Espaço, bem como a capacitação técnica de recursos humanos e a criação de emprego especializado. No âmbito do SST, vai ser criado um centro

de operação de dados no Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira – TERINOV.

Como saberão, ainda a semana passada, estive em Santa Maria, para dar conta do ponto de situação sobre a possibilidade de ser criado um porto espacial para o lançamento de microssatélites.

Apesar, de até à data, não haver nenhum projeto concreto, iremos continuar a recolher mais informação e a tomar iniciativas de modo a podermos avaliar de forma mais concreta as intenções que são conhecidas e que foram apresentadas, no âmbito dos estudos da Agência Espacial Europeia, para instalar em Santa Maria um projeto deste tipo.

Estamos a trabalhar para que, até ao final deste ano, a Lei do Espaço seja adaptada à Região e durante o primeiro trimestre de 2019 estejam definidas as condições para a tomada de decisão sobre projetos que surjam desta natureza.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Prevemos instalar, na ilha das Flores, a nossa segunda antena da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE). Estamos agora em fase de negociação para a aquisição de um terreno próximo da Fajã de Lopo Vaz, no concelho das Lajes. E está a decorrer o estudo arquitetónico prévio do projeto, bem como o cálculo técnico das especificações do radiotelescópio a ser instalado.

Acreditamos que infraestruturas como esta, bem como outras que já temos instaladas em várias ilhas, darão um importante contributo ao futuro Centro de Investigação Internacional do Atlântico, o AIR Centre, que, como já tive oportunidade de referir nesta Casa, terá a sede da sua associação, que foi criada em abril deste ano, na Praia da Vitória, na ilha Terceira.

Aproveito ainda para referir que está agendada para finais de novembro, nas Canárias, a quarta reunião High Level Industry-Science-Government Dialogue, que prevê eleger órgãos de gestão do AIR Centre.

Como já tive oportunidade de referir, este é um projeto internacional em construção que pretende alavancar uma agenda científica para o estudo científico à escala de todo o Atlântico, envolvendo infraestruturas e centros de investigação de vários países.

A par do AIR Centre, gostaria de referir outro importante projeto para os Açores, este virado para o **Mar: o Observatório do Atlântico**, que, como dei conta em julho, se prevê que venha a ser gerido por uma associação privada sem fins lucrativos.

Como sabem, foi criada uma Comissão Instaladora do Observatório do Atlântico, onde os Açores estão representados, o qual se prevê possa vir a ser um polo agregador de investigação científica ligada aos Oceanos, tendo sido já identificadas várias fontes potenciais de financiamento, incluindo 2 milhões de euros dos fundos EEA Grants [mecanismos financeiros do Espaço Económico Europeu e da Noruega].

Neste momento, a Comissão Instaladora do Observatório do Atlântico está a recolher contributos da Universidade dos Açores e de outros interessados acerca da proposta de Plano de Implementação do Observatório do Atlântico, cuja sede será instalada aqui na cidade da Horta.

Outro projeto de grande importância para a Região, é a **Escola do Mar dos Açores**. A construção da infraestrutura está concluída e vamos abrir em breve um concurso público internacional, no valor superior a um milhão de euros, para a aquisição dos diversos equipamentos.

Continuando no **Mar**:

Gostaria de dar-vos conta do trabalho que está a ser feito para a implementação do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores.

Primeiro, quero salientar que a criação de uma rede de áreas marinhas protegidas, incluídas nos Parques Naturais de Ilha e no Parque Marinho dos Açores, dentro e fora da ZEE, a aplicação da Rede Natura 2000 aos ambientes

marinhos, a definição e implementação de políticas da Comissão OSPAR e, mais recentemente, a aplicação ao Mar dos Açores das obrigações da Diretiva Quadro Estratégia Marinha, demonstram, com clareza, a responsabilidade com que a Região tem gerido o seu vasto território marítimo.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Mais: a regulamentação espacial aplicada às pescas, a criação de áreas pré-definidas para a aquacultura, o zonamento legal para a observação de cetáceos e para outras atividades marítimo-turísticas, as áreas delimitadas para a extração de inertes e a rede de zonas balneares, bem como as áreas portuárias e de navegação, o condicionamento espacial à investigação científica ou outros instrumentos de gestão do território como os POOC são a prova de que o espaço marítimo dos Açores tem há muito instrumentos de ordenamento implementados.

Deputado João Costa (PS): Muito bem!

O Orador: O Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (POEMA) contemplará assim, a articulação das regulamentações já existentes, integrando nova informação bem como regras de operacionalização do plano e processos de licenciamento. Como é público, o **nosso sistema de ordenamento marítimo está a ser desenvolvido no âmbito do projeto Europeu MarSP – Macaronesian Maritime Spatial Planning, financiado pelo FEAMP.**

Até ao final de 2019, será apresentada a proposta de plano de ordenamento do espaço marítimo dos Açores, sendo que a União Europeia estipulou a obrigação dos estados membros e as regiões implementarem o seu ordenamento do espaço marítimo até 31 de março de 2021.

No âmbito do MarSP, o Governo dos Açores promoveu este ano três workshops, em São Miguel, Terceira e Faial, em que participaram cerca de oito dezenas de agentes ligados a atividades marítimas. Outros workshops se seguirão, uma vez que para que os sistemas de ordenamento sejam eficientes e

eficazes na sua ação, é fundamental o envolvimento dos diferentes agentes e interessados.

Aqui, convém referir o esforço de proteção da orla costeira que tem vindo a ser feito, de modo a protegermos as pessoas e bens daqueles que vivem em locais de maior risco. Atente-se na grande obra de proteção de Rabo de Peixe que, felizmente, deverá estar pronta em breve.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda na área do Mar, a notoriedade que a nossa Região tem hoje na investigação marinha deve-se à qualidade da investigação que é produzida cá. Neste sentido, gostaria de referir que o Governo dos Açores, de 2017 a 2020, está a investir cerca de um milhão de euros em formação avançada, nomeadamente em 8 bolsas de doutoramento e em 4 de pós-doutoramento. Este é um sinal claro da importância que atribuímos à Ciência e à Investigação do nosso Mar.

O conhecimento científico é fundamental para o apoio à decisão. E é neste sentido, que temos acautelado a concretização do **Programa de Recolha de Dados para as Pescas (PNRD)**, financiado pela União Europeia, que, até ao ano passado, foi assegurado pelo IMAR.

Como estarão recordados, depois dos trabalhadores afetos a este programa terem sido despedidos pelo IMAR, solicitámos ao Governo da República a alteração de uma portaria nacional que regulava este programa, a fim de permitir que a Direção Regional das Pescas passasse também ser responsável pelas tarefas cometidas ao IMAR no âmbito do PNRD.

A alteração da portaria nacional foi publicada a 12 de fevereiro deste ano.

Relativamente ao ano de 2017, o IMAR tinha a responsabilidade de elaborar e apresentar o relatório anual sobre os trabalhos realizados até 31 de maio deste ano, prazo que foi cumprido. Também na sequência da alteração da portaria nacional, lançámos 5 concursos para recrutar 5 técnicos superiores e 3

assistentes técnicos para o PNRD, que, a partir do próximo mês de novembro, vão iniciar as suas funções. Saliente-se que esta Secretaria, através da Direção Regional das Pescas, tem vindo a assegurar a recolha de dados necessária ao cumprimento deste programa.

Para além do Programa Nacional de Recolha de Dados, destaco ainda o nosso apoio ao POPA, à Campanha Anual de Demersais e Condor e aos projetos COSTA, Discardless, e Aqualab sendo que está a ser criado um Plano de Monitorização de Recursos Costeiros na Região.

Publicámos ainda uma portaria que estabelece o regime de apoio aos investimentos para o desenvolvimento de parcerias entre cientistas e os pescadores, que se espera possa envolver estudos de investigação inovadores e de monitorização muito relevantes para a região.

2018 foi um ano importantíssimo para o setor das Pescas nos Açores por vários motivos, a começar pela assinatura da **Convenção Coletiva de Trabalho**, em abril, entre a Federação das Pescas dos Açores, o Sindicato Livre dos Pescadores e o Sindicato dos Pescadores da Ilha Terceira, com o apoio do Governo Regional.

Esta convenção foi alargada, no início deste mês, a todos os armadores da Região, independentemente de estarem ou não integrados numa associação que pertença à Federação das Pescas dos Açores, e a todos trabalhadores do setor, independentemente de estarem ou não representados pelos sindicatos outorgantes do acordo.

Atendendo ao contexto, e a tudo aquilo que esta Convenção de Coletiva de Trabalho vai representar naquilo que de mais sagrado defendemos em termos de dignidade social e económica, é no mínimo estranho o ruído tentado antes e o silêncio observado depois, por parte de certas forças políticas representadas neste parlamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Outro dos motivos para este ser um ano de grande importância para as Pescas, prende-se com os rendimentos obtidos, sobretudo devido à boa safra de atum, que até ao momento rendeu 11 milhões e meio de euros na primeira venda.

Em 2018, na totalidade, a venda de pescado em lota rendeu já quase 31 milhões de euros. Este valor representa um aumento de cerca de 40% relativamente ao período homólogo do ano passado. E 2018 poderá mesmo vir a ser um ano record no que respeita aos rendimentos no setor das pescas obtidos na primeira venda de pescado.

Este ano lançámos o Plano de Ação para a Reestruturação do Setor das Pescas dos Açores. Neste âmbito, foi criado um regime de Apoio à Cessação Definitiva da Atividade da Pesca, que recebeu até ao momento 8 candidaturas, sendo que o Regime de Apoio à Mobilidade de Pescadores obteve duas candidaturas.

Implementámos medidas de **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)** que vão permitir injetar quatro milhões de euros no setor da pesca dos Açores, através do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e do Orçamento da Região.

Foram criados, pela primeira vez nos Açores, Grupos de Ação Local da Pesca, sendo esperado o surgimento de novos projetos e iniciativas que promovam a atividade económica e no fundo outras dinâmicas de desenvolvimento nas nossas comunidades costeiras.

No âmbito dos regimes de apoio à Inovação em Aquacultura e de apoio aos investimentos produtivos em aquacultura, cofinanciados pelo FEAMP, foram aprovados 8 projetos, estando ainda um projeto em fase de aprovação e outro projeto candidato em fase de avaliação. A aquacultura na Região começa a ser uma realidade.

Continuamos a apostar na **formação dos profissionais da pesca**, através de cursos de dupla certificação. Cerca de seis dezenas de pescadores de Rabo de

Peixe, em São Miguel, e de São Mateus, na Terceira, obtiveram diplomas de Cursos ABC, correspondendo a três níveis de escolaridade, bem como o certificado de pescador, arrais de pesca ou condução de motores. No final deste mês, está previsto o arranque de um curso de escolarização para pescadores na ilha Graciosa, estando previstos outros cursos de pescas noutras ilhas. No total, de 2017 a 2018 já proporcionámos formação a cerca de 470 pescadores.

Apesar do muito que fizemos até agora, que aliás não se esgota nesta intervenção, não nos resignamos e queremos fazer ainda mais e melhor. Este novo ciclo de políticas estratégicas e inovadoras nestas áreas, evidenciado nos resultados e nas mudanças que estamos a operar nas áreas do Mar, Pescas, Ciência e Tecnologia não vão parar por aqui. O caminho não é fácil, mas com persistência, entusiasmo, coragem e cooperação, ultrapassaremos os desafios que ainda temos pela frente sempre. E sempre pelos Açores e pelos Açorianos. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, a bancada do PSD esteve a ouvir atentamente a intervenção, quer da Deputada Zuraida Soares, como proponente desta interpelação ao Governo, quer as respostas e a intervenção do Sr. Secretário Regional e gostaria de lembrar a esta Casa que nós de facto já estamos na segunda metade desta

Legislatura e assistimos novamente a uma intervenção do Governo, reveladora de planos e intenções de retórica e anúncios de milhões. Este filme já foi visto!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade! É a constatação de factos!

O Orador: E depois confrontamo-nos com muito poucas concretizações na área da ciência, da tecnologia e do mar que V. Exa., como governante, tutela e quase que me arriscaria, também em jeito de provação a apelidá-lo de Secretário não da Ciência, mas da ficção científica ou do já a seguir, mas que nunca vem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o PSD gostaria de começar este debate, anunciando desde já que irá apresentar muito brevemente uma iniciativa nesta Casa, que visa criar e regulamentar uma carreira científica própria, na Região Autónoma dos Açores, incluindo a das ciências do mar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, cá estamos nós para dar o nosso contributo, cá estamos nós para fazer uma oposição construtiva e positiva e cá estamos nós para ir ao encontro das necessidades do tecido científico regional, que é aquilo que o Governo devia fazer e não fez.

Deputado João Costa (PS): Já se passaram dois mandatos e só agora é que apresentam!

O Orador: Depois, os Açores não podem continuar a ser uma Região, em que a formação qualificada e o emprego científico, são os parentes pobres, por vezes dos mais pobres da economia, ao mesmo tempo que são apregoados como pilares fundamentais da modernização e do crescimento económico.

A pobreza, a incerteza e a precaridade, bem como as cartas de despedimento, não podem continuar a ser uma imagem de marca do sistema científico e

tecnológico regional, enquanto se anunciam milhões para a ciência e para o conhecimento e hoje voltámos a ter mais anúncios de milhões para a ciência e para o conhecimento.

O apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores deverá ser encarado como uma ferramenta de desenvolvimento e coesão regional e não como uma esmola de apenas 350 mil euros, claramente insuficientes para as necessidades da tripolaridade nesta Região, relembro que foram milhões para a Casa da Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A universidade dos Açores é uma instituição cada vez mais essencial à nossa Região, não pode continuar a ser tão negligenciada pelo investimento regional.

As parecerias e a contratação de serviços à nossa Universidade, não podem continuar a ser tão escassos como são hoje, nem se poderão repetir os episódios do ano passado relativos à não vinda da supracomputação para a Região ou desconhecimento por parte da Universidade de qual o seu papel no Air Center assumidos pelo seu reitor.

Não podem continuar a ser contratados estudos a universidades no estrangeiro, até para matar ratos nos Açores, quando temos aqui as condições para fazer esses estudos.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Isso é um disparate!

O Orador: De nada serve anunciar bolsas melhores do que outras existentes no País, quando as mesmas não são atribuídas, pura e simplesmente não se abrem as candidaturas, ou só o são em anos eleitorais como aconteceu num passado muito recente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: De nada serve anunciar investimentos em ciência e tecnologia, quando esse suposto investimento não se concretiza ou então não tem ligação ao tecido económico ou à criação de emprego na Região.

Recolhem-se os dados aqui e cria-se a riqueza noutras paragens, não pode continuar a ser assim!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: De nada servem os parques tecnológicos em betão, se depois não houver nada de concreto para lá instalar e gostaria de aproveitar para lhe perguntar, quais os investidores e quais as empresas em concreto que o Governo tem neste momento para instalar no TERINOV.

Os milhões anunciados, não podem continuar a ser desmentidos por uma realidade de carências que vão desde os equipamentos, aos reagentes, ao papel e invariavelmente aos recursos humanos, os laboratórios e projetos de investigação da Região.

Tudo isto contrasta com os anúncios dos milhões da retórica e das concretizações nunca realizadas.

As empresas regionais continuam sem contratar doutorados ou pós-doutorados, talvez porque este Governo continua a falhar redondamente em conseguir ligar a economia regional ao conhecimento, há pouco fez referência a concursos abertos, mas gostaria de saber até hoje, quantos é que foram os doutorados e pós-doutorados e efetivamente contratados por empresas regionais e já agora quais as empresas regionais?

Esta Região não deveria ter bolseiros crónicos, mas sim cérebros ao serviço das populações.

O que estamos a assistir e como foi bem referido pela Deputada Zuraida Soares é uma contínua fuga desses cérebros para fora da Região e a uma perda irrecuperável do conhecimento científico por aqui produzido.

No ano passado, o Sr. Secretário Regional pediu aos Deputados nesta Casa, no debate idêntico ao de hoje que tivessem fé. Foi o discurso da boa fé! Que acreditássemos na sua boa fé e na boa fé deste Governo, mas isto não vai lá com fé, Sr. Secretário.

Vejam os que mudaram desde o debate do ano passado, se é que mudou alguma coisa: a antena de Perth, a tal peça de tecnologia de ponta, que o Sr. Secretário apelidou de nova, ainda não saiu do estaleiro de tão nova e tão pronta para ser utilizada que estava.

Na altura o Sr. Secretário acusou-me de não perceber nada de antenas, pois bem-vindo ao clube, o Sr. Secretário também não.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Continuamos sem ver concretizados na Região, nem o Observatório do Atlântico no Faial, que seria talvez a contribuição efetiva da Região, a verdadeira contribuição made in Açores, para o Air Center, nem qualquer investimento, nem um, na Terceira, que no âmbito do Air Center vá ao encontro das promessas de Vasco Cordeiro em campanha e em comício, de que estes investimentos mitigariam o downsizing americano da Praia da Vitória.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: A realidade vai mostrando que o Air Center for algum dia, alguma coisa para a Região, será em todas as ilhas, menos na Terceira. Porquê, Sr. Secretário? Gostaria que me explicasse por que é que assim é?

E já agora: a sede do Air Center? Tem lá alguém? O que é que é a sede do Air Center e o que e que lá se faz?

O PSD não deixa de saudar o que tem sido feito em Santa Maria, na ligação à ESA, na recolha de dados e nos rastreios eu tem de facto impacto na economia da ilha, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Há 10 anos não!

O Orador: ... mas face ao que foi prometido e às expetativas criadas é, para usar uma expressão socialista, poucochinho. É poucochinho, Sr. Secretário, até porque o Governo continua a anunciar a vontade da criação de um porto ou de um Centro Espacial, sem que ninguém concretize uma vontade de lá se instalar, mas o Governo vai anunciando o vazio.

Deputado André Bradford (PS): O senhor foi logo citar António Ventura!

O Orador: Não se lançam nem foguetões, nem satélites, nem microssatélites, nem coisa nenhuma daquelas que Vs. Exas. prometeram para os Açores, só se lançam promessas para um futuro que há de vir, talvez longínquo, com outros intervenientes, com não nenhum dos aqui presentes.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP, começa esta intervenção por registar que continua a verificar-se aqui a velha estratégia dos Srs. Secretários Regionais gastarem o tempo numa intervenção de tribuna e vamos ver que tempo é que sobra agora para responder às perguntas das Sras. e Srs. Deputados.

O CDS-PP já por diversas vezes trouxe a esta casa questões relativas à investigação científica nos Açores, demonstrando sempre a sua preocupação em relação ao futuro deste setor e considerando que não há uma aposta séria na investigação científica na Região, nem uma estratégia bem definida para a ciência.

Os nossos investigadores vivem em precaridade, numa tremenda incerteza, constantemente preocupados, atormentados pela dúvida de haver ou não financiamento para os projetos de investigação. Ora, como sabe, não é possível fazer investigação científica de qualidade com essa instabilidade.

É muito difícil, de facto, nos Açores fazer uma carreira de investigador científico.

Em relação a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, em Março de 2012, ano de eleições legislativas regionais, numa atitude manifestamente eleitoralista, a Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia, disponibilizou, irresponsavelmente, imagine-se, 60 bolsas de doutoramento e 25 bolsas de pós-doutoramento. Tantas que nem haviam candidatos suficientes para ocupá-las. O Problema é que depois passam quatro anos até que se abra novas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. Apenas em finais de 2015 foi aberto novo concurso, com atribuição das primeiras bolsas em 2016, pasme-se em ano de eleições regionais, tendo sido atribuídas 24 bolsas de doutoramento e 12 bolsas de pós doutoramento.

Ora, o problema Sr. Secretário, é que a investigação não se faz apenas de 4 em 4 anos e também os candidatos a essa bolsas de investigação não podem esperar 4 anos para prosseguirem com a sua formação. E a verdade, Sr. Secretário é que já tinha sido prometido por parte do Governo Regional que estes concursos passariam a ter uma frequência mais regular e que de preferência seria anuais.

Assim sendo Sr. Secretário, gostaria de começar por deixar as seguintes questões:

Começando desde logo pela questão mais evidente, que é porque razão não abrem concursos para bolsas de doutoramento desde 2015 e de pós-doutoramento desde 2016?

E se tem o Governo intenção ou não de tornar estes concursos anuais, tal como prometido, permitindo uma igualdade de oportunidades aos potenciais candidatos e garantir apoio regular à investigação ou não?

Pergunto ainda Sr. Secretário, se **tem conhecimento de quantos**, e esta pergunta também já foi colocada reforço, **doutorados e pós-doutorados foram contratados para as empresas regionais, ao abrigo do sistema de incentivos à inovação empresarial?**

Depois, Sr. Secretário, o Sr. afirmou, em novembro de 2017, que o Governo dos Açores iria lançar em 2018 um novo concurso para apoio a projetos de investigação científica, no valor de 3,3 milhões de euros e que a partir de janeiro de 2018 abriria um período de candidaturas de 45 dias. Pergunta:

Terminado o período de candidaturas, quantos projetos de investigação foram apoiados. Quantos investigadores estão envolvidos na totalidade desses projetos? Quantos foram os doutorados contratados? E qual o valor da verba já atribuída até ao momento?

Ainda relativamente a esses projetos de investigação, as candidaturas restringem-se às áreas do Mar, Pescas, agricultura e turismo. Pergunto, **porque razão, não foi incluída neste lote de prioridades, a área da saúde, aliás para grande espanto do Sr. Reitor da Universidade dos Açores? E se o Governo Considera ou não prioritária a investigação científica na área da saúde, tendo em conta que temos problemas específicos que temos na Região e que importa avaliar?**

E, por último, em seu entender,

qual o papel que deve desempenhar a Universidade dos Açores na estratégia regional para o desenvolvimento científico e para a definição de uma verdadeira política para ciência na Região?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto que vejo os assuntos de ciência, tecnologia e neste caso também do mar, virem frequentemente a esta Casa, não porque haja paternidade do BE, ou de qualquer outro partido, porque efetivamente foram os Governos do PS que introduziram, quer na sua orgânica, quer nas medidas e no investimento, os projetos de ciência, tecnologia e do mar na Região Autónoma dos Açores. Portanto, se há alguma coisa, “poucochinho”, é da oposição há muitos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a falar para quem? Têm medo de falar para o PSD ou CDS?

O Orador: Depois gostava de dizer que os Açores têm uma política de ciência e tecnologia e também pelo mar, há muitos anos que foi reafirmada por várias vezes incluindo, ao contrário do que pareceu ser dito aqui, na própria Moção de Estratégia do PS no Congresso do fim de semana passado, há um capítulo que é mesmo afirmar os Açores pelo nosso mar.

Esse capítulo critica mesmo a noção da partilha daqueles que pensam que a partilha é a maior parte da ilha para o continente e não para os Açores, por isso, nós politicamente estamos também à frente no nosso tempo, não há nenhuma lição do que se queira dar como paternidade a esta questão

De resto, queria dizer que dados concretos foram aqueles que o Sr. Secretário apresentou aqui, não sei se os Srs. Deputados ouviram.

Em primeiro lugar, só para dar alguns exemplos, o Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel Nonagon, tem uma taxa de ocupação de 100%, tem 25 empresas, 7 em fase de incubação, tem mais de 200 postos de trabalho e, por isso, aqueles que de algum modo gostariam de apoucar e serem céticos em relação a estas caminhadas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não têm vergonha!

O Orador: ... foram os mesmos que eu me lembro que também quiseram minimizar os projetos do Cluster Espacial de Santa Maria, a quem chamavam uma grande anedota para Santa Maria e, hoje, batem palmas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: É verdade!

O Orador: Portanto nós estamos habituados a essa má história da oposição que desacredita em tudo que é mudança inicial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual oposição?

O Orador: Já vimos hoje aqui isso outra vez com o TERINOV, vemos isso com Tech Island, quando vão para lá seis empresas, vemos isso quando não distinguem inconscientemente que o Fundo Regional de Ciência e Tecnologia é complementar ao fundo de ciência e tecnologia do continente e que a Universidade dos Açores tem autonomia administrativa e financeira e concorre a projetos nacionais e a projetos regionais.

Por isso, os senhores que se libertaram da Universidade dos Açores, e nós pensamos com sentido, agora pensam que é o Governo dos Açores que deve responder a todas as falhas e a todas as situações que o financiamento universitário tem.

Nós estamos a contribuir desde o início para a Universidade dos Açores, fomos nós que financiámos na íntegra um novo DOP no Faial, somos nós que avançamos e continuamos a avançar com bolsas de doutoramento, pós doutoramento, independentemente, daquelas que são financiadas pelo Fundo de Ciência e Tecnologia Português, portanto há aqui uma história que não pode ser escamoteada, nós estamos na ciência e tecnologia com projetos concretos e, já que falámos na ciência e tecnologia e também nessa coisa que inicialmente para alguns era quase irrisório do cluster espacial de Santa Maria, vejam o desenvolvimento que ele teve, mas foi assim em todas as partes do mundo.

Eu lembro-me que em 2004 visitei um centro semelhante em Vila Franca, na Espanha e aí havia só meia dúzia também de técnicos e entretanto passados vinte anos já havia mais de cem pessoas lá a trabalhar.

O centro de Santa Maria que já tem a rede atlântica de estações, geodinâmica espaciais, tem lá técnicos e pessoas de Santa Maria que já foram também para lá trabalhar, para não falar na ESA que tem um conjunto de técnicos açorianos, ...

Deputado João Costa (PS): É verdade!

O Orador: ... quer na área de energia, quer na área da própria monitorização do lançamento dos satélites que estão a colaborar com esse centro.

Portanto, isto não é uma questão de fé, é uma questão de projetos, é uma questão de financiamentos e não é uma questão de tomar a nuvem por Juno e de tomar a parte pelo todo, é uma questão de sabermos que há aqui uma política concertada, estratégica desde o início e que está fazendo o seu caminho, com novos desenvolvimentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É de fezada!

O Orador: É isso que este Governo tem demonstrado nesta Legislatura, é isto que vai continuar a demonstrar, independentemente da vossa pouca fé ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas é fé ou não é fé?

O Orador: ... ou eventualmente até da vossa desinformação em muitos desses projetos.

Muito obrigado.

Nesta primeira parte fico-me por aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, acrescentar mais algumas questões àquelas que já coloquei da tribuna, porque mais minuto, menos minuto o Sr. Secretário Regional não vai ter tempo para responder a todas as perguntas que se vão encavalitando.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já respondeu às que lhe foram fazendo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Já respondeu ...!

A Oradora: Sr. Secretário Regional, há um ano fizemos um debate exatamente sobre esta temática nesta Casa, esperámos um ano, quando digo esperámos, o BE esperou um ano para ver o que é que acontecia no espaço de um ano e para ver até que ponto é que as profecias do Sr. Secretário Regional se concretizavam ou não.

Bom, dizer-lhe o seguinte: em termos de, por exemplo, investigadores nesta cidade da Horta, há uma diferença substancial de há um ano para cá.

Há um ano tinham recebido cartas de despedimento, agora estão no subsídio de desemprego, mas pelo caminho, Sr. Secretário Regional, imagine foi-lhes solicitado que interrompessem o seu subsídio de desemprego para mais uma vez darem o seu contributo, a sua competência, do seu saber acumulado, do seu *now out*, das suas investigações a esta Região.

Deputado José Contente (PS): Quem é que fez isso?

A Oradora: Como governante desta Região, Sr. Secretário, eu pergunto: o senhor não acha que há aqui qualquer coisa de absolutamente anormal e imoral no que diz respeito à forma como esta Região e o senhor em particular porque tutela a área da ciência, olha para aquilo que está a acontecer e não se interroga

sobre o que é que está a faltar nesta Região, para que situações destas não se admitam e não possam ocorrer.

Depois, Sr. Secretário, tanto concurso, tantos milhões, nós conhecemos o discurso que o senhor fez daquela tribuna, em muitos aspetos não o negamos, pelo contrário já o dissemos há um ano, voltamos a dizer estamos consigo. Há conquistas? Há sim senhor! Há sucessos? Há sim senhor! Mas continuamos hoje a dizer o que dissemos há um ano: não há estratégia! E vou dar-lhe alguns exemplos disso, não há estratégia, não há uma política estratégica para a ciência. Três perguntas:

É sabido que o Governo Regional dá um apoio substancial à Universidade e respeita e apoia a sua tripolaridade, portanto apesar disso há alguns que dizem que o Governo Regional negligencia a Universidade.

A pergunto que eu lhe coloco desta vez é ao contrário. E não será que a Universidade está a negligenciar também esta Região, quando objetivamente boicota a possibilidade de contratação de investigadores, a possibilidade de afirmação de centros de investigação na área do mar e pelo contrário parece que tem um problema, um *parti pris* com o Governo Regional e agora parece que assistimos a um confronto entre a Universidade dos Açores, nomeadamente o Departamento de Oceanografia e Pescas e o Governo Regional.

Pergunto-lhe: o que é que o Governo Regional fala com a Universidade o que é que lhe diz, até que ponto a pressiona ou não, para cumprir as suas responsabilidades para com esta Região, porque é financiada por dinheiros públicos, sejam regionais, sejam nacionais, são dinheiros que são nossos. O que é que o Governo Regional faz?

Depois perguntar-lhe quantos Centros de Investigação das Ciências do Mar, existem neste momento na Região Autónoma dos Açores?

Quantos e onde é que eles estão?

Outra pergunta: por que é que o Governo Regional, não lança imediatamente um concurso de estímulo ao emprego científico individual à imagem da FCT, daquilo que a FCT fez a nível nacional?

Por que é que o Governo Regional tem na sua posse há anos, a possibilidade e um contributo para criar uma carreira científica nesta Região, aquilo que o PSD acabou de anunciar que irá fazer dentro em breve e nunca olhou para ela com olhos de ver e nunca a valorizou e nunca disse vamos sentar-nos e vamos pensar nesta possibilidade, porque isto Sr. Secretário Regional é que é estratégia. É conquistar as pessoas, fixá-las e sobretudo garantir que ao fim de um projeto elas não têm que se ir embora.

É lamentável Sr. Secretário Regional, atravessar esta cidade que o senhor conhece muito melhor do que eu, falar com meia dúzia de pessoas e aquilo que ouve, são pessoas normais, comuns, mas que trabalharam anos para esta Região, que sabem desta Região aquilo que a maior parte de nós não sabe, portanto sabem defendê-la porque a conhecem, portanto ajudam, podem ajudar o Governo Regional a defender esta Região, é desolador ouvi-las falar: “Vou-me embora daqui a dois meses! Vou-me embora daqui a seis meses! O meu projeto acabou! A Universidade não faz nada, a Universidade não abre sequer vagas a custo zero, a custo zero neste momento para fixar investigadores! Vamo-nos embora!”.

Sr. Secretário Regional, não fale em milhões, diga nesta Casa o que é que concretamente o Governo Regional vai fazer, para que esta sangria, não continue, existia há um ano, vai continuar, está a existir e nós continuamos a falar em milhões. Não é pouquinho, é absolutamente inaceitável.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado mês de Dezembro, aquando do debate de urgência sobre “Investigação, Conhecimento e Política de Ciência na Região Autónoma dos Açores” afirmámos que em nossa opinião e independentemente do projeto OKEANOS, ou até por ele era fundamental apetrechar com todos os meios técnicos e humanos, dar conteúdo e valorizar o Pólo de Investigação Científica da Universidade dos Açores na cidade da Horta.

Não tendo havido qualquer contestação a esta nossa afirmação demos naturalmente adquirido que quer o Governo quer PS certamente agiriam em conformidade e seriam dados passos nesse sentido.

Recorde-se que este Pólo enfrentava sérios problemas que tinham a ver com o seu esvaziamento quer com os meios técnicos e humanos postos à sua disposição.

Incerteza quanto ao futuro dos trabalhadores que pertenciam ao IMAR, investigadores, técnicos e trabalhadores. A efetuarem o seu trabalho pagos através de bolsas de investigação, trabalho com vínculo precário e consequentemente com deficientes condições de trabalho, e sobretudo incertezas diversas como a de se saber qual o futuro em termos de ensino neste Pólo Universitário.

De saber se iria ou não a Escola do Mar ter ensino de grau de licenciatura e que impacto isso poderia ter na captação de alunos para o DOP/Universidade dos Açores?

Não menos importante também era o fato de se desconhecer qual a interligação que poderia existir entre o pólo de investigação científica da Horta e o Observatório do Atlântico?

E quanto aos navios de Investigação “Arquipélago” e “Águas Vivas” que futuro e que missões lhe estariam reservadas? E quanto ao futuro das suas tripulações,

dado uma parte ter vínculo de trabalho com o Departamento de Oceanografia e Pescas e outra parte com o IMAR?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pergunto: Passados estes meses que respostas temos a todas estas questões?

Infelizmente muito poucas ou quase nenhuma.

Não será certamente com todo o desinteresse que o Governo demonstra em relação aos problemas do Mar e a tudo o que lhe é inerente, do seu estudo, do desenvolvimento e da sua exploração que podemos esperar progredir neste domínio.

A precariedade do emprego científico e o sub-financiamento das Universidades e Centros de Investigação, processos nos quais tanto PS, quanto PSD têm extensas responsabilidades e que ainda hoje persiste, afecta de forma grave a nossa Região e a nossa capacidade de investigar o nosso mar.

É fundamental, no entanto que neste capítulo do estudo e do conhecimento do mar sejam adquiridos mais e melhores conhecimentos sendo que fator importante em termos do conhecimento adquirido é sem dúvida quer a sua utilização em termos da formulação das políticas e da emissão de licenças e autorizações quer a sua partilha com aqueles que desse conhecimento podem e devem tirar consequências práticas.

Para nós PCP é um princípio claro que defendemos e do qual não abdicamos o de que a sua gestão deva ser efetuada pela Região de acordo com a defesa da nossa autonomia enquanto pilar da democracia.

Tal como sempre afirmámos entendemos ser necessário que a Região seja respeitada em relação aos seus direitos sobre as zonas marítimas e seus recursos minerais.

Fundamental é que isto se aplique não apenas ao Governo da República, mas também à União Europeia.

A experiência e a prática vêm, contudo, demonstrando que o respeito pelo direito da Região a gerir as suas zonas marítimas e as suas riquezas é de difícil conciliação com o que está inscrito nos tratados europeus e que é a prática da União Europeia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afirmar que é importante a economia azul do mar para a região é fundamental, mas de nada servirá se não for acompanhado de políticas e medidas concretas para potenciar e dar força a esta área.

Falar de economia azul e não proteger devidamente as nossas pescas e os nossos pescadores a começar pelos que mais necessitam de proteção a todos os níveis que são os da pesca tradicional soará sempre a falso.

Falar do mar e da economia do mar e relegar para último plano a questão da formação ou nem disso se lembrar é prescindir de parte importante da riqueza que é o nosso mar e desprestigiar aqueles que dia a dia têm no mar a sua fonte de rendimentos.

Falar de economia do mar e debitar pomposos discursos enquanto se trata de alienar à voragem do sector privado uma empresa da esfera pública com a importância estratégica e local como é a Santa Catarina não apenas soa a falso como é uma negação daquilo que se diz defender e cruza as raias do mais puro cinismo da mais rematada hipocrisia política. É que estamos a falar de uma Empresa Reguladora do sector que é uma verdadeira embaixadora da qualidade das conservas dos Açores.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar a minha participação neste debate por saudar o BE e a Sra. Deputada Zuraida Soares por ter trazido esta temática ao plenário e dizer-lhe que inclusivamente subscrevo quase toda a sua intervenção, incluindo algumas críticas que fez ao meu partido e ao anterior Governo da República.

Agora também lhe quero dizer, Sra. Deputada Zuraida Soares que espero que o BE, usando da sua grande influência que tem sobre o atual Governo da República possa ajudar a resolver muitos dos problemas que a senhora identificou, e bem, designadamente com a alteração da designada lei do mar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia:

O senhor, provavelmente teria este seu discurso preparado para o Congresso do PS que decorreu o fim de semana passado...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Um grande congresso!

O Orador: ... e provavelmente não teve tempo ou não deixaram fazê-lo e veio para aqui fazer mais um conjunto de anúncios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu quero começar por dizer como é que o senhor quer que acreditemos nesses novos anúncios se há tantos e tantos anúncios do passado que ainda não foram cumpridos.

Eu quero lembrar-lhe alguns, porque os senhores gostam muito de anunciar para o futuro, mas é bom que recordemos os anúncios do passado e aqueles que são importantes para a Região e que estão, infelizmente por cumprir.

Olhe, falemos da Estratégia Nacional para o Mar.

Já aqui denunciei por diversas vezes que desde 2013, altura em que foi aprovada a Estratégia Nacional para o Mar e que a Região se comprometeu a elaborar o seu plano de ação para entregar na Estratégia Nacional para o Mar e desde 2013, 2014, 2015, 2016, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E nós estamos em?

O Orador: ... 2017, 2018, cinco anos esta lacuna ainda não foi resolvida e há um ano num debate sobre esta natureza, o senhor dizia: “Nesse sentido estamos a dar passos para termos e fazermos a nossa Estratégia Regional para o Mar”. Onde é que ela está, Sr. Secretário?

A verdade é que consultando, hoje não é possível, por acaso hoje não é possível aceder a essa página, coincidências que às vezes são difíceis de explicar ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... mas ainda na passada segunda feira consultando essa página não havia nada relativamente aos Açores, o plano de ação com a estratégia da maior Região Atlântida de Portugal, do Governo que tinha a obrigação de liderar e de ter uma estratégia não estava integrada na Estratégia Nacional para o Mar.

Quando é que o Governo resolve esta lacuna que é demasiadamente penalizante para a Região e para os investidores que aqui querem fazer os seus investimentos?

Vamos a uma outra lacuna que os senhores agora nos últimos dias e talvez em função do agendamento desta interpelação, têm procurado justificar-se que é a elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, o designado por POEMA, em que os senhores agora dizem, numa resposta ao requerimento que chegou sexta-feira, um requerimento do PSD, que “sim senhor, vamos elaborá-lo, agora é até final de 2019, ou até 2021”, mas não era esse o vosso compromisso.

Os senhores prometeram elaborar este plano em 2010, em 2010, porque era muito urgente compatibilizar as diversas atividades exercidas no mar dos Açores com a proteção e valorização dos recursos marinhos.

Depois, não foi possível em 2010, passou para 2012, depois para 2016 e em 2017, dizia o senhor também nesta Casa, que em breve estaria concluído. Agora

já não é, agora é para o final de 2019 e passamos por mais uma vergonha nacional, porque os senhores deviam ter vergonha dessas coisas, não há outro termo para justificar isso.

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, deu parecer negativo ao plano de situação do ordenamento do espaço marítimo nacional porque entre outros aspetos falta, e cito: “O território que maior expressão espacial tem, o espaço marítimo dos Açores, cujo processo de planeamento não se encontra realizado”.

Portanto, os senhores têm estratégia, os senhores têm tudo planeado, mas depois vamos à concretização, são lacunas atrás de lacunas, lacunas que inclusivamente nos envergonham a todos a nível nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era melhor substituir o Diretor Regional!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sim, porque essa é a prática agora, não se substituem os Secretários e as vítimas são os Diretores Regionais.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Bom, muito também se tem falado nesta Casa hoje sobre parques tecnológicos e o Sr. Deputado José Contente também muito falou sobre parques tecnológicos e lembrei-me eu do parque tecnológico ligado às ciências do mar e às empresas ligadas ao setor do mar que os senhores prometeram.

Mais um anúncio ...

Deputado José Contente (PS): Julguei que fosse mais um poema!

O Orador: ... Vasco Cordeiro em agosto de 2004, dizia na inauguração do Parque Tecnológico de S. Miguel, que seguiu o da Terceira e depois o parque empresarial da Ilha do Faial, mais vocacionado para as ciências do mar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Manifesto do PS, de 2012, no Faial:

Ponto n.º 1: promover a instalação do parque empresarial para as empresas ligadas ao aproveitamento dos recursos do mar, em articulação com a promoção da investigação do mar profundo.

Mais um anúncio que ficou pelo caminho. Onde está, Sr. Secretário, o parque tecnológico ligado às ciências do mar, que os senhores prometeram instalar na ilha do Faial?

Vamos a um anúncio mais recente, que tem a ver com o Observatório do Atlântico, que o senhor diz que ficará sediado aqui na cidade da Horta. Isto é pouco!

Portanto, eu quero perguntar-lhe, ficará sediado onde?

Que empregos criará nesta ilha?

Qual a sua relação com a Universidade dos Açores e com o DOP sediado nesta cidade?

Eu acho muito estranho, falando com gente responsável do DOP e com investigadores do DOP, eles desconheçam por total o que é que é este Observatório do Atlântico, onde ficará, qual a sua ligação com a Universidade, o que fará e qual a ligação que tem designadamente com a investigação científica que o DOP produz?

Como é que estas questões vão ser articuladas?

Nesta intervenção eu também queria, a finalizar, falar do processo, não queria falar do processo do encerramento do IMAR, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não dá jeito!

O Orador: ... porque esse de facto é um processo triste, mas queria dizer-lhe que este processo do encerramento do IMAR, ou possível encerramento que eu ainda não sei bem o que é que vai acontecer, ninguém sabe, serviu para demonstrar duas realidades e é aí que eu quero centrar a minha intervenção:

Serviu para mostrar a fragilidade do Departamento de Oceanografia e Pescas desta cidade;

Serviu para demonstrar a fragilidade da investigação científica das ciências do mar que se produz nesta Região.

Tudo com pés de barro, tudo caracterizado pela precaridade e pela incerteza.

Muitas das estruturas orgânicas que ali funcionam no DOP, nós não sabemos onde é que começa e termina o DOP, onde é que começam e terminam essas estruturas, não sabemos quem faz e quem é o responsável pelas investigações, de quem é a patente dessas investigações. Não se sabe efetivamente nada!

Como é que é possível e esta é a minha dúvida, Sr. Secretário, e eu sei que o Governo não é o único responsável por esta situação, mas quero aqui deixar esta dúvida, como é que é possível 40 anos depois, nós tenhamos um departamento desta Universidade com esta fragilidade?

No seu quadro de investigadores, nós temos oito investigadores, naquela casa trabalham mais de 100 pessoas e do quadro nós temos oito investigadores, seis no ativo.

Dentro de 2, 3 anos, desses oito investigadores, 3 vão para a reforma.

Deputado José Contente (PS): O senhor está a fazer uma interpelação ao reitor?

O Orador: Dentro de 5 anos, mais 2 desses oito investigadores, vão para a reforma.

Portanto, eu pergunto qual é o futuro do Departamento de Oceanografia e Pescas? Qual é o futuro da investigação das ciências marítimas no DOP, nesta cidade? Qual é a estratégia da Ciência desta Região que ajude a resolver este problema objetivo que nós temos? Como é possível nós termos chegado e apregoarmos a investigação de qualidade que ali é feita, a dizermos que temos uma aposta no mar, que queremos que o futuro passe por essa aposta, que um dos alicerces dessa aposta é a investigação e o conhecimento científico que

temos e temos o departamento que é dito que faz esta investigação, com esta fragilidade, com esta falta de quadros.

Portanto, a pergunta é esta: está o Governo disponível para apoiar a Universidade dos Açores, conforme a Universidade dos Açores já solicitou à Secretaria, com o aumento das verbas da tripolaridade e com este aumento investido no Departamento de Oceanografia e Pescas para, entre outras coisas, apoiar o curso de licenciatura em ciências do mar, nesta cidade.

Portanto, qual foi a resposta que o Governo deu à Universidade dos Açores ou qual é a resposta que vai dar, porque de facto continuar desta forma e dizer que nós queremos apostar no mar, queremos apostar na investigação científica, sem meios, sem recursos humanos, de facto isso é de uma incoerência total.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 11 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito e tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho ao debate nesta segunda vez, para contrariar, porque é disso que se trata, a ideia, que na nossa opinião é incorreta, que não há estratégia para este setor, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se fosse só para esse estávamos tão bem!

O Orador: ... desde logo porque é preciso conhecer os três princípios que foram definidos pelo Governo dos Açores para este setor em termos estratégicos, em matéria da promoção da internacionalização da investigação e da participação em redes que envolvem instituições nacionais e internacionais, que possa de algum modo favorecer o sistema científico e tecnológico da Região Autónoma dos Açores e o desenvolvimento e a sua projeção no espaço europeu de investigação; por outro lado um vetor fundamental em que o Governo está apostando também no fomento da transferência do conhecimento para o tecido empresarial em conjunto com o sistema científico e tecnológico dos Açores e em terceiro lugar um vetor associado à educação para a ciência.

Mas isso significa que há mesmo coisas concretas para cada uma destas áreas, porque quando o apoio à Rede do Centro de Ciências dos Açores, chamado RECA, em 2017 investiu 570 mil euros, isso para além de estratégia são resultados e apostas concretas.

Quando investe na evolução dos Centros de Ciência e se passa em 2012, de 47 200 visitantes, para 96 193, isto são resultados.

Quando se apoiam os espaços públicos das promoções das tecnologias de informação e comunicação, em 2016 e 2017, em 471 mil euros, isto são investimentos que têm resultados na aposta na melhoria das tecnologias de informação em cada uma das nossas freguesias onde funcionam esses espaços TIC.

Quando se apoiam cidadãos portadores de deficiência ou entidades que têm associadas pessoas com deficiência em 2017 e há 30 projetos em 2017, isto é uma medida concreta, inovadora, ou seja, que foi criada de novo e já havia antes também e isso representou um investimento superior a 86 mil euros.

Quando há uma evolução concreta no número de projetos e reuniões científicas internacionais, com o apoio a mais de 23 dessas reuniões em valores superiores a 130 mil euros, isto são resultados e experiências concretas.

Quando o número de projetos de apoio à participação de investigadores em reuniões científicas de 2014 a 2016, é de mais de 31, são resultados concretos e os três milhões, cento e cinquenta mil euros que aqui foram aplicados, são resultados concretos.

Quando há apoio ao número de edições científicas no número de 21, só em 2017, num montante superior a 33 mil euros, isto são resultados concretos que fazem parte também da política de apoio à Universidade dos Açores.

Quando se apoiam iniciativas à participação de organizações e eventos de difusão de cultura científica e tecnológico em 2017, em mais de 60 mil euros, isto são resultados e investigações que fazem parte de um valor importante.

Quando o total de investimentos, mais de complementos nas bolsas são de 7,8 milhões de euros, de 2012 a 2016, isto são valores concretos para além do Fundo Nacional da Ciência e Tecnologia.

Quando o apoio dos projetos de investigação em 2017 são de 173 mil euros, isto são resultados concretos e por isso há aqui duas situações: aqueles que sempre falaram na estratégia esquecendo-se, por um lado as comunicações dos responsáveis da tutela que parecem não querer ouvir ou não ouvem os resultados e ficam focados e fixados nas suas próprias intervenções, e por outro lado, aqueles que desde 1996 têm tanta estratégia que os açorianos continuam a pô-los onde eles estão.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Bom, eu vou tentar responder aqui mais por temáticas do que propriamente a um ou outro Sr. Deputado, porque foram muitas as questões levantadas.

Peço desculpa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como eu ia dizendo vou tentar ser sucinto e responder aqui a algumas das questões, julgo que a vários Deputados, em simultâneo, vamos tentar.

Em relação ao emprego científico, naturalmente que este é um problema que não é só da Região, é um problema nacional e até internacional, mas devo lembrar que foi com o PS na República que se criou este combate à precaridade, naturalmente com o apoio de outros partidos nacionais e que foi recentemente lançada a Lei 57/2017, que enquadrava, digamos assim, uma série de pressupostos para que esses contratados, ou bolseiros, ou investigadores, em situação mais precária, pudessem ser contratados pelas Universidades.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Estão a ser!

O Orador: Naturalmente que agora muitos estão a ser, há Universidades que avançaram mais do que outras. A Universidade dos Açores, nós ficamos na expectativa também para perceber qual era o posicionamento da Universidade dos Açores, em todo este processo. Sabemos que a Universidade dos Açores,

isso foi agora no final de agosto, abriu cerca de 5 vagas e por outro lado o IMAR, tanto quanto sei não abriu nenhuma vaga.

Naturalmente que o Governo não se pode substituir à Universidade, nem ao IMAR neste aspeto e, naturalmente continua também preocupado com este assunto e está a tentar desenvolver outros mecanismos para poder apoiar a Universidade e o IMAR a fazer esses contratos, desde logo através dos programas que estão a ser desenhados para o Air Center e para o Observatório do Atlântico, onde se prevê contratos programa, precisamente para o emprego científico, no âmbito destes projetos, que serão contratados pela Universidade, por exemplo, no âmbito do ARM, no âmbito do Piconar e no âmbito do Observatório do Mar, mais diretamente relacionado com o emprego científico nesta área.

Mas o emprego científico não se resume a isto. Os projetos de investigação obrigam à contratação de doutorados; os projetos em contexto empresarial também obrigam à contratação de doutorados; nós lançámos seis bolsas de doutoramento em contexto empresarial; o plano de internacionalização potencia no futuro a contratação de investigadores, uma vez que quando, no âmbito dos projetos de investigação, podem ser potenciados com os apoios que nós demos; o financiamento, por exemplo no âmbito das ERA-NET, nós estamos a apoiar várias ERA-NET também preveem recursos humanos, o apoio aos Interreges, aos MAC, aos life, também contempla a contratação de recursos humanos; a adjudicação de serviços técnicos ao centros de investigação, nomeadamente muitos deles na Universidade dos Açores também contemplam recursos humanos, portanto temos aqui políticas ativas de contratação de recursos humanos que estão a ser realizadas.

Já falei do âmbito e do Air Center e do Observatório do Atlântico, que vão ser contemplados contratos programa que estão em negociação neste momento com

o Ministério da Ciência, portanto estas questões estão a ser devidamente enquadradas e é naturalmente uma preocupação que nós temos.

Passando um pouco agora à questão da Lei de Bases, pois foi decidido que a Região Autónoma fazia a sua Lei de Bases, o continente quis avançar com o seu plano e nós estamos consistentemente e com toda a informação técnica que vamos recolhendo, para que saia um bom plano de ordenamento do espaço marítimo e é isso que estamos a fazer eu tive oportunidade de dizer quais são os prazos e para onde é que caminhamos.

Agora, em relação ao Sr. Deputado Luís Garcia, eu gostava que ele me apontasse – porque é uma pergunta insistente que o Sr. Deputado faz – um caso de uma empresa ligada à economia do mar, uma iniciativa que tenha sido impedida de se desenvolver pela ausência deste plano de ordenamento.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já não é preciso!

O Orador: Eu não conheço nenhuma, mas o Sr. Deputado com certeza saberá porque insiste tanto nesse assunto e diga-me o que é que está a impedir, qual é a empresa que foi impedida para que isso não aconteça?

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores é que se comprometeram com isso!

O Orador: Por outro lado, convém desmistificar um pouco, porque isto vem muito à baila é a questão da mineração do subsolo e do solo marinho.

Convém clarificar de uma vez por todas, que neste momento não existe absolutamente projeto nenhum nesta área para a mineração dos fundos dos nossos mares e, portanto, é uma mistificação que o nosso mar está a saque, está a ser roubado, etc.

Por outro lado, ligo aqui também a questão das amostras biológicas e também não estamos a ser, nem roubados, nem a saque, uma vez que temos uma lei própria na Região Autónoma que impõe regras muito claras, em relação àquilo que são as amostras recolhidas em várias campanhas oceanográficas e elas são devidamente identificadas e sabe-se precisamente qual é o destino e existe aqui

essa preocupação e isso tem sido feito. Nomeadamente quantos aos cruzeiros de investigação e aos muitos cruzeiros de investigação, pois eles só demonstram o interesse e a singularidade que a nossa Região tem em termos de investigação marinha, nomeadamente nas questões do mar profundo e isto tem permitido, felizmente, a participação de muitos investigadores da nossa Região participarem nesses cruzeiros, eles fazem parte de muitos desses projetos que implementam essas campanhas e eles próprios têm as suas agendas de investigação com base nos dados que são recolhidos nessas campanhas.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro, gosta sempre de vir para estes debates lançar alguns *sound bytes* e eu não sei se o Sr. Deputado ouviu ou não a minha intervenção, mas falei de vários projetos concretos que estão a acontecer na área do espaço e, portanto, parece-me que o Sr. Deputado é que anda um bocadinho na estratosfera porque gosta de vir sempre com *sound bytes* em relação a estas matérias e eu enumerei alguns deles, posso repetir-lhe: o SST, o EUMETSAT, etc., que são concretizações que estão a ser conseguidas.

No caso concreto do TERINOV, posso dizer-lhe também que neste momento nós temos cerca de 40 e poucas empresas já muito interessadas em fixar-se no TERINOV, são empresas ligadas às agroindústrias, ou indústria agroalimentar e também empresas ligadas às indústrias criativas e culturais.

Existem também outros interesses de organismos institucionais, é o caso do SST que se pretende fixar ali e, portanto, o TERINOV está a ter uma grande procura e ainda não está concluído.

Posso também dizer que já existe um grupo de investigação que está já em funcionamento em parte do parque.

Quanto à Antena de Perth, posso dizer-lhe que a adjudicação da base da antena já foi feita, já foi realizada e que em breve esperamos que ela possa iniciar esta obra.

A Antena de Perth já está em Santa Maria, portanto estamos ainda dentro dos prazos, embora um bocadinho apertados, mas este é mais um projeto que se vai concretizar.

Em relação à questão do Sr. Deputado João Paulo Corvelo, deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu tenho que lhe dizer isto, porque focou aqui a questão das conserveiras e dos trabalhadores, permita-me que lhe diga isto: o PCP fez naturalmente várias ações relacionadas com a conserveira da COFACO, num período muito complicado, tanto para a empresa, como para os próprios trabalhadores, todos sabemos qual é a situação neste momento que existe,

Houve - e deixe-me dizer-lhe isto com toda a franqueza - algum aproveitamento político, mas houve uma coisa mais grave e que eu não esperava de um partido que se diz defensor dos trabalhadores, que foi uma queixa à Comissão Europeia, pondo em causa a legitimidade deste investimento da empresa PDM.

Ora, isto não é ajudar os trabalhadores com toda a certeza, isto é um aproveitamento político que o PCP fez desta questão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque pôr em causa na União Europeia, a legitimidade deste financiamento, é pôr em causa o futuro e o emprego destes trabalhadores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Finalmente, dizer que o Governo Regional sempre contou e conta com a Universidade dos Açores, não se pode substituir a ela, não tutela a

Universidade dos Açores, nem o IMAR, mas está sempre disponível para apoiar a Universidade dos Açores em tudo aquilo que for solicitado e é por isso que nas programações do Air Center e nas programações do Observatório do Atlântico, nós exigimos e prevemos que existam contratos programa específicos para o emprego científico para dotar a Universidade dos Açores e fixar quadros na Universidade dos Açores, em cada uma destas áreas, no âmbito das ciências que estes centros pretendem estudar e é isso que está a ser feito, além de outras iniciativas que estamos a equacionar para reforçar esses apoios à contratação por parte da Universidade dos Açores.

Ainda em relação a isto, ao Observatório do Atlântico e ao Centro Internacional de Ciências do Mar, a Sra. Deputada, e eu partilho da sua paixão por esta situação e pelas questões do mar e da ciência, mas gostava de perceber de uma vez por todas qual é o racional, que detalhasse um pouco mais qual é o seu entendimento sobre este Centro de Investigação: é um centro de gestão? É para contratar investigadores? É para fazer duplicação de investigação com a Universidade? Como é que o BE vê este Centro de Investigação, que é uma coisa que se preocupa muito com o nome, mas ainda não vi o racional do BE em relação ao que é que poderá vir a ser este Centro de Investigação.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o Governo como é que vê?

O Orador: Foi aqui focado, eu não tenho tempo para responder a todas as questões, só muito rapidamente a questões de investigação, na área da saúde.

Na área da saúde, posso dizer-lhe, Sr. Deputado Luís Garcia, julgo que foi quem colocou ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Alonso Miguel!

O Orador: ... Sr. Deputado Alonso Miguel, deixe-me dizer-lhe que nós neste momento e apesar da saúde não ser uma das áreas prioritárias de investigação incluídas na Ris3 e são essas que nós só podemos apoiar em termos de projetos, posso dizer-lhe que nós aderimos a uma ERA-NET, na área da saúde e estamos

a apoiar uma equipa regional, relacionada com a investigação na doença Machado Joseph em que ela já está incluída num projeto de investigação com parceiros alemães.

Tenho que terminar.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois das explicações aqui dadas, quer pelo Sr. Secretário Regional, quer pelo Deputado José Contente, ficamos com certeza a saber que a ciência está muito bem na Região e recomenda-se, só que não está, como outras áreas.

Portanto, se eu fosse o Diretor Regional, Bruno Pacheco, certamente ficaria muito preocupado, uma vez que não há responsabilidades políticas, rolam apenas cabeças de diretores regionais, aqui está a sugestão de mais um, uma vez que tudo está bem na ciência...

Deputado Francisco César (PS): Não falemos de rolar de cabeças, pois há cabeças mais perto de rolar do que diretores regionais!

O Orador: ... mas não está!

O que vale é que a realidade vai desmentindo este discurso da retórica e enquanto o Sr. Secretário Regional me acusa de fazer *sound bytes*, eu devolvo-lhe a acusação de não responder às perguntas concretas, que é isso que elas são. Uma vez que o Sr. Secretário não sabe, ou não quis responder às perguntas concretas, eu aproveito a presença na sala do Sr. Presidente do Governo Regional, que melhor do que ninguém pode explicar o que é que quis dizer no comício da sua última campanha eleitoral na Praia da Vitória, quando anunciou que os investimentos concretos no Air Center da Terceira seriam, eles sim, o grande fator de mitigação do downsizing americano na Base das Lajes.

Portanto, gostaria que me respondessem quais são os investimentos concretos, para quando, qual o valor, qual o número de empregos, onde e já agora o que é que é a sede do Air Center na Ilha Terceira, quem é que lá está e o que é que lá se faz?

Não são *sound bytes*, são perguntas concretas a quem de direito.

Depois, a relação com a Universidade dos Açores.

O Governo Regional atribui para a tripolaridade que é do interesse da Região uma verba, no nosso entender, miserável de 350 mil euros, quando os custos da tripolaridade estão estimados em cerca de um milhão. Se isto é querer fomentar a tripolaridade e se isto é querer uma Universidade com a dispersão que a nossa Região também tem, vou ali e já volto.

Depois, gostaria também, de modo muito resumido de perguntar ao Governo Regional, se por acaso e no que diz respeito ao mar e aos problemas das ciências do mar, se Hélder Silva, Serrão Santos, João Luís Gaspar e já agora Gui Menezes, se algum destes senhores é do PSD?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a acusar de quê a Universidade dos Açores?

Presidente: Sr. Deputado Alonso Miguel, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer ao Sr. Deputado José Contente, que tinha ficado com a ideia que nós estávamos no âmbito, deste debate, de uma interpelação ao Governo,

Portanto eu não registei uma única pergunta que o senhor tenha colocado o Governo ou ao Sr. Secretário Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Mas não se preocupe com isso que nós ainda temos tempo!

O Orador: Depois, dizer Sr. Secretário, comecei a minha primeira iniciativa dizendo exatamente que se mantinha o velho hábito de se gastar o tempo na tribuna e depois não havia tempo para responder às perguntas do Srs. Deputados, não me equivoquei, acertei exatamente nesta questão.

Portanto, recorde que o senhor deixou ficar por responder algumas perguntas que lhe coloquei e que me parecem pertinentes e tem a ver com o porquê da abertura das últimas bolsas de doutoramento, apenas em 2015, por que é que só agora é que estão a pensar em abrir novas bolsas, pós doutoramento em 2016 e se pretendem ou não tornar este apoio regular e anual, para que depois todos possam ter, os potenciais interessados, uma igualdade no acesso a estes apoios.

Pergunto também em relação ao concurso para os projetos de investigação científica, os tais 3,3 milhões de euros, tinha-lhe perguntado quantos foram os projetos apoiados, quantos investigadores estão envolvidos na totalidade destes projetos, quantos doutorados foram contratados e qual o valor da verba atribuída?

Pedia, por favor, que me respondesse a isso e também tinha perguntado qual seria a sua visão em relação ao papel a desempenhar pela Universidade dos Açores, na estratégia regional para o desenvolvimento científico para a ciência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Respondeu isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde?

O Orador: Mais ou menos.

Há uma pergunta que foi colocada pelo Sr. Deputado Luís Garcia e que é da maior pertinência, que tem a ver com a disponibilidade por parte do Sr. Secretário, portanto por parte do Governo Regional, para financiar a criação de uma licenciatura no Departamento de Oceanografia e Pescas, na área das

ciências ligadas ao mar e portanto gostaríamos muito de saber se de facto há abertura para fazer face àquilo que foi solicitado pela própria Universidade e se está disponível, ou não, em compartilhar este investimento que seria de grande importância.

Em relação ao Air Center, Sr. Secretário, devo dizer-lhe o seguinte: o Governo Regional e o Governo da República, através do Ministro Manuel Heitor, anunciaram com pompa e circunstância, na altura da declaração de Florianópolis, que este Air Center iria gerar muito emprego na Ilha Terceira.

No entanto agora parece que afinal a sede é apenas simbólica, cria pouco emprego, são tarefas essencialmente administrativas, portanto há aqui um abrandamento claro neste discurso.

Mais recentemente, em resta a um requerimento parlamentar, o Governo Regional afirma que desconhece os números de investimento e emprego.

No fundo o que nós queremos saber em relação ao Air Center é, como é que isto se materializa, quais são os dados concretos, qual é o emprego que isto gerará? Quantificar de alguma forma qual é o impacto disto na economia da Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um computador em Braga!

O Orador: Exatamente!

Para já o que se sabe é que vem uma antena, através da Agência Espacial Europeia, que segundo diz já está em Santa Maria e o que resultou daqui foi um supercomputador para a Universidade de Braga, portanto não sabemos mais.

Queríamos saber quais são efetivamente os investimentos que vão capacitar a Região no domínio da investigação científica, resultantes deste Air Center.

Para terminar, em relação ao Observatório do Atlântico, a Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, afirmou em Malta, no âmbito de uma Conferência organizada pela União Europeia, que o investimento a realizar no âmbito deste projeto, seria de 15 milhões de euros até 2021.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

O Orador: A pergunta muito concreta é: de que forma é que este Observatório do Atlântico vai dinamizar o emprego qualificado na nossa Região e quantos são os empregos também previstos neste âmbito, se nos consegue já dar alguns dados em relação a esta matéria?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é muita pergunta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tema da interpelação era de tal maneira vasto que naturalmente compreendem que é difícil escolher matérias para as minhas respostas e para aquilo que foi a minha intervenção.

Muitas das respostas eu acho que já as dei na própria intervenção, mas posso voltar a repetir.

Em relação aos concursos dos projetos de 3.3 milhões de euros, posso dizer-lhe e como disse no meu discurso, estava bem explícito, estes projetos ainda estão a ser avaliados e prevê-se que até ao final do ano sejam selecionados os projetos que vão ser financiados e prevê-se que sejam cerca de 20 projetos e estes 20 projetos têm naturalmente recursos humanos e contratos de trabalho para funcionar nesses projetos de investigação e neste momento eu não sei dizer cada um, quantos contratos é que vai fazer.

A regularidade e a previsibilidade dos apoios à ciência, tanto em projetos como em bolsas é de facto uma preocupação nossa e em termos de projetos e de bolsas, penso que temos conseguido com alguma regularidade ir lançando alguns desses concursos.

Estamos igualmente a equacionar, como também referi há pouco, novos concursos para os próximos anos.

Devo dizer que as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento que estão neste momento em vigor terminam algumas em 2020 e 2021, as mais recentes, ou seja, cerca de 36 bolsas.

Em relação à questão do emprego na Ilha Terceira, eu já tive oportunidade de dizer que a forma de funcionar do Air Center é através de projetos de investigação e nos centros que derem e que estão a trabalhar no Air Center, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não era isso que os senhores diziam!

O Orador: ... portanto é a dinâmica própria dos centros, no âmbito das áreas científicas que vão ser estudadas no Air Center, que se espera que venha a criar o emprego científico.

Em relação ao supercomputador, eu não vou falar nisso porque eu considero isso um pouco ridículo. A questão do supercomputador já foi esclarecida, não tem nada a ver com isto.

Em relação à questão da Universidade e ao Polo da Horta e àquilo que é a solicitação da Universidade.

Eu também já tive oportunidade de dizer há pouco que no âmbito do Observatório do Atlântico, uma das componentes que está lá prevista é a existência de um contrato programa, que possa ser aproveitado pela Universidade dos Açores, para contratar investigadores, que eventualmente vai permitir que a Universidade dos Açores consiga ter os tais ETI para poder obter o curso de Ciências do Mar, aqui na Horta, isto são conversas que estão a decorrer ainda com a Universidade, naturalmente essa contratação de investigadores para o Polo da Horta, pode proporcionar no futuro a existência do curso de Ciências do Mar, aqui na cidade da Horta.

Não sei se ficou alguma pergunta por responder.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muitas!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, ouvi com muita atenção o discurso que proferiu ali naquela tribuna e acho que colocou a questão de uma forma bastante racional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem sequer estava cá dentro!

O Orador: De facto a questão do mar, da ciência e da tecnologia, estão nestas temáticas, interligadas.

Não é possível desenvolver o potencial do mar dos Açores, sem uma aposta forte no campo da ciência.

É uma área em que temos um potencial muito significativo, mas é evidente, como V. Exa. bem apontou que existem muitas deficiências ao nível do apoio à ciência nos Açores.

Pelo contrário o que existe nesta matéria não é nenhum avanço, é uma regressão bastante significativa.

Devo dizer também como ficou provado através de uma intervenção, aliás brilhante, do Sr. Deputado Luís Garcia, que existe uma falta de estratégia por parte do Governo Regional nesta matéria, nomeadamente por exemplo, no âmbito do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores ou a Estratégia para o Mar dos Açores.

Eu sei que é complicado para o Governo dos Açores, que é um Governo esgotado e sem ideias, ter a capacidade de construir um discurso articulado e de definir uma estratégia, aliás para o Sr. Presidente do Governo Regional uma estratégia, não é mais que um enunciado de medidas avulsas.

Por isso, sendo um exercício complexo o Governo Regional não o fez ao longo de todos estes anos e o que é mais grave é que esta ausência de planificação a

nível regional, esta capacidade de estruturar um conjunto de ideias articuladas e inteligíveis, impede também nalgumas matérias que o próprio País possa planificar e possa finalizar a sua planificação estratégica nesta matéria, porque como é evidente os Açores representam grande parte do potencial marítimo do nosso País, não só pela enorme extensão da Zona Económica Exclusiva, como também da enorme área contígua à Zona Económica Exclusiva, que se a proposta portuguesa for aceite em relação à extensão da plataforma continental marítima do País, significará e somará um total de quatro milhões de quilómetros quadrados, algo como metade, praticamente metade da área do Brasil, estamos a falar de uma extensão de grande dimensão, estamos a falar quase do quinto império.

Por isso, meus senhores, nesta matéria os Açores têm um papel decisivo e era bom que tivesse uma estratégia, era imprescindível que tivesse uma estratégia, mas não a tem, isto no campo da ciência, no campo da estratégia.

No campo político o que nós temos é um Presidente do Governo Regional que falou de pirataria, aqui há uns anos falou de pirataria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Gostei dessa!

O Orador: Eu pensei que tivesse tomado algumas medidas para evitar o exercício desta pirataria que planificasse comboios de defesa para impedir que esta pirataria se exercesse sobre os interesses dos Açores. Mas não! O Sr. Presidente do Governo porta-se como o Capitão Fernando de Mendonça Furtado, que era o capitão da nau Madre de Deus. A nau Madre de Deus era a maior nau construída no séc. XVI, foi capturada junto das Flores e do Corvo e este capitão rendeu-se aos corsários, aos piratas ingleses.

Eu devo dizer que no comportamento do Sr. Presidente do Governo Regional, observo a mesma atitude, uma atitude de rendição, uma atitude de não ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sou eu a falar, mas está a falar bem!

O Orador: Estou quase a concluir.

... uma atitude de rendição a outros interesses e era necessário que a atitude fosse diferente, fosse uma atitude combativa no âmbito dos interesses dos Açores que o Sr. Presidente do Governo Regional não tem, tem uma ambição de rendição aos interesses do governo central. Como é que esta questão se resolve? Esta questão resolve-se com a afirmação política dos Açores, mas uma afirmação verdadeira, uma afirmação em que se assuma que esta é uma área do nosso interesse e que nesta área nada se decide no mar dos Açores, sem que os Açores estejam de acordo e sem que os interesses dos Açores estejam a ser defendidos convenientemente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi isto que o Sr. Presidente do Governo Regional, ao longo de todos estes anos no exercício do mandato que tem, não conseguiu concretizar. Concluindo, não temos estratégia, não temos apoio à ciência e também não temos determinação na defesa dos interesses dos Açores.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Gui Menezes, como os Deputados lhe fazem as perguntas e o senhor não dá as respostas, também não quero falar mais consigo, vou falar com o Sr. Presidente do Governo Regional, uma vez que foi ele que fez a promessa em comício na Praia da Vitória, de que os investimentos concretos a realizar em breve na Ilha Terceira ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade! O Sr. Secretário Regional respondeu às questões. As respostas é que não lhe agradaram!

O Orador: Sr. Secretário Regional, certamente os seus apartes não podem interromper a minha intervenção, mas vou tentar continuar.

... esses investimentos concretos que o Governo já conhecia iam mitigar as consequências que todos nós conhecemos que foram desastrosas para a economia e para a sociedade do concelho da Praia da Vitória, foi fácil e foi bonito prometer em comício, diga lá Sr. Presidente o que é que é a sede do Air Center na Ilha Terceira? O que é que lá se faz? E quais é que são os investimentos concretos previstos para a Ilha Terceira, que o Sr. Secretário Regional não foi capaz de concretizar e tem hoje aqui -porque está presente e saudamos a sua presença no Parlamento como é habitual - uma oportunidade única para concretizar e dar essas explicações aos Deputados porque também é para isso que o Governo e o Sr. Presidente cá estão.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, os Deputados do PCP não fizeram qualquer tipo de queixa na Comunidade Europeia, a única coisa que fizeram foram perguntas Sr. Secretário.

Sr. Secretário, o PCP está preocupado com os trabalhadores e com os açorianos; o PCP está e estará na defesa de todos os trabalhadores pelos seus direitos, quer o Sr. Secretário goste ou não.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim mesmo, João Paulo!

Presidente: Tem agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não aceitamos que se diga que o Sr. Presidente do Governo tem andado alheado destas questões, não só por aquilo que tem sido feito, como por aquilo que tem sido afirmado com coragem, porque senão vejamos:

Aqueles que gostam muito de ler os nossos documentos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): V. Exa. disse documentos?

O Orador: ... deviam perceber que quando se afirma, como se afirmou recentemente que a nossa Região com a governação do PS, foi a primeira região da União Europeia a implementar uma Rede Natura 2000; quando se diz, como se disse recentemente que a nossa Região não está disponível para ficar com os restos da soberania; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é que se disse isso?

O Orador: ... quando se diz, como se disse recentemente, que a partilha de competências que existe e que vai existir com a República, é um documento que foi dito por uma pessoa que é responsável e por isso assume as suas afirmações na sua plenitude e é o Presidente do Governo, independentemente da qualidade que assumia nesta moção.

Por isso, os senhores não têm o mínimo de razão em invocar qualquer tibieza da Região Autónoma dos Açores, ou do Governo dos Açores, ou do seu Presidente, na firmeza com a República.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Agora nós reconhecemos uma coisa, como já Antero de Quental reconhecia, para nós em muitas coisas a tolerância não é permissividade, mas o rigor também não é intransigência e o que nós sabemos é efetivamente negociar estas questões como fizemos no passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que o digam os professores!

O Orador: O património do PS, em matéria de negociação com o Governo da República, quer este, quer o do passado, é indiscutível e se quiserem eu posso ler 14 medidas de coisas impensáveis há muitos anos, mas não vai ser preciso porque alguns conhecerão, mas lembrarei quatro ou cinco: quem foi o Governo nos Açores e na República que conseguiu duas Leis de Finanças Regionais?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é anedota!

O Orador: Quem foi o Governo que conseguiu duas baixas significativas nas tarifas elétricas e também nas passagens? Quem foi o Governo que conseguiu vitórias em sucessivos Quadros Comunitários de Apoio, aqui e na República? Quem foi o Governo que excluiu os Açores do embargo da BSE e também das questões associadas aos agricultores açorianos no excesso das quotas leiteiras?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quem foi o Governo que apoiou as calamidades?

Mas também quem foi o Governo que rejeitou o apoio às calamidades da Terceira, no Porto Judeu e que nos mandou para a banca? Os senhores não têm nenhuma autoridade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Devo dizer mais: é completamente abusivo nessa discussão que saúdo, se calhar na última conversa sempre saudável com a Sra. Deputada Zuraida Soares, que é uma pessoa de qualidade e de trazer temas de qualidade a este Plenário e saúdo mais uma vez o seu interesse por este importante tema, mas nós existimos e coexistimos na divergência e temos algumas divergências nesta matéria, porque nós consideramos que há uma articulação entre a ciência e a tecnologia nos Açores há muito tempo e que continua a existir com outras feições, porque são novos tempos, têm novos desafios e existem essas situações com programas como o Prociência, mas também com o programa operacional Açores 2020, como o Interreg, ou situações associadas também a apoios destinados a entidades empresariais e não empresariais e é indiscutível o apoio do Governo dos Açores à Universidade dos Açores.

Nós aceitamos e é importante a Universidade dos Açores ser um parceiro indiscutível do desenvolvimento regional, mas ao mesmo tempo respeitamos na íntegra a sua autonomia universitária e somos incapazes de, como já vimos aqui hoje, falar que há um fulano e um sicrano que de que partido são? Se calhar o reitor era deste partido e o outro era de outro partido, como se isso fosse algum objetivo estratégico.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não era não!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é a política da maledicência, do pequeno caso e que não ajuda nada o desenvolvimento regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os senhores vão ficar com esses labelos, porque a nós interessa-nos outras coisas, interessa-nos o desenvolvimento regional e em relação à Universidade dos Açores, e só para concluir, devo dizer que os principais apoios concedidos à investigação, desenvolvimento e inovação perfazem de 2016 a 2018 mais de 7,5 milhões de euros. Isso é que é concreto.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso como dizia o grande Einstein “nada é tão difícil compreender, como haver compreensão para tanto”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O Rendeiro ficou rendido!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria cumprimentar a Sra. Deputada Sabrina Furtado, a Sra. Deputada Rute Gregório e o Sr. Deputado Jorge Paiva, que faz o favor ao ser meu amigo há muitos anos e desejar as maiores felicidades no vosso trabalho, porque será a bem dos Açores e dos açorianos, com certeza.

Eu queria, Sras. e Srs. Deputados, registar o facto de nós estarmos aqui perante uma interpelação, cujo um dos temas é o mar e ninguém, além do Sr. Secretário, ter falado sobre as pescas.

As pescas têm servido infelizmente como arma de arremesso político quando as coisas não estão bem, mas ao contrário do que essa oposição faz, nós estamos aqui e estaremos sempre aqui e em qualquer sítio para falar das pescas, quer as coisas estejam bem, quer as coisas estejam menos bem.

Foi isso que nós fizemos, a prática do Grupo Parlamentar do Grupo Parlamentar do PS, foi isso que fez e andamos nos portos, no ano de 2016, quando as coisas não estavam bem e hoje continuamos a falar com os pescadores, com as suas organizações.

É por isso que o nosso Grupo Parlamentar está de consciência tranquilo. Estivemos com os pescadores nas horas difíceis e estivemos sempre ao lado das soluções locais, para os problemas locais e nunca aceitamos aquilo que a oposição nos queria empurrar para atirar dinheiro para cima ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor diga nomes! Já estou a chatear-me com isso!

O Orador: Alguma oposição, sejamos francos. Sr. Deputado, é alguma oposição, de facto o senhor tem razão.

Nunca aceitamos atirar dinheiro para os problemas, como eu disse e sejamos francos, nesta luta nunca estivemos sozinhos, tivemos sobretudo connosco os nossos pescadores.

Em 2016 tivemos um ano difícil; em 2017 tivemos já uma boa recuperação, tivemos mais 11% de capturas, tivemos mais 14% de melhoria no rendimento dos pescadores; em 2018, até ao mês de agosto, as descargas aumentaram mais de 100% e o rendimento mais de 40% relativamente a igual período do ano anterior.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, tenho alguma dificuldade em perceber por que é que os Srs. Deputados que estão ligados às questões das pescas, como o Sr. Deputado Jaime Vieira, não vem aqui congratular-se pelo facto das pescas estarem a atravessar um bom momento.

Mas eu percebo que também isso se calhar tem alguma coisa a ver com o facto de algum deste sucesso ter muito a ver com o trabalho que o Governo tem feito ao longo dos últimos tempos.

Deputado Luís Garcia (PSD): O Governo foi buscar o atum!

(Diálogo entre os Deputados)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Há um enorme silêncio que eu não percebo sobre a questão daquela que foi uma grande conquista da pesca açoriana, que foi a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta medida tem um grande alcance social e foi feito em convergência com as organizações quer dos pescadores, quer dos armadores.

Houve um amplo consenso sobre esta matéria. Era bom que viessem falar sobre isto, porque isto de facto é do interesse dos nossos pescadores. Não falam, é a vida, temos que lidar com isso!

Deputado Marco Costa (PSD): Diga quanto é que fica nos Açores!

Deputada Sónia Nicolau (PS): São incapazes de reconhecer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mandaram embora o secretário que teve essa ideia: Fausto Brito e Abreu!

O Orador: A pergunta que eu faço sobre esta matéria ao Sr. Secretário, é: em que medida é que acha que esta que esta convenção coletiva de trabalho, poderá introduzir maior justiça na distribuição de rendimento, sobretudo sabendo que há algumas comunidades piscatórias, nalgumas ilhas que estão precisamente identificadas, se isto pode ser um contributo importante para resolver esta injustiça que graça nessas comunidades piscatórias?

A segunda pergunta: o Sr. Secretário falou na questão da formação, para nós a formação é importantíssima, isto é um assunto que o Sr. Deputado Luís Garcia falava muito, e bem, mas na questão da formação tem sido feito um esforço enorme sobre esta matéria.

Eu queria saber, nomeadamente na questão da aquisição de novas competências, quer na escolarização, quer mesmo na sensibilização dos pescadores, o que tem sido feito sobre esta matéria e o que está previsto agora a curto prazo?

Também sei que foram acometidas responsabilidades à Direção Regional das Pescas, relativamente à recolha dos dados. Eu queria saber como é que a sua Secretaria está a responder a estas novas responsabilidades?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: A essas e a outras perguntas que ainda sejam colocadas, o Sr. Secretário irá responder só da parte da tarde.

Eu vou pedir antes ao Sr. Secretário da Mesa que informe os tempos restantes.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Governo dispõe de 2 minutos e 41 segundos;

O PS, 7 minutos e 58 segundos;

O PSD, 3 minutos e 47 segundos;

O CDS, 6 minutos e 54 segundos;

O BE, 6 minutos e 1 segundo;

O PCP, 3 minutos e 49 segundos;

O PPM, 4 minutos e 1º segundos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às quinze horas para dar continuidade ao debate.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 13 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho neste debate porque acho que é necessário resolver-se um enigma e com tanta ciência que foi debitada ali pelo Sr. Deputado José Contente e com tanta ciência que foi debitada também pelo Sr. Secretário Regional, eu acho que cheguei à conclusão onde é a sede do Air Center. A sede do Air Center com a tecnologia toda, com o avanço tecnológico que este Governo Regional tem implementado na Região Autónoma dos Açores, e o Sr. Deputado Luís Rendeiro também não sabia onde era, a sede do Air Center Sr. Deputado Luís Rendeiro é na cloud, ela é virtual, hoje em dia está tudo lá em cima, é só ir buscar, portanto ela não tem que ser física. Com este Governo tecnológico, com este Governo altamente informatizado, está tudo na cloud, Sr. Deputado Luís Rendeiro e é isso que ainda não se percebeu.

Portanto, está tudo virtualmente na cloud, vamos lá buscar tudo, está lá tudo, é só ciência. Este Governo é só ciência! Se a cloud se afastar mais um bocadinho, mandamos um foguetão do Sr. Deputado José Contente lá cima buscar o resto e trazemos cá para baixo.

Portanto está tudo na cloud, está resolvida a sede do Air Center, é na cloud! Está resolvido!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jaime Vieira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Logicamente que a agenda do PSD não anda, de certa forma, a reboque daquilo que a bancada socialista pede ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Por isso é que o senhor veio falar!

O Orador: ... mas acho que há coisas que têm que ser ditas e ditas de uma maneira séria.

Também dizer de uma forma muito rápida, quando eu falo acusam-me de ser o profeta da desgraça, como alguém já disse; quando eu não falo pedem-me para falar. A conclusão que eu chego é que precisam das minhas informações para conhecerem melhor o setor das pescas e neste sentido aqui estou, para trazer alguma realidade a este mundo fictício que muitas vezes, os meus senhores, andam.

Intervim, só e apenas, para dizer que é verdade que as descargas em milhões de euros aumentaram de 2017, para 2018 e que o total de 2017 foi de 20,5 milhões de euros e em 2018 foi de 28.6 milhões de euros.

Em termos do pescado em atum foram 3 milhões e 26, em 2017; em 2018 foram 10.9.

Agora, quando digo para falar a verdade é preciso que se diga também aos açorianos e aos pescadores e a toda a gente que nos ouve, que tirando a boa safra de atum e que nós já o congratulamos, a apanha de todas as outras espécies foi a mesma, não se vê crescimento e nesse sentido era só isso que queria acrescentar a este debate. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jaime Vieira, eu pedi para o senhor vir a debate por uma razão muito simples, o senhor que diz que acompanha a pesca e os pescadores, o senhor deve estar com a pesca e os pescadores em todos os momentos, quer sejam bons, quer sejam maus.

Relativamente à questão do atum, o senhor disse que não é impacto económico o atum.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Não disse isso!

O Orador: Não foi hoje! Não foi hoje! Foi numa resposta de uma nota de imprensa que o senhor fez aqui há uns tempos atrás.

Eu vou perguntar ao Sr. Secretário Regional se pode fornecer os dados aqui nesta câmara, para que não haja dúvidas, acerca de quanto é que já fizeram as embarcações até aos quinze metros?

Queria dizer, Sr. Deputado Jaime Vieira, aí há tempos, o senhor considerou insultuosas as informações que a boa safra garantia melhor rendimento aos pescadores, porque o rendimento ia para os pescadores madeirenses.

Oh Sr. Deputado, em 2016 não percebo por que é que o senhor não disse que com a baixa de rendimentos que nós tínhamos, com a má safra de atum que nós tínhamos, não sei por que é que o senhor não disse: Não faz mal, são os pescadores madeirenses que vão ser os mais prejudicados! O senhor nessa altura também devia ter assumido isso. Quando é bom, lá vem os madeirenses, mas quando é mau os madeirenses não interessam para nada!

Pois é Sr. Deputado, é a dualidade de critérios que eu não percebo.

O senhor não se esqueça que quando trata de assuntos relativamente à pesca, deve considerar que a pesca tem estes problemas: tem uma boa safra em determinados anos, tem mais safras noutras anos, mas o senhor deve estar connosco sempre, não só nos piores momentos. O senhor deve estar sempre connosco!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Primeiro saudar e cumprimentar os Deputados que vão exercer funções e fazer votos de um excelente trabalho.

Vou voltar a um assunto, dado que a interpelação é sobre o mar, ciência e tecnologia e muito se falou também sobre a ciência e tecnologia, mas importa aqui reiterar e chamar a atenção de facto que o Grupo Parlamentar também ficou um bocado surpreendido pelo facto do BE e especialmente as forças à esquerda, não terem falado e não se ter ido mais ao fundo da questão, que tem a ver com a Convenção Coletiva de Trabalho.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já falaram, porque é que vamos falar?

O Orador: De facto a Convenção Coletiva de Trabalho é um marco histórico e tenho que congratular o Governo e os parceiros do setor, isto porquê? Porque

nós sabemos perfeitamente que a atividade piscatória não depende de um rendimento fixo, depende das circunstâncias do mar, das abundâncias e de uma série de fatores que condicionam esta própria atividade.

Depois, realçar aqui e consta no programa do Governo e que é bastante explicativo e objetivo quanto à aposta na formação profissional que já há alguns anos a esta parte deixou, aliás há um trabalho profícuo feito a esse nível, a dois níveis: a nível da obtenção da cédula marítima, porque de facto a Região também tinha esse problema, tinha a ver com a escolarização e a esse nível, como disse o Sr. Secretário, eu registei os cursos que foram dados na Região a esse nível, ainda em 2018, que há um trabalho planeado, há um trabalho profícuo de habilitar os nossos pescadores, a novas competências, de forma a que exerçam uma atividade profissional e tenham acesso a novas categorias, quer na mestrança, quer ao nível que vai permitir obviamente uma maior gestão pesqueira.

Quanto aos números, já que o Sr. Secretário não pode falar eu posso dar aqui dois números.

Sr. Deputado e amigo Jaime Vieira, o que disse em relação às espécies residentes, são aquelas que andam lá mais no fundo, no caso da sua ilha que é a ilha que mais captura, por exemplo moluscos, moluscos cefalópodes, o caso das lulas, em que captura 97% das lulas da região, dou-lhe os números, comparando 2018 com 2017 e em que 2017 já foi um ano muito bom: por exemplo nas lulas que são os moluscos há uma captura de mais 86% (até lhe dou o número) são 150 toneladas, até ao momento, até o dia 6 de setembro, o que corresponde a um rendimento mais 110%.

Em relação, por exemplo, a outra espécie que temos a maior frota piscatória que é o caso do chicharro, há um aumento comparativamente ao período homólogo até há presente data, de mais 100 toneladas, que equivale a mais 200 mil euros. Portanto quanto a isso estamos devidamente esclarecidos.

Depois há outra questão que eu gostaria de explicar ao Sr. Deputado Jaime Vieira, que tem a ver com uma nota de imprensa publicada no dia 3 de julho e que diz o seguinte: “Jaime Vieira acusa o Governo Regional de esconder-se atrás da boa safra de atum e deixar sem resposta os pescadores que estão fora das estatísticas, isto é, que não estão a conseguir tirar proveito da abundância de atum nos nossos mares como anunciaram recentemente os pescadores de Santa Maria”.

Vou ter que explicar isto, Sr. Deputado, como é que isto funciona na pesca, é assim: temos a pequena frota, menos 9 metros; depois temos a frota entre os 9 e os 15 metros e a frota superior aos 15 metros. Não é de agora! Já há 40 anos atrás as incidências de pesca ao nível da orla costeira, digamos, que eles chamam, os pescadores, o peixe do eral, só acontece no fim de julho, início de agosto, naturalmente esta nota é de 3 de julho.

Se for ver, e aí gostaria que o Sr. Secretário me respondesse, em relação ao que foi também comentado à frota madeirense que existia à pesca nos Açores é Sr. Secretário que, não sei se tem esses dados, nós não temos acesso, gostaria que nos dissesse em relação à frota de menos 15 metros, que é essa frota que são os bocas abertas, os semi-cabinados e os cabinados, o que é que capturou de atum e os respetivos rendimentos? Posso estar equivocado, mas creio que até 30 de agosto, essa frota estaria quase a 60% das capturas e dos rendimentos que foram registados o ano passado.

Isto quer dizer que o Governo Regional e o Grupo Parlamentar do PS não andam aqui a trabalhar em cima do joelho, há um planeamento, há um alinhamento, há o mais importante que é feito noutras áreas que são as pessoas e é nesse sentido que trabalhamos diariamente ao lado dos pescadores, com os parceiros do setor, visando uma boa gestão costeira e mais rendimento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ao caminhar para o fim deste debate, queria expressar, de alguma forma, a minha desilusão porque os partidos, sobretudo da oposição, vêm para aqui interpelar o Governo com muitas e muitas questões e a esmagadora maioria delas fica, debate após debate, sem resposta

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade! As respostas é que não convêm!

O Orador: Isso é verdade, sim senhor, e eu vou recordar-lhe algumas!

Nós questionámos o Governo sobre o Air Center, ficámos sem resposta; questionámos o Governo sobre o Observatório do Atlântico, ficámos sem resposta; questionámos o Governo sobre algumas preocupações relativamente ao DOP, aqui na cidade da Horta, ficámos sem resposta; questionámos o Governo sobre o parque tecnológico, prometido por este Governo para as ciências do mar, ficámos sem resposta; questionámos o Governo sobre a Estratégia Nacional para o Mar e ficámos sem resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Eu queria acrescentar um pouco sobre a questão da Estratégia Nacional para o Mar.

Aqui há um não, penso que num debate sobre esta natureza, promovido pelo CDS, eu denunciei que de facto o plano de ação da Região, não estava integrado na Estratégia Nacional para o Mar e naquela altura, consultando a página da Estratégia Nacional para o Mar, haviam três links: um para termos acesso aos documentos do continente português; outro para termos acesso aos

documentos da Região Autónoma da Madeira e outro para termos acesso aos documentos da Região Autónoma dos Açores. Obviamente, que carregando no link relativo à Região Autónoma dos Açores, nós deparávamo-nos com uma página em branco. Eu aqui denunciei isto!

E, Sras. e Srs. Deputados, houve efetivamente uma evolução desde essa data e a evolução que houve na página da Estratégia Nacional para o Mar, é que o link relativo aos Açores desapareceu, ou seja, o Governo não trabalhou no sentido de integrar o plano de ação relativo à Estratégia Racional para o Mar, na Estratégia Nacional, mas desapareceu o link. Os Açores já não estavam na Estratégia Nacional para o Mar e os senhores com a vossa inação e com a vossa inércia tiraram os Açores do território nacional.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Informo também que o PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo então inscrições encerramos o debate e eu pergunto ao Governo se ainda quer usar do seu tempo para fazer o encerramento da interpelação.

Tem a palavra, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, permitam-me fazer uma correção ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo, acerca da do termo que utilizei há pouco, de facto não foi uma

queixa, foi um engano meu, foi uma pergunta parlamentar, mas isso não invalida que o resultado tenha sido o mesmo em termos da impressão com que a União Europeia ficou sobre todo este processo que levantou naturalmente dúvidas sobre este investimento e que pode complicar esse mesmo investimento.

Em relação às questões dos contratos de trabalho, da Convenção Coletiva de Trabalho e da formação profissional, eu julgo que já falámos bastante aqui, eu julgo que estamos finalmente a dar e a contribuir para a dignificação da profissão de pescador nos Açores e neste momento posso informar que estão a ser feitas as minutas de contratos individuais para a realidade de cada uma das pescarias entre as associações e os sindicatos.

Em relação ao plano de recolha de dados também posso adiantar que a DRP tem cumprido com aquilo que são as obrigações no seio deste programa e gostaria aqui também de dizer e respondendo um pouco à interpelação do Sr. Deputado Luís Rendeiro, dizer-lhe que não quero que fique aqui nesta Assembleia a ideia de que a Universidade dos Açores só tem um apoio de 350 mil euros por ano para as questões da tripolaridade.

É preciso pensar que quase todo o PO dirigido à investigação, é fundamentalmente dirigido à Universidade dos Açores, que é ela a única instituição da Região que tem capacidade e tem centros de investigação para acederem a estes fundos e como foi dito aqui já atrás, são cerca de 7.5 milhões de euros.

Não sei se o Sr. Deputado sabe que muitos destes projetos de investigação têm várias rúbricas, uma delas são recursos humanos, isso contribui para o emprego científica, mas também tem rúbricas porque são gastos gerais e isso serve para as despesas de funcionamento da universidade.

Para além do aumento que demos ao apoio aos centros de investigação, passamos de 150 para 180 mil euros e sem contar ainda com a comparticipação

que nós damos para que Universidade possa aceder ao projeto Interreg e a outro tipo de projetos que é o Governo Regional que assume essa participação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estão indexadas à parte da investigação e não às despesas gerais! Isso não é verdade, Sr. Secretário!

O Orador: Por outro lado, deixe-me dizer-lhe que vir o Sr. Deputado para aqui - e eu como já disse também estou preocupado com essa situação do emprego científico – com lágrimas de crocodilo em relação a esse aspeto, quando foi um Governo do CDS e do PSD que em anos anteriores foi aquele governo nacional que mais desinvestiu na ciência, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Temos autonomia!

O Orador: ... eu acho que é um pouco demagógico demais vir para aqui defender essa matéria: foi ao nível do financiamento das bolsas, foi ao nível do financiamento dos projetos, foi ao nível da contratação de investigadores de ciências ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... e foi ao nível da trapalhada que foi, ainda todos nos lembramos da avaliação dos centros que correu muito mal nessa altura do Governo do PS. Ainda me lembro de o Dr. Passos Coelho vir ao DOP e quando confrontado com essa situação dizer que não tinha uma solução para a precaridade do emprego científico.

Para terminar, porque já não tenho mais tempo, só para dizer que em relação às embarcações de menos de 15 metros, posso dizer-vos que elas capturaram este ano atum, cerca de 1300 toneladas, o que corresponde a 2.1 milhões de euros, ou seja 18% do valor do atum que foi descarregado este ano, até agora no mar dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, pediu a palavra para?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Um protesto ao facto de numa intervenção de encerramento o Sr. Secretário Regional ter interpelado a bancada do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro para um protesto não lhe posso dar a palavra porque o senhor pode protestar a afirmações ou expressões que tenham sido utilizadas.

O que o senhor poderá fazer é uma interpelação, pelo facto de como o Sr. Secretário usou da palavra.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** A palavra foi concedida ao Sr. Secretário Regional, no âmbito do tempo que lhe restava para encerrar o debate e não para interpelar a bancada do partido Social Democrata, colocando questões e fazendo acusações, no momento em que nós já nem podemos participar no debate, quer por não termos tempo, quer por ele estar no seu período de encerramento, mas isso revela a forma como o Governo Regional e este Secretário, em particular, se comporta nos debates, não respondendo quando as questões lhe são colocadas e contra atacando quando também não pode ouvir aquilo que lhe tem que ser dito.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade! As respostas é que não foram do seu agrado!

Presidente: Fica registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Para encerrar a interpelação tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveitar os minutos que a bancada do BE ainda tem, para tirar algumas conclusões destas horas de debate sobre o mar, a ciência e a tecnologia na nossa Região e também aproveitar para prestar alguns esclarecimentos que me foram solicitados.

O Sr. Secretário Regional teve oportunidade de dizer que não percebe o que é que o BE quer com o tal do Centro de Investigação Internacional das Ciências do Mar.

Bom, eu pensei que isto já estava mais do que esclarecido, mas não obstante a possibilidade de podermos sempre voltar ao tema e continuar a prestar esclarecimentos, eu gostava de recordar a esta câmara, e já agora também ao Governo Regional, na pessoa do Sr. Secretário, que em setembro de 2016, o BE deu entrada nesta Casa de um Projeto de Resolução, sob a epígrafe “Criação de comissão científica para elaboração dos objetivos e competências do centro internacional de investigação das ciências do mar”, que o PS lapidariamente reprovou.

Portanto, Sr. Secretário, perdeu uma oportunidade, o PS e o Governo e o Sr. Secretário também, de clarificar, de contribuir e de ouvir as clarificações que o BE pretendia dar.

A culpa não foi nossa, mas a reprovação foi feita.

Para além disso, o Sr. Secretário lembrar-se-á que nos deu o prazer, em maio de 2016, quando digo deu-nos, deu ao BE, o prazer de nesta cidade estar presente num fórum que nós realizámos na Horta exatamente sobre a epígrafe “centro internacional de investigação de ciências do mar”, tivemos o prazer de o ter lá enquanto investigador da Universidade, ainda não nestas funções e recordo-me de o então investigador, Gui Menezes, ter dado um contributo muito claro e muito substantivo e que muito nos honrou para a clarificação do que era um eventual centro internacional de investigação das ciências do mar.

Portanto, acho que não pode haver estranheza porque mais clarificação e mais clarificado do que isto é um pouco difícil.

Depois, dizer também que foi afirmado nesta câmara durante esta manhã, que não há nenhuma ameaça de mineração ou de uma eventual mineração dos nossos solos e subsolos marinhos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O BE e eu em particular, queríamos acreditar nisto, mas desculpar-me-ão se eu disser com toda a frontalidade, que eu não confio numa Ministra, neste caso uma Ministra do Mar, que se desloca a uma conferência científica a Washington e diz exatamente isto e vou citar, esta afirmação é feita no âmbito da prospeção e da produção de petróleo e gás natural em Portugal, e as palavras da Sra. Ministra foram estas: “Não temos em Portugal movimentos, como temos noutros países da Europa, contra este tipo de exploração – exploração de petróleo e gás natural – porque estamos a fazer as coisas silenciosamente”: isto são afirmações da Sra. Ministra do Mar.

Ora, quem faz coisas silenciosamente com o petróleo e com o gás natural, nesta altura do campeonato faz coisas silenciosamente com a mineração dos nossos mares.

Portanto, eu pessoalmente não confio e o BE também não.

Eu gostaria de dizer, em nome desta bancada, que relativamente ao debate que aqui tivemos há um ano atrás, exatamente sobre esta temática, “tudo como antes, quartel general em Abrantes”, para nós já não seria tão mau sinal, mas a verdade Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, é que nós não estamos exatamente como antes, sob alguns pontos de vista estamos pior e falo muito concretamente nos recursos humanos formados nesta Região, que adquiriam conhecimento nesta Região, que o têm e podem devolvê-lo a esta Região, em prol do seu desenvolvimento e que paulatinamente vão indo embora daqui, porque não têm futuro.

Ora, nesse sentido, insistindo em algumas das perguntas que tive ocasião de fazer ao Sr. Secretário e que quanto a nós não foram cabalmente respondidas, insistir nelas e deixar um humilde contributo desta bancada, para que a tal sangria de recursos humanos (de investigadores, de cientistas, de docentes nesta matéria) não se continue a dar.

Por exemplo, eu começaria por dizer, uma espécie de caderno de encargos se quiserem, que o BE deixa ao Governo Regional: continuamos a insistir que o Governo Regional pode, se quiser, lançar um concurso de estímulo ao emprego científico individual à imagem do que a FCT fez a nível nacional. Seria um contributo imenso, para ajudar à tal fixação e mais, seria a prova de que o Governo Regional tem uma estratégia para a investigação científica e a produção de ciência nesta Região.

Outro contributo: o Observatório do Mar, que nós ainda não sabemos o que é, há um ano atrás não sabíamos e continuamos a não saber o que é, ninguém sabe, mas há uma coisa que nós sabemos, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: aquilo não pode de maneira nenhuma ser uma parceria público privada encapotada e uma entidade privada sem fins lucrativos em termos de ciência é isso exatamente que é, um Observatório do Mar nesta Região, para cumprir os desideratos que o BE imagina e que quer que ele cumpra, só pode ser público, porque público garante duas coisas: garante que os seus trabalhadores, neste caso os investigadores, não são trabalhadores do privado, são trabalhadores do público e portanto têm direitos, mas também têm deveres que no privado não têm e garante que esses patentes ficam nesta Região, as patentes não vão para quem der mais, as patentes ficam aqui e uma entidade pública de direito privado ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... não garante de maneira nenhuma isso.

Mais, não é o BE que o diz, é a vida, é ver o que é que está a acontecer aos observatórios nacionais e aos laboratórios nacionais no continente; o que é que o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior está a fazer neste momento. Está a destruí-los em favor do apoio a empresas privadas.

Portanto, se a Região se prepara para seguir o mesmo caminho, é possível, porque o Governo da República é do mesmo partido que o Governo Regional, do nosso ponto de vista está num mau caminho. É a nossa convicção e a nossa opinião.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

Um contributo final: criar, implementar nesta Região aquilo que já devia ter implementado há muito tempo, que é uma carreira científica, nos Açores, o que nunca foi feito e já poderia ter sido feito.

Duas ou três destas iniciativas seriam para nós a prova de que o Governo Regional tem uma estratégia política para a ciência nesta Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O PSD já disse que ia fazer isso!

A Oradora: Só um minuto mais Sra. Presidente, esta é mesmo a última, é a última da última, sobre o apoio à Universidade, eu tenho que dizer isto em nome do BE.

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Nós todos nesta região apoiamos a Universidade dos Açores, não só porque é nossa, mas porque ela é insubstituível e inestimável como parceira para a construção de uma sociedade e de uns Açores mais desenvolvidos, mais modernos e mais ricos também.

Mas da mesma maneira que nós queremos que esta Universidade seja acarinhada, a Universidade tem que dar um retorno, a Universidade não pode só receber, tem que retribuir e uma Universidade que recebe os apoios que recebe, neste caso do Governo Regional, e que está paulatinamente a destruir todo um

património pioneiro que construiu ao nível do Departamento de Oceanografia e Pescas, com o conhecimento que adquiriu e que compilou e que pouco a pouco está a destruir esse Departamento e está a destruir qualquer possibilidade ...

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: ... de trabalho científico objetivo, assertivo, verdadeiro, competente nesta Região, tendo os recursos humanos para isso e desprezando, é uma Universidade que precisa de alguma maneira de ser esclarecida, na sua razão de ser, na Região Autónoma dos Açores e honrar os apoios que lhe são dados e o carinho que esta sociedade lhe destina.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos assim o ponto 2 da nossa Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto **6 - Projeto de Resolução n.º 81/XI – “Construção de um cais de cruzeiros na ilha Terceira, no molhe norte do Porto da Praia da Vitória”**, Projeto de Resolução este que é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No entanto deu entrada ontem na Mesa, uma proposta de substituição integral deste Projeto de Resolução, que é subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares, portanto será este novo Projeto de Resolução que será debatido e depois votado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os consensos são desejáveis, são possíveis e são alcançáveis.

Deste modo, é para o PSD, que inicialmente trouxe esta iniciativa para esta casa, e julgo que sê-lo-á para todos os restantes partidos que subscreveram este projecto de resolução, uma grande alegria e um momento particularmente feliz,

que um investimento tão importante e tão estruturante como este, pudesse reunir um tão grande consenso, primeiro ao nível da Ilha Terceira e agora, ao nível Regional.

O processo de discussão da construção de um Terminal de Cruzeiros na Ilha Terceira foi, como todos sabemos, um processo longo, complexo, polémico e com alguns revezes.

Desde logo pela falta de consensos na própria Ilha Terceira, que devem ser assumidos, e que também obstaculizaram que a Região tivesse naquela parcela do seu território, um equipamento tão importante como um Terminal de Cruzeiros, 10 anos mais cedo, esses consensos foram conseguidos agora.

No entanto a História é importante e deve ser lembrada.

Foi no ano de 2008 que, pela primeira vez, se começou a discutir a possibilidade da construção de um Cais de Cruzeiros na Ilha Terceira.

Na altura, a proposta surgiu da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (então presidida por Andreia Cardoso), tendo em conta o potencial de crescimento do sector do Turismo de Cruzeiros na Região e as mais-valias que Angra do Heroísmo, e a Terceira, poderiam oferecer a esta actividade, tendo como retorno um desenvolvimento económico do Concelho, da Ilha e da Região, alicerçado na História, Património e gentes, de Angra e da Terceira.

Nessa altura, também é importante lembrar, o PSD defendia que o Cais de Cruzeiros devia ser construído onde os estudos técnicos o indicassem; e o CDS já defendia que o Cais de Cruzeiros deveria ser na Praia da Vitória.

Julgo que o Bloco, também.

Lamento, mas há altura não tenho registo de qual seria a posição nem do PPM, nem do PCP.

Deputado André Bradford (PS): É natural!

O Orador: O Governo Regional dos Açores, presidido por Carlos César, assumiu o compromisso de construir o Cais de Cruzeiros, tornando-o parte dos

compromissos para as Eleições Legislativas Regionais de 2008, porque dizia ter estudos que o fundamentavam.

Passados 10 anos, nunca tais estudos foram apresentados e nenhuma promessa eleitoral deve esperar uma década para ser cumprida, coisa que nos Açores acontece vezes demais.

O investimento público previsto podia chegar, nessa altura, aos 60 milhões de euros, de acordo com o que foi do conhecimento público e também dos partidos políticos, e seria alvo de comparticipação comunitária igual ou superior a 80%.

No ano de 2011, a Construção do Cais de Cruzeiros na Ilha Terceira, então na Baía de Angra entrou em discussão pública, tendo sido alvo de um muito participado debate, quer por via de um ciclo de conferências promovido no Salão da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, quer nos órgãos de comunicação social, sobretudo no Diário Insular, com a apresentação de inúmeras ideias e esboços de como deveria, ou não, ser o cais de Cruzeiros. Era secretário Regional da Economia, com a tutela dos transportes e das obras portuárias, Vasco Cordeiro, hoje, Presidente do Governo Regional dos Açores.

No início do Ano de 2014, o Governo Regional dos Açores assume que desiste de construir, em Angra do Heroísmo, o Cais de Cruzeiros da Ilha Terceira, não o incluindo no Plano Integrado de Transportes e justificando a decisão com uma “alteração de conjuntura” e que “a prioridade do Governo Regional, em termos de recursos financeiros, estaria em fomentar a competitividade das empresas e em ajudar as famílias” ...

Em Março de 2014, a Câmara Municipal da Praia da Vitória, reivindicou novas contrapartidas pelo uso da Base das Lajes por parte dos Estados Unidos, em que uma das propostas era a “utilização partilhada do porto dos americanos”, que era “a melhor solução técnica e financeira” para a existência de um Cais de Cruzeiros na Ilha Terceira, uma vez que os turistas desembarcariam no centro

da cidade, não sendo necessário um investimento avultado numa infra-estrutura que os militares americanos actualmente utilizam cerca de duas vezes por ano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Berta Cabral dizia nim!

O Orador: Em julho de 2017, a Câmara Municipal da Praia da Vitória apresentou um estudo de viabilidade da construção do Terminal de Passageiros (cruzeiros e inter-ilhas) da Ilha Terceira, a localizar no “porto dos americanos”, defendendo que “esta infra-estrutura contribuirá significativamente para a promoção do emprego e consequente desenvolvimento socioeconómico da Ilha e da Região”. Nós concordamos!

Este é um projecto estruturante para a Ilha Terceira e, sobretudo depois da redução do efectivo militar americano nas Lajes, fulcral para a recuperação económica e social do Concelho da Praia da Vitória.

Roberto Monteiro, o então presidente da Autarquia Praiense, afirmou nessa altura que “compete ao Governo Regional dos Açores dar os passos decisivos relativamente à concretização deste projecto e os passos decisivos são, não só ter o entendimento definitivo com o Governo da República, mas também colocar esta matéria na comissão bilateral”.

O estudo de viabilidade económica apresentado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, realizado pela empresa Consulmar, prevê uma comparticipação comunitária de 85% do custo total da obra, o qual poderá variar entre os 10 e os 15 milhões de euros se houver o aproveitamento do cais existente; ou entre os 15 e os 20 milhões de euros se se optar por uma construção de raiz. Poupa-se muito dinheiro em comparação com os 60 milhões de euros de há 10 anos atrás.

Por outro lado, e em alternativa, a Região dispõe já de estudos e fundamentação técnica para outras possíveis localizações de um Terminal de Cruzeiros, também dentro da baía da Praia da Vitória, igualmente viáveis em termos técnicos e financeiros, que permitem a possibilidade de garantir a efectivação

deste investimento estruturante, independentemente de quaisquer constrangimentos que possam surgir e que sejam alheios à vontade da Região.

Esta obra pode e deve assumir-se como complementar aos terminais de cruzeiros já existentes em São Miguel e no Faial, assumindo-se como uma medida muito clara de revitalização da economia da Praia da Vitória, da Ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores.

A realização deste investimento fomenta a criação de um circuito regional para cruzeiros, gerando um efeito multiplicador para os 3 terminais: Ponta Delgada, Horta e Praia da Vitória – o que torna este projecto, num projecto de interesse estratégico regional.

Foram estimadas para o ano de 2018 cerca de 77 escalas de navios de cruzeiro para São Miguel, 27 escalas para o Faial e 24 para a Terceira, com as atuais infraestruturas.

Sabendo que as condições existentes, neste momento, na ilha Terceira e no porto da Praia da Vitória estão muito longe de serem as ideais para o turismo de cruzeiros, pretende-se que a adequada infraestruturização daquele porto possa melhorar a sua atractibilidade e permitir aumentar significativamente o número de escalas de navios de cruzeiros naquele porto.

Neste momento, estão reunidos os consensos, a necessidade e todas as circunstâncias adequadas a que a Ilha Terceira possa finalmente ter um Cais de Cruzeiros, faltando apenas dar o primeiro passo em termos de decisão política. Vamos dar esse passo.

Hoje, nesta casa, temos em nossas mãos o poder de avançar e de dar um passo de gigante para concretizar. Então votemos para que o Governo Regional dos Açores construa, na baía da Praia da Vitória, um Terminal de Passageiros (cruzeiros e inter-ilhas) de acordo com a fundamentação técnica adequada.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

(*) Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A construção de um cais de cruzeiros na Ilha Terceira, é um compromisso do PS, sendo um investimento importante e estruturante no contexto regional, particularmente para a Ilha Terceira.

Pela sua complexidade e depois de um ciclo de debates públicas, de diversas opiniões escritas nos meios de comunicação social, nomeadamente no Diário Insular, onde foram apresentadas algumas ideias e esboços sobre a construção do cais de cruzeiros.

Com o evoluir dos diversos esboços e de opiniões, algumas até controversas nos meios de comunicação social, ficou demonstrado que um investimento desta natureza teria de ser melhor pensado e muito bem analisado, de modo a acautelar o interesse público.

Atendendo à conjuntura desfavorável, social, económica e financeira que se verificou no País, na Europa e no mundo, atingindo também a Região, sensivelmente entre 2009 e 2015 a prioridade do Governo Regional dos Açores, foi fomentar a competitividade das empresas, ajudar as famílias e as pessoas.

Também, por essas razões a construção da obra de construção do cais de cruzeiros foi sendo adiada.

Em julho de 2017, a Câmara Municipal da Praia da Vitória, tornou público um estudo de viabilidade técnica e financeira, que indica a possibilidade de utilização do molhe norte, da baía da Praia da Vitória, porto dos americanos, para a localização de um cais de cruzeiros.

Cabe agora ao Governo Regional dos Açores reanalisar e decidir sobre a solução apresentada.

Neste momento existe um consenso generalizado a favor da localização do cais de cruzeiros na baía da Praia da Vitória, que apresenta condições favoráveis para a sua concretização.

O Governo Regional dos Açores, com certeza desencadeará os procedimentos necessários para cumprir o prometido anteriormente.

O Grupo Parlamentar do PS, entende que esta iniciativa depois de alterada pelo seu proponente, o PSD, único partido que o pode fazer, responde em grande medida às nossas pretensões sobre esta matéria.

Por isso, a subscrevemos, também tendo em conta a importância dessa infraestrutura para a economia da Ilha Terceira e dos Açores.

Registamos com agrado, o consenso alcançado por todos os partidos que subscreveram este Projeto de Resolução.

Este é um bom exemplo da democracia!

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias, Srs. Secretários.

Bem, nós decidimos subscrever a proposta originalmente da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, porque entendemos que é uma proposta razoável no seu objetivo, apesar de termos algumas considerações sobre a mesma.

Sabemos que existem quatro soluções, ou melhor quatro alternativas para a localização deste terminal e porto de cruzeiros e que nenhuma delas implicará um investimento superior àquele que foi feito, quer no porto de Ponta Delgada, quer no porto da Horta.

Ora, o BE, na Ilha Terceira, teve uma posição que é conhecida, pelo menos por parte do público, isto numa altura em que se discutia a possibilidade de haver um porto e terminal de cruzeiros, na Ilha Terceira, mais precisamente numa primeira fase em Angra do Heroísmo, nós Bloco sempre tivemos algumas, senão bastantes reservas, sobre o impacto económico que um cais de cruzeiros podia trazer para a economia da ilha, mas a haver ou a existir algum cais de cruzeiros na Ilha Terceira, que não fosse em Angra, mas sim na Praia da Vitória, por isso consideramos que em coerência com aquela que foi a nossa posição e continua a ser a nossa posição, subscrevemos este Projeto de Resolução, para termos um terminal e cais de cruzeiros na Praia da Vitória.

Além do mais, este investimento que será sempre, e relembro, inferior a outros investimentos realizados na mesma área, nos Açores, tem uma outra grande vantagem, na minha perspetiva e na nossa perspetiva, que é de termos finalmente um terminal de passageiros na Ilha Terceira e na Praia da Vitória, digno disso mesmo. Porquê? Porque o atual terminal de passageiros do porto da Praia da Vitória porque recebe passageiros no âmbito do transporte marítimo inter ilhas, é conhecido por todos como sendo um terminal sem condições, por várias razões: para já a reduzida dimensão, depois não garante a separação entre

o movimento de cargas e o movimento de passageiros e o mais problemático tem a ver com as acessibilidades ao centro da Praia da Vitória, quantos de nós é que já não assistimos a cenas caricatas de vermos turistas e mesmo residentes, acabados de chegar o porto da Praia da Vitória e não têm transportes públicos para se deslocarem, quer ao centro da Praia a Vitória, muito menos ao centro da cidade de Angra ou a outra qualquer freguesia.

Aliás, muitas vezes até é difícil apanhar um táxi nesse mesmo porto e é um problema que não se sabe bem porquê, nem o Governo Regional, nem mesmo a autarquia da Praia, desenvolvem qualquer tipo de esforços para evitar essas situações que se repetem de ano para ano.

Portanto, essa é outra virtuosidade deste Projeto de Resolução, que é de termos uma espécie de dois em um: teremos um terminal para navios cruzeiros e teremos um terminal para receber passageiros do transporte marítimo inter ilhas.

No caso se, por alguma razão, o turismo de cruzeiros fracassar na Ilha Terceira, teremos sempre um porto para receber passageiros do transporte marítimo inter ilhas.

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma perspetiva animadora!

O Orador: Contudo, entendemos muito bem o propósito da alteração, principalmente do objeto resolutivo deste Projeto de Resolução e a alteração decorre daquele que é um grande problema, um problema que teimam em não assumir na Região (o Sr. Deputado Luís Rendeiro já está a olhar para mim de canto, já está a adivinhar o que é que lhe vou dizer) ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já era previsível!

O Orador: ... e a consideração que eu tenho a fazer é claro que não motivou sequer que o BE não subscrevesse o Projeto de Resolução.

Aliás, é uma consideração que terá que ser feita, porque inicialmente tínhamos duas opções, as duas delas localizados no porto americano da Praia da Vitória e

decidiu o proponente e depois nós subscrevemos a possibilidade de alargar essas possibilidades e também incluirmos o porto comercial da Praia da Vitória. Ora, e porquê? Porque de facto a utilização do molhe americano não está, em primeiro lugar, garantida e mesmo que houvesse uma utilização garantida para utilização civil, creio que seria sempre uma utilização condicionada, até porque em resposta a um requerimento do nosso Grupo Parlamentar na Assembleia da República, de 2016, nós colocámos o problema ao Governo da República. Irá o Governo defender a utilização civil plena do aeroporto e do porto de águas profundas, como pilares de desenvolvimento da Ilha Terceira?

Em resposta o Governo da República alega o seguinte: “Assim qualquer proposta de alteração à natureza da sua utilização do porto, deve ser analisada tendo em vista a compatibilização, com a condição da atividade operacional das Forças Armadas Portuguesas, na Região Autónoma dos Açores, designadamente da marinha e da força aérea e com acordo com os Estados Unidos da América”.

Ora, aqui é que reside o *busílis* da questão: ou aproveitamos as nossas infraestruturas instaladas e aquelas que viemos nelas a investir, para finalmente termos uma economia pujante, não só que abranja a ilha mas também toda a Região, ou então resignamo-nos a esta condição de estarmos sempre à espera ou estarmos sempre condicionados por qualquer utilização alheia à utilização civil. Portanto, este terminal de cruzeiros, se fosse associado a um aeroporto de dimensão verdadeiramente internacional e com a criação de sinergias com o mercado agrícola, local e regional, para abastecimento de navios, poderia dar de facto uma maior projeção do que um terminal de cruzeiros, que se fracassar sempre terá a valência de terminal para passageiros do transporte marítimo.

Portanto, consideramos que não deveríamos, de forma alguma, estar limitados por condições que nos são totalmente alheias, condições essas que restringem as

nossas ambições e limitam aquela que seria a projeção económica de um investimento que poderia ser um fator decisivo para a economia da ilha, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas afinal o que é que vocês querem?

O Orador: ... não só no que diz respeito ao terminal de cruzeiros, mas principalmente na instalação de um porto de águas profundas, no porto da Praia da Vitória, o que será sempre difícil ou mesmo impossível se continuarmos a adotar a mesma postura de sempre de primeiro perguntar, para depois então fazer consoante as condições que nos colocam em cima da mesa.

Portanto, nós deveríamos ser muito mais proativos e procurar outras soluções alternativas.

Achamos que o Projeto de Resolução que atualmente estamos a discutir e o qual subscrevemos não retira essa possibilidade, reforça várias possibilidades, não exclui nenhuma delas, mas achamos que a postura para o futuro deverá ser outra.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A história não se apaga e ela existe!

Em primeiro lugar, eu queria enfim congratular-me por o Grupo Parlamentar do CDS, servir de inspiração, para o Grupo parlamentar do PSD apresentar aqui uma proposta nesta Assembleia, portanto ficamos sempre muito satisfeitos quando as nossas propostas inspiram alguns Deputados, sobretudo um Deputado da craveira do Sr. Deputado Luís Rendeiro, que se inspira nas propostas, sobretudo depois das discussões que o Sr. Deputado Luís Rendeiro, enquanto líder do PSD Terceira, ou co-líder do PSD Terceira, ou escriba do PSD Terceira, enfim, o título que ele quiser usar sobre o cais de cruzeiros.

A discussão sobre esse cais de cruzeiros está bem presente na minha mente, na minha memória, porque lembro-me perfeitamente bem qual era a posição da Dr. Berta Cabral, sim ou não, era *nim*. A Dra. Berta Cabral “uso um fato preto, mas nunca me comprometo”, era a posição dela sobre o cais de cruzeiros e sobre outras matérias que V. Exa. também bem se lembra.

Portanto, felicito-o por essa iniciativa e naturalmente que a apoiaremos, sem nenhum problema.

Também dizer que, ela não aparece aqui por acaso e V. Exa. também não a apresenta por acaso, apresenta porque ela tem um sentido e um significado dentro até do seu próprio partido e onde V. Exa. quer significar alguma coisa e também significa isso.

Deputado André Bradford (PS): Bem analisado, Sr. Deputado!

Deputada Mónica Rocha (PS): Ainda não tomou posse, já está a levar!

O Orador: Vamos então à outra parte, relativamente ao cais de cruzeiros.

Sessenta milhões de euros, prometidos para Angra e senhora futura Diretora Regional da Cultura, Sra. Deputada Susana Goulart, devo dizer-lhe para descansar os seus amigos arqueólogos que V. Exa. tanto gosta, que o CDS na altura se opôs que se construísse um cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo, exatamente, uma das razões era para preservar aquele património histórico e arqueológico subaquático que havia lá.

Portanto, pode V. Exa. informar essa gente educada que escreveu os artigos a meu respeito, e que V. Exa. naturalmente subscreveu porque nunca se impôs contra eles mas soube escrever sobre aquilo que eu disse aqui, mas nunca se indignou a quem chama Hitler a determinadas pessoas, como chamaram a mim, os seus colegas e os seus amigos arqueólogos, portanto agora quando for para a cultura terá naturalmente a possibilidade de lhes transmitir que antes deles virem a ser arqueólogos, já alguém se preocupava com a arqueologia e eu não

confundo arqueólogos, com arqueologia, senhora futura Diretora Regional, que vai mudar de cadeira para a cultura.

Pronto, conversaremos disso quando a senhora tomar posse do lugar, já fica aqui a promessa.

Relativamente ao cais de cruzeiros, eu assisti a pelo menos seis debates pelo atual Presidente do Governo e então Secretário da Economia, na Santa Casa da Misericórdia: cais de cruzeiro, cais de cruzeiros ... não havia dúvidas.

Eu vi o projeto, serviu para as eleições regionais de 2008, serviu para as autárquicas de 2009 e serviu também ainda – isso era como a bota botilde, ainda tinha um prémio a seguir – para as eleições regionais de 2012.

Portanto, estávamos nós satisfeitiíssimos com cruzeiros à porta e foi apresentado o projeto, imaginem por quem – não está cá na sala, mas estava ali – a senhora douta Secretária Regional da Solidariedade Social, Dra. Andreia Cardoso, que era a edil da Câmara na altura e que com pompa e circunstância apresentou o cais de cruzeiros. A senhora não está aqui, mas naturalmente tenho que me referir a ela e também jurou por tudo o quanto era santo que “aqui é que fica o cais de cruzeiros, é aqui na nossa cidade que fica o cais de cruzeiros”. E era lá que ia ficar.

Isso trouxeram os senhores de Lisboa, que só faltava fazer os testes de mar – que acho que fazem numa piscina, segundo explicou – para ver como é que o navio se aguentava lá dentro, mas o cais de cruzeiros era em Angra e ponto final parágrafo. Sessenta milhões de euros e era Presidente a Dra. Andreia Cardoso.

Portanto, tudo isso tem história, mudou de cadeira agora, agora está nesta cadeira aqui.

Se tinham feito isso na piscina de Porto Martins tinha saído mais barato e a coisa não tinha dado tanta despesa: é uma piscina simpática, tinha tamanho suficiente para o navio.

Aliás, até digo mais, indo aqui na esteira do BE, digamos assim, eu até sugiro que o cais de cruzeiros seja feito na Baía das Canas, no Porto Martins ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Tem aqui um apoiante!

O Orador: ... não há lugar mais abrigado, é de fácil acesso, sobe, está logo ali ao pé do império, tem a igreja para se benzer logo à frente, portanto não há lugar melhor que a Baía das Canas, no Porto Martins, para fazer o cais de cruzeiros e o BE apoia essa solução também e aí não há perigo e fica uma coisa definitiva. E se de repente aquilo não servir, pois serve para a gente tomar banho, como serve o porto de S. Fernando, com a obra que o Governo Regional fez lá, que não tem lá barco nenhum, serve para a gente ir tomar banho de verão, puseram lá um guindaste, portanto serve para a gente tomar banho de verão e a gente toma lá uns banhos que é uma maravilha, um excelente cais, um excelente solário, que a gente consola-se a tomar banho ali, é uma maravilha, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não diga uma coisa dessas!

O Orador: ... o guindaste é que às vezes atrapalha, os pequenos têm que ter cuidado para não darem com a cabeça no guindaste, mas a coisa lá vai.

Portanto, 60 milhões de euros, esses 60 milhões renderam, renderam, renderam ...

Mas de facto nós sempre defendemos, até defendemos que fosse feito um referendo, fomos gozados por isso, Sra. Deputada (esquece-me sempre o nome dela) Susana Goulart da Costa, por propor este princípio da democracia, consultar o povo, isso era um excesso, agora consultar o povo se quer ou não quer um cais de cruzeiros ali, se ia estragar mais a baía de Angra, depois daquela obra extraordinária que é a marina, muito bem feita, muito bem enquadrada, esteticamente bonita, que foi feita também na Câmara onde era edil

Sérgio Ávila e que agora também mudou de cadeira e está sentado numa cadeira aqui – mas parece que a mudança de cadeiras continua hoje em dia, é uma coisa engraçada – defendemos, ninguém quis fazer.

Na altura defendíamos que o cais de cruzeiros devia ser na Praia da Vitória e o cais de cruzeiros deve ser na Praia da Vitória. Foi sempre isso que nós defendemos, para ser em Angra nunca fomos a favor.

Ia dizer mais uma coisinha ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, mas acho que já chega também porque ele é proponente e também não se pode bater muito no rapaz, porque senão, enfim, também fica mal e é uma coisa para a Terceira.

Eu costumava dizer que cada obra na Terceira tem fator 10, esta já vai em 11, portanto vamos lá ver se desta vez temos um cais, enfim para qualquer coisa, se fazem algum investimento. Já agora fica aqui essa boa vontade expressa de todos os partidos em verem materializado aquele projeto que eu ainda hoje vejo, muito bonito, apresentado na sala de reuniões da Câmara de Angra, de verem os navios a atracar na baía da Praia e portanto ficamos à espera que seja um projeto que se concretize rapidamente porque a crise nessa altura não afetou só a Ilha Terceira.

Para terminar, eu lembro-me de uma frase, assim quase de memória, do então Secretário da Economia, que dizia quando eu o interpelei, numa dessas reuniões na Santa Casa, para eu ter calma, porque estávamos à beira de uma revolução nos transportes marítimos e aéreos e eu, infelizmente, hoje tenho que lhe dar razão, foi uma revolução, foi um desastre, nem barcos, nem aviões, ficamos a ver navios e os aviões, parece que é dia sim, dia não, um dia tem avião, outro dia não tem avião, é conforme. Eu disse ao Sr. Secretário de Economia de então, que preferia em vez de uma revolução, uma evolução, que fosse uma evolução. Não, seria uma revolução completa.

Pronto, foi a revolução que tivemos, é a revolução que temos e o povo não ficou satisfeito com essa revolução na SATA e muito menos nos barcos, resta-me a

esperança, para terminar, de um senhor que também vai mudar de cadeira, para a administração dos portos, que enfim, pelo menos eu conheço, seja um homem determinado, e é, portanto resta-me a esperança mais ativo, é um homem do Pico e que leve esse projeto para a frente e que se bata por ser a obra da administração dele.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho pena que o Presidente do Governo se tenha ausentado da sala neste debate, mas de facto este é um daqueles assuntos, que até nem é muito importante que o Governo diga nada, até porque o Governo teve dez anos para dizer e não disse e portanto é um assunto dos Deputados, somos nós que estamos a votar, a propor e a recomendar ao Governo que atue até mediante alguns estudos e fundamentação técnica que tem.

Esta minha intervenção vai ser breve e é sobretudo para saudar os consensos de novo, porque ou nós queremos os consensos, ou nós não queremos e eu, por breves instantes e por algumas intervenções que aqui assisti, parecia que havia consensos que são desconfortáveis, portanto, o PSD está confortável com este consenso; julgamos que esta proposta na sua versão final visa dar resposta aos problemas e esta proposta pode dar resposta aos problemas que existem e a outros que possam vir a existir e que neste momento não estão em cima da mesa e era de facto preciso que alguém desse o primeiro passo para que esta resolução ou uma resolução destas pudesse vir à Assembleia e os Deputados se pronunciassem e dessem o tal primeiro passo e mandassem o Governo para um investimento que pelos vistos é do interesse e é apoiado por todos.

Esse passo foi dado, foi dado pelo PSD, podia ter sido dado por outro partido qualquer, os restantes partidos, e bem, aderiram à proposta e subscreveram e julgo que o que menos importa e o que menos deve importar é quem é o pai da criança.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem é muitos padrastos!

O Orador: O que mais importa de facto é a obra avance, se faça e rapidamente seja colocada ao serviço da Região Autónoma dos Açores, na ilha que dela carece, que é a ilha Terceira e na baía da Praia da Vitória.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O projeto de cais de cruzeiros na ilha Terceira já é discutido desde 2008. Inicialmente projetado para a Baía de Angra e após vários estudos de viabilidade económica o assunto foi esmorecendo e abandonada a ideia da sua construção na baía de Angra do Heroísmo.

A ideia foi depois relançada para a Baía da Praia da Vitória, por iniciativa da Câmara Municipal. Após diversos anos e governos em que o projeto não avançou, com exceção da alteração do local. Observou-se novamente uma estagnação das forças governativas.

Foram entretanto realizados diversos estudos, projetos e avaliações. Tendo-se concluído que a solução mais razoável era a sua construção no porto militar conhecido por “porto dos americanos”

Contudo, a utilização deste porto é partilhada com as forças militares estacionadas na Base das Lajes. Dependendo, assim, da aprovação do Governo

da República, que, por sua vez, terá de negociar com a administração norte-americana.

Existindo um largo consenso sobre a sua localização não há motivo para que este projecto seja novamente adiado.

As dúvidas existentes sobre este projeto centram-se no facto de não se saber a posição oficial do Governo da República e dos EUA, bem como a necessidade de analisar o impacte ambiental.

Trata-se de um projeto estruturante para a Terceira. Cumpre ao Governo Regional obter junto do Governo da República e da FEUSAÇORES, as autorizações necessárias para a construção de um Terminal Marítimo de Passageiros, para Navios de Cruzeiro, no molhe norte do Porto da Praia da Vitória, e dar início à obra, de acordo com os projetos já existentes.

A Praia da Vitória é também considerada uma porta de entrada, por natureza, para o turismo de cruzeiros na Ilha Terceira. As infraestruturas portuárias na baía encerram um potencial de crescimento que urge aproveitar. Essa posição é defendida há algum tempo e o facto da Terceira se encontrar unida em torno desse objetivo, facilita a concretização do projeto.

Trata-se assim de um projeto possível e viável, respeitando a questão ambiental e o aproveitamento integral da Baía e das suas infraestruturas portuárias como condição para ultrapassar os desafios económicos e sociais existentes no concelho e na ilha.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo então, vamos passar à votação.

Vamos então votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 7 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 78/XI – “Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do Grupo Central e restabelecimento da ligação entre a Calheta de São Jorge e o Porto das Pipas”**.

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

O infeliz acidente com o navio Mestre Simão no Porto da Madalena, obrigou a que o Governo Regional e a Atlânticoline tivessem que reequacionar toda a operação de transporte marítimo inter-ilhas de passageiros na Região.

Felizmente os danos foram apenas materiais...

Esta obrigação, forçada, de alterar a operação marítima de passageiros, poderia, e deveria, ter permitido melhorar algumas das insuficiências que a anterior operação não estava a suprir, nomeadamente ao nível da frequência das ligações à ilha Graciosa, há muito tempo reivindicada pela população, autarquia e agentes económicos daquela ilha; bem como à falta de capacidade de transportar viaturas entre os portos da Calheta, em São Jorge, e das Pipas, em Angra do Heroísmo, na Terceira.

Em vez de transformar o momento numa oportunidade, o Governo Regional optou por ter uma abordagem redutora relativamente ao transporte marítimo de passageiros, sobretudo no Grupo Central das ilhas dos Açores, suspendendo a

Linha Lilás e não garantindo um aumento do número de ligações marítimas que pudesse dar resposta ao crescimento do número de passageiros que, felizmente, e de modo continuado, se vinha a verificar naquela ligação, que estava a dar uma interessante dinamização à ligação entre a Terceira e São Jorge, sobretudo ao Concelho da Calheta, tão carente que está em termos de dinamismo económico.

É importante relembrar que no passado e em plena “época alta”, por várias ocasiões, estiveram esgotados todos os lugares em diversas ligações, quer aéreas, quer marítimas, entre várias das ilhas da nossa Região.

Por outro lado, a suspensão da Linha Lilás deixa sem alternativa, quer as populações, quer os operadores turísticos que já tinham vendido ou contratualizado pacotes turísticos que estavam dependentes desta ligação marítima, nos moldes em que ela estava implementada, sobretudo no percurso Calheta-Angra, uma vez que o rigor e profissionalismo a que estão obrigados os empresários do sector do turismo, não se compadece com o amadorismo e as decisões de última da hora, já habituais na Atlânticoline, nomeadamente no que concerne ao anúncio dos horários e equipamentos a operar em cada época turística.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este projecto de resolução do PSD tem como intuito corrigir aquilo que o Governo deveria ter acautelado, quer no desenho da sua operação marítima de passageiros, quer na reação ao acidente com o Mestre Simão e só não o fez mais cedo porque este diploma na sua versão inicial foi apresentado com carácter de urgência e essa urgência foi chumbada pelo PS nesta Casa, tendo-se perdido todo um ano e toda uma época turística.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Relembramos que a Linha Lilás da Atlânticoline era a ligação marítima que permitia realizar a viagem entre as Ilhas do Faial, Pico, São Jorge

e Terceira, através dos novos navios da empresa Regional – Mestre Simão, que naufragou e Gilberto Mariano – possibilitando o transporte de passageiros e de viaturas e tendo a particularidade da realização de escalas no porto da Calheta, na ilha de São Jorge; e no Porto das Pipas, na Ilha Terceira.

Relembramos que, desde há muito, foi sendo também reivindicada a ligação da Linha Lilás à ilha Graciosa, facto que, até agora, e apenas por opção do Governo Regional, nunca se chegou a concretizar.

A Linha Lilás difere da Linha Amarela da mesma empresa (Atlânticoline) exactamente por não escalar a Graciosa e por fazer a ligação entre a Calheta e Angra do Heroísmo, em vez de a mesma se fazer entre as Velas e a Praia da Vitória.

Por este facto, estão já em concluídas obras de remodelação no Porto da Calheta, que incluem a construção de uma rampa “Ro-Ro”, que permitirá o embarque e desembarque de viaturas naquele porto; bem como têm sido cabimentadas e comprometidas, sucessivamente e sem nunca terem sido executadas, verbas para a remodelação e ampliação do Porto das Pipas, onde também se inclui a construção de uma rampa “Ro-Ro”, dado que aquele porto também não tem condições para o embarque de viaturas em navios “Ferry” com portão de popa; sendo que o início das obras no Porto de Angra foi assegurado pelo Governo Regional dos Açores, na sua última versão e já por esta secretária Regional, para o último trimestre do corrente ano de 2018 (o último trimestre está quase aí).

Com o acidente do navio Mestre Simão, no Porto da Madalena, e com a sua já confirmada perda total, o Governo Regional anunciou uma alteração nas linhas e horários da Atlânticoline, que levou à suspensão da Linha Lilás “até estar disponível o navio que vem substituir o Mestre Simão e que a Região pretende adquirir”.

De acordo com o que já foi divulgado pelo Governo Regional, o navio que irá substituir o Mestre Simão, só estará disponível daqui a um período nunca inferior a dois anos. É muito tempo. Pode ser demasiado tempo, sobretudo para empresas e negócios... Entretanto a época alta de 2018 já se perdeu...

A suspensão da Linha Lilás, quebra, sem que seja anunciada uma alternativa directa, a ligação marítima entre São Jorge e a Terceira, através dos portos da Calheta e das Pipas, e essa ligação estava a recuperar e a consolidar, depois de muitos anos de interrupção.

A suspensão, mesmo que temporária, da Linha Lilás, é mais uma decisão, entre um conjunto cada vez mais alargado de outras, tomadas pelo Governo e pelas empresas do Sector Público Empresarial Regional (como por exemplo a redução de rotas operadas pela SATA a partir das Lajes), que diminuem as acessibilidades à Terceira e que têm impacto directo também nas ilhas de São Jorge e Graciosa, que são aquelas que, de forma mais próxima e directa, têm as suas economias interligadas e utilizam as gateways da Terceira como ferramenta de apoio às suas populações, necessidades e negócios.

Estes factos são um contrassenso absoluto numa altura em que o que se deveria implementar seria um conjunto cada vez mais alargado de medidas de alavancagem e revitalização da economia da Ilha Terceira, e também das restantes ilhas dos Açores, neste período pós-redução do contingente militar americano na Base das Lajes.

O PSD está atento e não deixará passar em claro qualquer aproveitamento, ou tentativa de aproveitamento, do acidente do Mestre Simão e da suspensão da Linha Lilás, para atrasar ainda mais as obras de melhoramento no Porto das Pipas.

É importante que o Governo esclareça, por que razão é que as rampas “ro-ro” se constroem em todo o lado onde são precisas, menos no porto das pipas. O que é que impede o Governo, para além da sua própria vontade política, de avançar

com esta infra-estrutura? Porquê tanto tempo? Tantos orçamentos, tanta cabimentação orçamental e nenhuma execução.

Há conflitos com quem? Existem conflitos com alguma entidade para que aquela obra não se faça? Todos os intervenientes possíveis neste processo são governantes eleitos pelo partido socialista...

A reestruturação dos horários e das ligações na Linha Amarela, sendo as possíveis, não só não substituíram a importância e função desempenhada pela Linha Lilás, como também carecem de um ainda melhor ajustamento às necessidades de todas as ilhas do Grupo Central. Coisa que não é possível com o habitual planeamento e anúncio tardios dos horários e navios que servem esta linha, de uns anos para os outros.

Pior ainda foi o “remendo” da vinda do Navio Gilberto Mariano às Sanjoaninas, depois do reiterado anúncio da suspensão da linha lilás, sem que esta operação extraordinária tivesse sido adequadamente divulgada, conseguindo apenas retirar este navio da sua operação do triângulo, para transportar um número muito residual de passageiros, numa operação que se tornou certamente causadora de muito mais prejuízos do que benefícios, tendo o Governo e a Atlânticoline tido o desplane de responsabilizarem os municípios e os empresários pela falta de divulgação da sua (da Atlânticoline) própria operação extraordinária.

Foi a machadada que não se poderia nunca ter dado na linha lilás.

O que o PSD aqui propõe é:

- 1- Que através da Linha Amarela da Atlânticoline se assegure pelo menos uma ligação diária a todas as ilhas do Grupo Central.
- 2- Que seja reposta uma ligação marítima directa entre os portos da Calheta de São Jorge e de Angra do Heroísmo (Porto das Pipas), em embarcação adequada para o efeito, enquanto vigorar o período de suspensão da

Linha Lilás, sem qualquer prejuízo para as ligações já previstas para as ilhas do Triângulo (São Jorge, Pico e Faial).

Repito, sem qualquer prejuízo para as ilhas do “triângulo”.

- 3- Que seja garantida a aceleração e conclusão das obras de remodelação nos portos da Calheta e de Angra do Heroísmo (Porto das Pipas), de modo a que os mesmos estejam completamente operacionais para o transporte de passageiros e viaturas, tão cedo quanto possível, para que não se perca a ligação económica e social que se tem vindo a recuperar entre estes dois portos e os respectivos Concelhos.

Este diploma recolhe os mais alargados consensos ao nível local, sobretudo nas ilhas, Terceira, São Jorge e Graciosa.

Saibam os deputados desta casa ouvir as populações nesta matéria, como o têm feito noutras, também aqui já tratadas.

Situações extraordinárias requerem respostas extraordinárias e recursos extraordinários, tal como acontece em todos os restantes sectores da economia regional. Nunca a falta de respostas ou de recursos, como aconteceu neste caso.

Este é outro contributo do PSD para ajudar os Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O debate, a apresentação de iniciativas ou de requerimentos relativos transportes, nomeadamente marítimos, desde operacionalização, potenciação e melhoria das ligações marítimas e suas infraestruturas, são contributos que o CDS-PP ao longo dos anos já por diversas vezes trouxe a esta casa, como o nosso requerimento relativo ao Porto de Pipas entregue em janeiro de 2018 e ao qual ainda aguardamos pela resposta. Contributos, estes porque acreditamos que os Açores, enquanto região arquipelágica só se desenvolverá de forma harmoniosa com boa, eficiente e eficaz rede de transportes, aéreos e marítimos. Infelizmente, muitas têm sido as dificuldades em implementar uma política de transportes que dê resposta a todos aqueles que se esforçam nas diversas ilhas para que esse desenvolvimento ocorra.

Contudo, hoje nesta casa debate-se, o projeto de resolução apresentado pelo PSD - **Ligações Marítimas Diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do Grupo Central e restabelecimento da ligação entre Calheta de São Jorge e o porto de pipas**, que ao analisarmos a iniciativa é com agrado que verificamos que o PSD subscreve o que têm sido e são as preocupações do CDS, relativas às ligações marítimas, nomeadamente no grupo central.

Efetivamente com o infortúnio que ocorreu com o navio “mestre simão”, no passado dia 6 de janeiro, enquanto realizava a ligação entre o Faial e o Pico, gerou-se uma situação excecional à qual se esperavam medidas e soluções excecionais por forma a minimizar os constrangimentos causados por esta situação. Contudo, em resposta a toda esta situação o Governo Regional anunciou a suspensão da linha lilás!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem e mal!

O Orador: Solução esta coloca em causa o trabalho de vários anos, sendo sem dúvida prejudicial à dinâmica social, económica e turística existente entre Calheta e Angra do Heroísmo, que tem sido difícil de manter e que tem sido uma importante mais valia, apesar de ainda “manca”, na consolidação do

mercado turístico das ilhas do grupo central, ligando dois concelhos onde sempre existiu grande proximidade. No último ano, entre 15 de junho e 15 de setembro, com duas viagens por semana, na linha lilás foram transportados 6 559 passageiros, numa média de 201 a 202 passageiros por viagem.

A dinâmica do mercado tem sido mais expressiva no que se refere ao transporte de viaturas e ao desviar o Gilberto Mariano para a linha lilás, perdiam-se 3 das 5 ligações no triângulo e os cruzeiros não podem realizar a ligação com a Terceira, contudo numa situação ideal o que se pretende são ligações com embarcações que permitam o transporte de passageiros e viaturas, mas também numa situação ideal em todos os portos do grupo central, já deveria ser possível o transporte de viaturas.

Mas como estamos longe dessa situação ideal, temos de dividir o mal pelas aldeias e como tal não me choca que nestes dois dias, terças e sábados, o barco realize a linha lilás e o transporte de viaturas fique condicionado, até porque ao sábado a linha verde a ligação é assegurada pelo cruzeiro.

Sra. Secretária:

- Para quando a resposta ao nosso requerimento apresentado em janeiro deste ano?
- Como pretende assegurar a ligação entre Calheta e Angra do Heroísmo, ligando a ilha Terceira ao triângulo, com dois anos, no mínimo, de paragem a ligação entre os dois portos?
- De que servirá a rampa ro-ro no porto da Calheta, se não existir a do porto de Pipas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para fazer ski!

O Orador: Sra. Secretária, o ano de 2018 já está praticamente a finalizar. Para quando o concurso das obras para o porto de Pipas?

- Que projeto de impacte ambiental é esse para a rampa Ro-Ro do Porto das Pipas? Que parece ser de uma complexidade extrema!!A Sra. Secretária

afirmou em sede de comissão que o tempo necessário são no mínimo 4 meses para a realização deste estudo, quando o mesmo foi pedido e para quando a sua conclusão?

O receio do Grupo Parlamentar do CDS é que pelo “andar da carruagem” nada irá acontecer em 2019...

No entender do CDS-PP é urgente pensar a operação para o ano 2019, é urgente a reposição da ligação direta entre os portos da calheta e Angra do Heroísmo sem qualquer prejuízo para as ligações já previstas no triângulo.

Durante o trabalho de comissão a justificação por parte do Governo quanto a uma melhor otimização das embarcações foi derivado aos dias de descanso da tripulação e embarcação.

De forma clara, Sra. Secretária, as embarcações são obrigadas a quantos dias de descanso?

A contração de mais tripulações teria permitido assegurar mais ligações?

O certo é que para situações excecionais exigem-se medidas excecionais, e a Calheta e Angra do Heroísmo não podem ficar 2 anos esquecidas...

E para terminar Sra. Secretária,

- Para quando se irá ter uma efetiva articulação entre as viagens da Atlânticoline e os voos da SATA??

- Será finalmente na operação de 2019 que teremos a divulgação atempada dos horários das ligações marítimas ou será como costume em cima do joelho?? Quando é que irão divulgar os horários para o próximo ano??

- Como defende o Governo Regional a atenuação da sazonalidade quando ainda este ano, por exemplo, na ilha de S. Jorge a estratégia da Atlânticoline no que se refere à linha verde, é que desde de 17 deste mês reduziu as viagens, passando às terças, quintas e domingos a existir apenas uma viagem, e na linha amarela a última ligação a esta ilha irá realizar-se até 26 de setembro, limitando assim a mais importante porta de entrada e saída de quem a visita?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A trave mestra de qualquer destino turístico é a credibilidade dos transportes, sejam marítimos, aéreos ou terrestres.

Ora, nos Açores que se quer e se promove como Região turística, detentora já de vários galardões, os transportes tem estado muito aquém do desejado.

Este cancelamento ou suspensão da linha lilás é mais uma das provas em que este governo tem sido incapaz de garantir transportes marítimos mantendo horários e rotas credíveis.

Numa região em que o Turismo é uma atividade emergente, que tem de ser competitiva com as centenas de outros destinos de natureza, na sua maioria destinos já consolidados e com provas dadas, é essencial trabalhar com seriedade e de forma a garantir mínimos de credibilidade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Onde é que os senhores vivem?

O Orador: Os atrasos continuados com que se tem publicado os horários e as imensas alterações que lhes sucedem não garantem nenhuma estabilidade nem nenhuma credibilidade aos operadores turísticos, bem como aos passageiros que utilizam os transportes, neste caso marítimos, porque os aéreos não estão melhor cotados.

Em 250 dias de operação de transportes marítimos a Atlânticoline emitiu **104 avisos de** alterações ou cancelamentos! Que credibilidade e que segurança impõem uma empresa que de dois em dois dias altera horários, ou cancela horários? Se fosse um privado seria popularmente chamado de troca-tintas...

Como é governo, chama-se vítima de infortúnio do mar...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: A ilha de S. Jorge no seu todo e em especial o concelho da Calheta ficou claramente prejudicada a nível turístico e económico este verão e continuará a ser prejudicada no próximo ano se nada for feito para alterar as acessibilidades nomeadamente as marítimas e a reposição da linha lilás.

Segundo os números do INE, só no mês de julho as dormidas na ilha de S. Jorge baixaram 16.6 %, num resultado claro da ineficiente política de transportes deste governo socialista para esta ilha.

A ocupação de quartos está neste momento 33.3%, o que quer dizer que quartos de cama há 66% de camas vazias no mês de julho em S. Jorge.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já o vi fazer melhor do que isso! Isso é a influência do seu colega!

O Orador: Outro dado que resultou também diretamente do cancelamento da linha lilás, é a substancial diminuição da taxa de ocupação da Pousada da Juventude da Calheta que baixou na ordem dos 30%.

Existe uma relação direta dos muitos jovens que viajam com o cartão jovem dos barcos e utilizam a pousada para pernoitar. É por isso evidente que tendo de desembarcar nas Velas, porque deixaram de ter possibilidade de desembarcar na Calheta e sem ter transportes públicos em horário adequado como o PIT previa, haver os transportes de ligação que funcionava, os intermodais, nem todos os jovens podem pagar 20 euros por um táxi, para ir das Velas à Calheta.

Ora, sabendo que a Pousada da Calheta está em vias de ser privatizada, com um decréscimo de taxa de ocupação e respetivas receitas, deixará de ser um negócio atrativo.

Mais uma vez a ilha de S. Jorge e o Concelho da Calheta serão prejudicados, pela suspensão da linha lilás.

Concluindo que o reforço da linha amarela anunciado pelo governo não teve resultados eficazes, pergunto à senhora secretária quais as medidas a implementar para compensar o prejuízo no sector do turismo este ano na ilha de S. Jorge, e para evitar que o mesmo se repita no próximo ano?

Agora e de forma a ser justo com o Governo, devo reconhecer que foram feitos investimentos, em S. Jorge, de forma indireta na linha lilás, finalmente ao fim de alguns anos de promessas ficou concluída a rampa RO-RO na Calheta, um investimento que irá melhorar a segurança de operação de passageiros e viaturas no porto da Calheta.

Tenho a dizer que encontrei algumas gaivotas extremamente agradecidas por o governo socialista lhes ter oferecido um estacionamento gratuito com custo de meio milhão de euros, porque neste momento é para o que serve a rampa RO-RO, estacionamento de gaivotas,

Mas o investimento socialista não ficou por aqui na linha lilás, foi também colocado no porto da Calheta um valioso portão, cujo valor não sei precisar, mas que segundo sei cumpre escrupulosamente com uma norma comunitária a nível de segurança contra o terrorismo.

Mesmo sem barcos, mesmo sem ligações à ilha Terceira e mesmo que as viaturas embarcadas na Calheta pela nova Rampa RO-RO, não tenham possibilidade de desembarcar em Angra, estão garantidas as normas de segurança contra atentados terroristas.

Em relação a este último investimento só haverá duas entidades a rejubilar de alegria. O Governo, certamente, e o fornecedor do portão.

Quanto aos Calhetenses, estes expressaram claramente os seus estados de alma nas redes sociais e já batizaram o portão com os mais diversos improperios, não por estarem contra a aplicação da lei, mas por se sentirem injustiçados durante os últimos anos.

Tinham uma ligação histórica a Angra, que no tempo em que a Transmaçor era privada, serviu muito bem os jorgenses com o Expresso das Ilhas, sem Gare marítima e sem condições de logística, com uma barraca de madeira a vender os bilhetes, mas havia uma ligação três vezes por semana. Finalmente a Gare foi construída mas ficou encerrada porque entretanto suspenderam a ligação marítima. Com a chegada do Gilberto Mariano, a ligação Marítima foi reposta, e muito bem, mas sem Rampa RO-RO. Agora que têm a Rampa Ro-Ro, ficaram sem Navio. Isto é dramático, e é compreensível a revolta das pessoas. Tem sido fazer gato-sapato dos jorgenses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Voltando à linha lilás, o Governo depois de suspender esta rota, e de ter deixado todos os passageiros sem alternativa, resolveu à última da hora fazer viagens nas festas San Joaninas e Festival de Julho. Como à última da hora se chama é o coveiro, a dita viagem para as San Joaninas foram feitas com o navio vazio, 7 passageiros...

O comunicado da Atlânticoline n.º 84, foi enviado no dia 18 de junho, para os agentes vendedores de bilhetes às 9h48, a informar que o barco para a Terceira saía nesse dia da Horta às 9 da manhã.

Ora, entre as 9h48 e o meio dia que foi a hora que ele saiu da Calheta, ainda se conseguiu arranjar sete passageiros, foi realmente um feito.

Deputado Bruno Belo (PSD): Uma vergonha!

O Orador: Logo veio o Sr. Administrador da Atlânticoline muito desagradado, acusar os municípios de terem pedido as viagens e não terem feito a divulgação devida das viagens, e ainda ameaçou cancelar as viagens de julho.

A senhora secretária entende que é obrigação dos municípios divulgar as viagens da Atlânticoline agendadas tarde e as más horas? Entende que anunciar uma viagem com uma hora de antecedência é suficiente para que chovam passageiros e se encham navios? Isto é trabalhar responsabilmente?

Ainda recentemente foi um dos muitos voos da Azores Airlines para Cabo Verde somente com 17 passageiros a bordo e não ouvi a Tutela perguntar porque não tinham feito a divulgação?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Para um melhor aproveitamento dos recursos, quando se prevê a publicação dos horários dos transportes marítimos para o próximo ano, a senhora secretária garante que se irão concretizar sem alterações e com o mínimo de cancelamentos possíveis?

É urgente restituir a credibilidade aos transportes marítimos dos Açores de forma a inverter um cenário que se tornou recorrente e que penaliza claramente o turismo e a economia da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Corvelo (PCP): Para o intervalo regimental a que temos direito, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 10 minutos.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 33 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

O Projeto de Resolução da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, que agora discutimos, tem um mérito que acho que até sobreplanta o seu objeto resolutivo, que foi de colocar em sede de audição em comissão especializada, de ouvirmos todas as entidades, todos os agentes económicos envolvidos e interessados numa operação de transporte marítimo de passageiros que corra bem, ou que deveria correr bem.

Se é verdade que o Projeto de Resolução que agora apreciamos, procura dar uma resposta, que até pode ser discutível, mas que procura pelo menos dar uma resposta àquela que é uma lacuna decorrente do acidente que envolveu o navio Mestre Simão e a sua consequente inoperacionalidade, esta proposta como já disse teve o mérito de colocar os vários representantes económicos, a falar sobre problemas que eram anteriores ao acidente com o Mestre Simão, que persistem e que foram agravados.

As empresas e as pessoas detetam problemas que infelizmente subsistem e anseiam, principalmente em S. Jorge, na Terceira e na Graciosa, uma linha lilás que reative e reforce aquele que é o designado segundo triângulo, um segundo triângulo formado como toda a gente aqui sabe, Calheta, Angra do Heroísmo e Graciosa.

Sabem que de facto algo está mal, que é necessário estudar e mudar.

O Governo Regional, por sua vez, continua a ter uma atitude fechada, de considerar que a atual operação é a ideal e que melhor é impossível.

Eu aqui saliento um parecer emitido não claramente pelo BE, nem a nenhuma estrutura associada ao BE, não mais que o parecer da Câmara Municipal da

Praia da Vitória, que é na nossa perspetiva um parecer ponderado e que reflete esse sentimento de que é preciso fazer algo e que não podemos ter uma política de transportes marítimos de passageiros, ou mesmo de mercadorias, estática, sem qualquer possibilidade de vir a ser modificada ao longo do tempo e que se adapte àquelas que são as expetativas e as necessidades dos agentes económicos envolvidos no transporte marítimo, quer de mercadorias, quer de passageiros.

Passo a citar o parecer da Câmara Municipal da Praia da Vitória, que aliás é um parecer que acaba por apoiar o Projeto de Resolução que agora discutimos e diz o seguinte: “o modelo de transportes marítimos entre as ilhas do grupo central, necessita de um constante acompanhamento que implica regularmente uma avaliação das condições de operacionalidade: uma análise da viabilidade e sustentabilidade das rotas definidas, uma adaptação dos horários às necessidades empresariais, turísticas e operacionais”.

Bem, este é o parecer, penso que bastante refletido da Câmara Municipal da Praia da Vitória e que nos dá conta daqueles que são os anseios dos agentes económicos, quer da Ilha Terceira, quer da Ilha Graciosa, quer mesmo de S. Jorge.

Ora, nas várias audições que tivemos oportunidade de ter na comissão especializada, neste caso na Comissão de Economia, tivemos oportunidade de ouvir representantes dos núcleos empresariais da Graciosa, de S. Jorge e que nos deram, não certezas, ou seja não nos deram soluções, mas a única certeza que nos foi dada, é que tudo pode melhorar.

Deram várias sugestões, é verdade que as sugestões não são propriamente sugestões fundamentadas em estudos, mas são sugestões que refletem um pouco as necessidades que os agentes económicos sentem no terreno:

Primeiro: os navios podem ter outras dimensões, no caso do núcleo empresarial da Graciosa, até podem ser mais pequenos ao ponto de não ser necessário transportar automóveis. É a solução ideal? Não sei, desconheço, penso que o

próprio representante do Núcleo Empresarial da Graciosa, acabou por assumir que não estava na posse de informação que lhe permitisse, de facto fundamentar de forma objetiva estas sugestões, mas são sugestões que traduzem e aqui reafirmo mais uma vez as necessidades que as pessoas têm sentido no terreno e nos entraves que isso coloca à sua mobilidade entre estas três ilhas.

Mais, até disse que no caso da Graciosa, a Graciosa não tem forçosamente que ser servida por um toque diário. Chegou a esse ponto. O responsável pelo Núcleo Empresarial da Graciosa chegou a assumir isso, aliás essa nem é uma pretensão que está plasmada no objeto resolutivo que agora analisamos.

Os horários terão de ser repensados e aos horários eu traria outro fator que poderia muito bem ser repensado, que é o caso das tarifas.

Eu tive oportunidade de partilhar essa preocupação em Comissão porque o preço praticado no transporte marítimo inter ilhas, é um preço que à primeira vista poderá ser completamente inacessível, ainda mais quando falamos nas tarifas especiais aplicadas a jovens e a menos jovens, ou seja a pessoas de idade mais avançada, mas se compararmos estas tarifas, por exemplo às tarifas que estão há relativamente pouco tempo a ser aplicadas nas ligações do transporte marítimo de passageiros, entre a Madeira e o continente, chegamos facilmente à conclusão que as nossas tarifas, às páginas tantas, até são pouco atrativas, aliá esse foi um aspeto, penso que foi na altura aduzido pelo próprio representante do Núcleo Empresarial da Graciosa, se não foi da Graciosa, foi de S. Jorge, sei que alguém deu conta do preço das tarifas, poderia não ser o mais competitivo e que até poderia explicar as baixas taxas de ocupação em certas rotas.

Quero aqui recordar que ficámos a saber em sede de comissão que a linha amarela, em 2017 teve uma taxa de ocupação na ordem dos 38%.

Ora, esta taxa de ocupação, na nossa perspetiva, até poderia ser melhorada se entre vários fatores, pudéssemos estudar a possibilidade de reformular as tarifas que são neste momento praticadas e voltando ao exemplo da Madeira, a

Madeira neste momento para residentes e na época alta, está a praticar uma tarifa de 60 euros, isto na ligação entre a Madeira e o continente português enquanto, por exemplo, uma ligação entre a Praia da Vitória e a Graciosa, essa tarifa é de 55 euros, portanto se formos a comparar os preços facilmente verificamos que as tarifas do transporte marítimo inter-ilhas poderiam ser mais competitivas, aqui refiro-me claro, à tarifa normal, sem ser as tarifas, digamos, especiais, aplicadas a jovens e a pessoas idosas.

Portanto, acho que há aqui um caminho que pode e deve ser feito pelo Governo Regional, e claro, contando com a parceria com a empresa pública Atlânticoline e também aqui não tenho qualquer problema em assumir, face a um aumento até quem sabe da comparticipação financeira atribuída à Atlânticoline, termos tarifas muito mais atrativas e quando me refiro aqui a tarifas, refiro-me, mais uma vez sublinho, às tarifas normais.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

Respondendo às questões colocadas neste Projeto de Resolução, que a linha amarela assegure, pelo menos, uma ligação diária a todas as ilhas centrais.

Esta questão já foi por demais explicada publicamente e também aquando da minha audição na Comissão Permanente de Economia em junho passado, igualmente também pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da Atlânticolina e nessa altura, como agora, disse que não é possível assegurar uma ligação diária entre todas as ilhas do grupo central com a linha amarela porque há necessidade de atender por toda a Região dos Açores a um conjunto vasto de festividades dispersas geograficamente, tal qual as nossas ilhas, e em

datas até sobrepostas porque há necessidade de assegurar pelo menos seis viagens à ilha das Flores, cuja longa distância inviabiliza que o navio retorne ao grupo central e porque há ainda um número de horas de navegação limitada porque cada tripulante e não por embarcação, como referiu o Sr. Deputado Jorge Paiva e que está fixado em cerca de 14 horas, se contarmos com horas extraordinárias.

Há ainda que assentar a oferta das viagens à procura existente.

Reforço que este ano os horários da linha amarela foram reajustados e otimizados pela Atlânticoline, na sequência exatamente da falta do navio Mestre Simão e da suspensão parcial da linha lilás.

Os horários da operação sazonal deste ano foram concebidos por forma a que a linha amarela servisse 83 vezes as ilhas do grupo central, o que dá uma média de 8.81 dias deste navio a ligar as ilhas.

Em segundo lugar, a segunda questão colocada no Projeto de Resolução prende-se com a ligação marítima direta entre os portos da Calheta de S. Jorge e Porto de Pipas em Angra do Heroísmo, em embarcação adequada para o efeito, enquanto vigorar o período de suspensão da linha lilás, ou seja, enquanto não tivermos o novo barco que o virá substituir, concluído, o que se prevê e aqui também fazia uma correção ao que foi dito, prevê-se que o navio esteja concluído no último trimestre de 2019.

Em relação à reposição da ligação marítima dos portos da Calheta de S. Jorge e no porto de Pipas, em Angra do Heroísmo e repetindo um pouco aquilo que aqui também já foi dito nesta Casa e que foi dito na Comissão Permanente de Economia, recordo que os navios Cruzeiro do Canal e Cruzeiro das Ilhas, da Atlânticoline não estão certificados com a classe B, que permite fazer a ligação entre S. Jorge e a Terceira e por essa razão e também por razões de segurança estruturais, não foram equacionados para esse efeito, que não foi possível a Atlânticoline encontrar um navio com características semelhantes à do Mestre

Simão e que permitisse a operação, nomeadamente nos portos da Madalena e da Calheta, em S. Jorge, para além de que conforme também já foi amplamente explicado o custo desse fretamento absorveria nesta operação, ainda que temporária, o valor necessário à substituição do navio sinistrado e que está em construção.

Não obstante, volto a frisar que no verão de 2018, a Atlânticoline procurou garantir as ligações da linha lilás por altura das festividades concelhias de Angra do Heroísmo e da Calheta, nomeadamente nos dias 18 e 25 de junho, 2, 13 e 15 de julho, não esquecer ainda que a linha lilás em 2017 representou cerca de 1.26 do total de passageiros transportados no grupo central, excetuando a linha amarela, mas se bem que aqui os números são relevantes para explicar a opção pela suspensão da linha naquela que foi um redesenho da operação da Atlânticoline que tentou otimizar os seus recursos, por via a fazer face à ausência temporária do barco Mestre Simão.

No ponto 3 da recomendação, pede-se que seja garantida a aceleração e conclusão de obras de remodelação dos portos da Calheta e Porto de Pipas e quanto a este aspeto como também disse o Sr. Deputado Luís Rendeiro, fazendo referência ao porto da Calheta, juro que está claro que terminou a obra no dia 29 de junho e neste aspeto apenas haverá que referir que o atraso de seis meses ficou a dever-se sobretudo a razões de ordem técnicas, relacionadas com a necessidade de alterar o método de desmonta e demolição da zona da rocha, na zona de implantação da obra.

Relativamente à requalificação do Porto de Pipas e construção da rampa RO-RO, mais uma vez refiro tal qual como referi também quando fui ouvida na Comissão Permanente de Economia, que está a ser otimizada por parte da Portos dos Açores, a solução técnica desta obra.

Respondendo à questão levantada pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, não existe qualquer conflito com qualquer entidade. A solução técnica poderá ou não

dispensar a avaliação de impacto ambiental que a existir tem, conforme também referi, a duração de quatro meses e está na lei e com tudo isto mantenho aquilo que já foi dito de previsão de lançamento do concurso no final do corrente ano de 2018, mau grado Sr. Deputado, obviamente e já falamos nisso também, a inscrição no plano de algum tempo de obra que obviamente, já o assumi anteriormente, não se realizará este ano. A calendarização neste momento é esta que referi.

Tentando responder um pouco às perguntas que foram colocadas pelos Srs. Deputados, começaria pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Paiva, para quando a resposta ao requerimento apresentado pelo CDS-PP, pois logo que o projeto esteja concluído e finalizado esse requerimento será respondido.

Referiu ainda o descanso das embarcações, presumo que se estivesse a referir ao descanso das tripulações que sim, é um elemento importante no planeamento da operação e conforme lhe disse se situa numa média de 14 horas de trabalho, com horas extraordinárias e dentro dos limites legais permitidos.

Em relação à articulação da SATA e da Atlânticoline, pois também na Comissão foi referido que a SATA já vende bilhetes da Atlânticoline, quer online, quer através dos seus balcões.

Por último em relação à divulgação dos horários da Atlânticoline, também já foi por mim várias vezes referido e pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline, que a divulgação dos horários da Atlânticoline ocorre tradicionalmente aquando da BTL.

Este ano a BTL, segundo julgo saber terá lugar em fevereiro de 2019, ainda assim os horários da linha verde para o próximo período de inverno já estão divulgados e fixados até 31 de março de 2019 e no que se refere à linha azul mantêm-se os horários até 31 de maio de 2019, portanto já são públicos.

Ainda a este respeito dos horários e passando um pouco para a resposta também ao Sr. Deputado António Pedroso, os cancelamentos que existiram durante este

ano ou que sempre existiram em relação a viagens da Atlânticoline, prendem-se com razões ora operacionais, ora essencialmente meteorológicas, usar uma expressão infortúnio do mar, que é uma expressão do meio marítimo que até traduz no léxico internacional, diz-se *act of god*, foi traduzido para português como infortúnio do mar. É uma expressão que não é jocosa, nem deve ser na minha perspetiva motivo de paródia ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... se bem que eu aprecio imenso o seu sentido de humor e já o disse várias vezes, mas não me parece que esta seja a melhor forma de usar esta expressão, até porque esta expressão nos é cara, em virtude do que aconteceu com o Mestre Simão, portanto não é uma expressão que nós inventamos e fazer paródia com o termo não me parece o mais adequado e claro que realçava que os motivos dos cancelamentos que são muitos, conforme disse, reprendem-se com razões operacionais e meteorológicas e quer numa razão, quer noutra, julgo que não há margem para brincadeira, se é para cancelar, é para cancelar, a segurança das pessoas e das embarcações está primeiro.

Em relação à sua pergunta, sobre quais as medidas implementadas, designadamente para a Graciosa para fazer face à suspensão da linha lilás, em termos de turismo, obviamente que não lhe poderei responder cabalmente mas poderei dizer, por exemplo, que em termos de oferta de voos da SATA Air Açores, no verão de 2018, tivemos uma oferta de 55 732 lugares, o que representou um acréscimo em relação ao ano passado de 2017, mais 2 688 lugares, portanto também por essa via tentou-se nunca limitar as acessibilidades à Ilha Graciosa e o seu potencial turístico e o seu potencial de crescimento.

Estava a falar de S. Jorge, também já lhe posso dar os números de S. Jorge, por exemplo: entre julho e agosto tem mais cerca de 650 lugares oferecidos pela SATA Air Açores, estamos na mesma lógica de aumento da oferta que ocorreu

um pouco por todas os pontos das ilhas da Região Autónoma dos Açores, também S. Jorge teve um incremento do número de lugares.

Julgo que terei respondido às perguntas dos Srs. Deputados, sem prejuízo de se alguma estiver ficado por responder, estou aqui para o efeito.

Obrigada.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Mais uma vez, ao longo desta última década, o PSD traz a Ilha Graciosa, o seu desenvolvimento e os transportes marítimos a este Parlamento, não é inovador, é infelizmente recorrente a necessidade que temos de trazer matérias importantes para uma Ilha como a Graciosa e que são fundamentais para o seu futuro e já o eram há uma década atrás, portanto esta última década tinham sido fundamentais.

Quando os graciosenses em 2010 pensavam que o Governo, pela voz do Sr. Secretário da Economia de então, o Dr. Vasco Cordeiro, quando anunciou que íamos ter 4 novos navios e que íamos servir a Região com 4 novos navios para criar e fomentar a criação do mercado interno, os graciosenses esperaram que isso acontecesse e ficaram à espera dos 4 novos navios em 2010 e quando isso era expetável que acontecesse o que é que o PS disse? Ausente dessa perspetiva.

Quando em 2012 foram anunciados dois navios para servir o grupo central, nomeadamente depois batizados Mestre Simão e Gilberto Mariano, os graciosenses ficaram à espera que esses navios fossem servir o grupo central, esperaram e estavam convencidos que iam ter um navio ou dois a servir o grupo

central e que isso ia fomentar o mercado interno. E quando os graciosenses esperaram, o que é que o PS disse? Disse ausente dessa perspetiva para a Graciosa.

E quando os graciosenses esperaram que a linha lilás ia eventualmente servir a Graciosa, depois das forças vivas da Graciosa, nomeadamente Câmara Municipal, de maioria socialista, juntas de freguesia, de maioria socialista, enfim expetativas criadas junto dos graciosenses que iria haver uma linha lilás que ia servir a Graciosa para fomentar o prometido mercado interno. Os graciosenses esperaram e o PS disse ausente dessa expetativa.

Deputado Miguel Costa (PS): São os mesmos que fizeram a maioria!

O Oradora: Portanto, quando nós falamos deste tema dos transportes marítimos, torna-se demasiado habitual os graciosenses ficarem à espera que o PS cumpra as promessas que fez de que haveria um navio pelo menos, algum dia a Graciosa ia ser servida por um navio de 600, de 40, de 120 viaturas, de 8, enfim, qualquer navio que os graciosenses esperam que possa vir a servi-los para finalmente, após uma década de ser prometido, possam perspetivar um mercado interno que desenvolva a Graciosa, que promova o empreendedorismo dos graciosenses, para que estes possam com expetativas verdadeiras, poder desenvolver a sua ilha.

Mas, infelizmente, também quanto ao prometido navio, que eram dois e que agora vai ser só um, o prometido navio que parece pela voz do PS que vai, quase que exclusivamente servir a Graciosa, eis que uma moção global de estratégia, deita por terra a expetativa dos graciosenses, portanto quando os graciosenses querem ou esperam que haja um navio que os vá servir e fomentar o mercado interno, o PS vai dizer ausente. Quando o Sr. Presidente do PS e Presidente do Governo, apresentou no último fim de semana uma proposta em que diz, no que respeita ao transporte marítimo de passageiros e viaturas e cito: “É evidente que o salto qualitativo prestado pelos novos navios ferry de 40

metros, que será complementado pela construção, no âmbito do atual período de programação da política europeia de coesão 2014/2020, do primeiro de dois navios, que oferecerão um navio regular todo o ano, entre os três grupos de ilhas que formam o arquipélago, capaz de satisfazer as necessidades de fomentar o mercado interno”.

A Sra. Secretária acabou de explicar com a necessidade de este navio viajar para as Flores e entre Santa Maria e as Flores, uma vez que não vai ao Corvo, a Graciosa não vai ter um navio para fomentar o mercado interno, a Graciosa o que vai ter é ilusão, mais uma vez, criada pelas expetativas geradas pelo PS que mais uma vez vai dizer ausente do serviço que a Graciosa precisa e do seu desenvolvimento.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Nesta primeira intervenção realçar, também, a postura da maioria dos intervenientes, portanto do Sr. Deputado Luís Rendeiro, Sr. Deputado Jorge Paiva e o Sr. Deputado Paulo Mendes, que tiveram na minha ótica e na ótica do PS intervenções responsáveis do ponto de vista do assunto que estamos aqui a tratar, do ponto de vista da importância do setor dos transportes, nomeadamente do transporte marítimo de passageiros e também de viaturas e tiveram um conjunto de considerandos e o próprio Projeto de Resolução do PSD, apresenta um conjunto de pressupostos que o PS concorda e que tem sido esse o seu

trabalho ao longo dos últimos anos, para colocar na Região Autónoma dos Açores e ao serviço da sua economia e dos açorianos um setor forte, dinâmico e que responda às suas necessidades e às necessidades da nossa economia.

Isso, de facto, é de salientar independentemente de acharmos depois que os resultados na vossa ótica são melhores ou piores do que aquilo que o PS considera, nomeadamente, por exemplo, foi falado na evolução do transporte aéreo e, portanto, para todos poderem ver bem, esta é a evolução do setor aérea na Região Autónoma dos Açores. Estamos claramente a evoluir e aqui vê-se que houve um conjunto de estratégias e de políticas que reforçaram a acessibilidade dos açorianos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: No transporte marítimo também temos dados concretos que fazem com que um conjunto de políticas a partir de 2012, fazem com que o gráfico e a evolução do transporte marítimo, sejam positivas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, o gráfico não está ao contrário, estamos mesmo a evoluir e se formos ver também os dados do SREA, de certeza absoluta que vai confirmar que estamos num bom caminho.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Isto deve-se muito pelo trabalho realizado por este Governo, nomeadamente no investimento em infraestruturas estruturantes, na modernização dessas infraestruturas, na sua qualificação, mas também no investimento em novos meios de transporte marítimo.

Foi isso que fizemos e os resultados que conseguimos também, particularmente, na zona do triângulo refletem que ao estarmos a introduzir novos meios, mais seguros, mais cómodos, mais pessoas, mais açorianos e mais economia, estamos a criar para bem dos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Digo ainda isto porque a maioria das intervenções anteriores a este debate, fazia com que o PSD não concordasse muito com esta estratégia e o CDS também fez várias intervenções no passado, que não concordavam com esta estratégia de aposta do transporte marítimo, deste modelo em concreto das rampas RO-RO; duvidaram dos meios que estavam a ser adquiridos e ainda duvida o Sr. Deputado Bruto da Costa da capacidade que os dois novos navios irão ter para satisfazer o mercado interno.

Portanto Srs. Deputados, permitam-me ainda dizer que também concordamos com as referências que fazem sobre a importância da linha lilás, da importância para o concelho da Calheta, para a Ilha de S. Jorge, concelho de Angra para a Ilha da Terceira, concordamos, aliás é exatamente essa importância histórica que os senhores referem, é que levou a que o PS tenha retomado essas ligações que no passado foram descoradas essencialmente pelos senhores do PSD.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Refiro também da importância e os senhores referem-se da importância da construção de rampas RO-RO, em todas as ilhas dos Açores. Bem-vindos Srs. Deputados, também foi isso que fizemos, todas as ilhas neste momento dos Açores, exceto o Corvo tem uma rampa RO-RO, onde se pode implementar com segurança um modelo de transporte de carga rodada. Sim senhor, Sr. Deputado, falta fazer uma em catorze, temos 93% executado, falta 7% por executar e conforme o que a Sra. Secretária acabou de dizer será para brevemente a execução da última rampa RO-RO, que a Região Autónoma dos Açores precisa para concluir o modelo bem gizado por este governo socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Entrando agora um pouco nos pontos resolutivos da proposta, o PS essencialmente não pode validar e votar a favor desta proposta por três motivos: incoerência, irresponsabilidade e inviabilidade da proposta.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem dito!

O Orador: Ponto n.º 1: ligações diárias da linha amarela da Atlânticoline que assegure uma ligação diária a todas as ilhas do grupo central.

Foi referido em Comissão e também foi por isso que quisemos analisar com mais profundidade este assunto e fizemos a urgência e dispensa de exame, aqui nesta Assembleia, para que pudessemos analisar em concreto todas as consequências desta proposta.

Já foi referido, e volto a referir, que este ponto n.º 1 faz com que haja ilhas, por motivos das festividades, com datas sobrepostas que deixam de ser servidas. Acho que isto até é uma medida que o PSD faz com que inviabilize algumas das coisas que os senhores defenderam e já defenderam nesta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer que com o navio novo vai acontecer o mesmo?

O Orador: Também referir que esta questão também coloca em causa a acessibilidade à Ilha das Flores, Sr. Deputado Bruno Belo esta proposta do PSD (por acaso o senhor não assinou a proposta) também coloca em causa a acessibilidade à sua ilha, que o senhor, como todos os Deputados desta Casa, querem mais ligações para todas as suas ilhas e também coloca em cauda a acessibilidade a Santa Maria. Para ir às Flores, se nós retirarmos um navio ...

Deputado Paulo Parece (PSD): É porque não têm navios!

O Orador: Então, mas é preciso assegurar o grupo central, quando ele vai às Flores, para assegurar isso o senhor fica sem barco em Santa Maria.

Deputado Paulo Parece (PSD): Os senhores estão a nadar em seco porque não têm navios!

O Orador: Foi ainda referido as horas de navegação, limitadas por tripulante e também o facto de termos uma operação que neste momento é ocupada em média entre 30 a 38% e os Srs. Deputados com um aumento de 25 a 30% da resposta da oferta, vão estar claramente a torná-la mais inviável, mais irresponsável financeiramente.

Deputado Paulo Parece (PSD): O Sr. Deputado André Rodrigues não sabe o que está a dizer!

O Orador: Sei, sei Sr. Deputado, esteja descansado porque sei muito bem o que é que estou a dizer.

Relativamente ao ponto 2, que seja reposta a ligação direta, em embarcação adequada.

Em Comissão o Sr. Presidente da Atlânticoline e a Sra. Secretária, referiram todos os passos que deram e todas as tentativas que fizeram para garantir que este ponto n.º 2 fosse concretizado. Tentaram através dos meios existentes, certificação dos dois cruzeiros; tentaram avaliar a reparação do Expresso do Triângulo, tentaram um conjunto de medidas que levassem a que isto pudesse ser realizado.

Infelizmente, não existe na Atlânticoline, para além do Gilberto Mariano, nenhum navio que possa fazer esta viagem.

Paralelamente ainda tentaram o fretamento de um navio com as características idênticas e que pudesse fazer essa ligação.

Sr. Deputado, quer queira, quer não, cinco milhões de euros por ano para o aluguer de uma embarcação que possa repor essa ligação e que faz com que em dois anos faça o valor de aquisição do novo barco, acreditamos que o Governo Regional decidiu, e bem, apostar na construção de um novo navio que a partir do início da sua operação em 2019, retome por completo todas as ligações que antes existiam.

Acho que do ponto de vista financeiro e técnico, estamos a falar de uma de situação responsável.

Referir ainda que a deslocação do Gilberto Mariano para esta ligação reduz em muito a acessibilidade existente entre S. Jorge, Faial e Pico, nomeadamente no transporte de viaturas e no seu Projeto de Resolução, aqui diz que essas ligações também não podem ser afetadas.

Relativamente ao ponto 3 do Projeto de Resolução, de facto esta tem sido uma aposta do Governo Regional, a construção das rampas roll-on, roll-off, inclusive uma das rampas que o senhor pede que seja executada já está concluída, falta apenas uma rampa na Região Autónoma dos Açores e estaremos cá para também concretizar essa opção e essa construção.

Relativamente ao Sr. Deputado João Bruto da Costa, de facto o senhor também aqui veio revelar alguma incoerência que eu tenho que falar pelo Partido Social Democrata.

Parece que o PSD sempre defendeu os dois navios que vão reforçar o mercado interno e ajudar a Região Autónoma a criar um mercado interno.

Se for ler bem o seu Programa de Governo, o que diz lá é que Duarte Freitas e a sua equipa vão rever todo o transporte marítimo de forma a que seja mais viável técnica, financeira e economicamente, vai tudo ao contrário do que é esta proposta aqui apresentada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque? Onde está a incoerência?

O Orador: Relativamente a propostas concretas do PSD sobre o transporte marítimo, o que aconteceu foi que antes de eleições temos um PSD, nomeadamente Duarte Freitas na Madalena a dizer: “Vamos cumprir o triângulo! Vamos colocar para o dobro as ligações no Horta/Madalena! Vamos fazer mais e de tudo ...”, Mas não estava lá a Graciosa, não estava lá a Calheta, não estava lá Angra, só estava o triângulo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não está lá o cais de São Roque que os senhores prometeram!

O Orador: Esta mesma proposta apresentada seis meses antes das eleições, em 2016, sabe o que é que aconteceu no programa eleitoral? Desapareceu! Desapareceu essa, desapareceu a linha lilás da Graciosa, desapareceu Angra, desapareceu tudo! Foi um vazio completo para o transporte marítimo de passageiros, simplesmente dizendo que iria refazer e rever os estudos da construção dos dois novos navios, colocando também em causa esta mesma proposta de Vs. Exas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores já fizeram isso três vezes!

O Orador: Isto continua! Calma Sr. Deputado, isto continua!

Após perder as eleições o que é que o PSD fez? Foi ao sitezinho das propostas e volta a introduzir a proposta inicial de abril de 2016, em que não está lá Angra, não está lá Calheta, não está lá Graciosa, está outra vez: “colocar para o dobro as ligações entre Horta e a Madalena”.

Aqui está também a incoerência que os Srs. Deputados e o PSD têm sobre este tema.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente à irresponsabilidade da medida, já foi dito por mim e pela Sra. Secretária também os impactos negativos que esta medida pode ter na Atlânticoline e não é que esta medida vem a esta Assembleia, através dos arautos das finanças públicas equilibradas, da eficiência da gestão rigorosa das empresas do setor público empresarial, que criam uma comissão de inquérito ao

setor público empresarial público para garantir a gestão coerente das empresas públicas.

São eles próprios que vêm propor a esta Casa, mais défice na Atlânticoline, mais resultados negativos operacionais na Atlânticoline, numa empresa do setor público empresarial ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é para isso que serve uma comissão de inquérito!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... ao mesmo tempo que lá fora e aqui propõem uma redução de receita por parte do Governo Regional e um abaixamento de impostos, certamente as contas públicas ficarão muito melhores, Sr. Deputado António Viveiros.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O zigue zague é nosso!?

O Orador: Este zigue zague do PSD em relação ao transporte marítimo de passageiros, leva-nos a uma conclusão muito simples, é que este debate estaria a acontecer independentemente da decisão do Governo Regional.

Se o Governo Regional tivesse decidido continuar com o Gilberto Mariano a fazer a linha lilás, estaria aqui o Deputado Luís Garcia, o Sr. Deputado Carlos, o Sr. Deputado Marco Costa com um projeto de resolução para garantir que não se tocasse nas ligações marítimas no triângulo.

Se o Governo decide a suspensão temporária da linha lilás, temos aqui o Sr. Deputado Luís Rendeiro e outros, a Sra. Deputada Mónica Seidi teve que fazer

uma substituição do projeto de resolução para poder também entrar na reivindicação e o Sr. Deputado Bruto da Costa reivindicar a linha lilás em detrimento de outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em detrimento? Isso é mentira! O senhor é mentiroso, porque isso é mentira!

O Orador: É verdade Sr. Deputado!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Se a opção do Governo Regional tivesse sido de alugar um barco por 5 milhões de euros por ano, estaríamos era numa comissão de inquérito, com o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, a discutir a má gestão de uma empresa pública do setor regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Dito isto Sras. e Srs. Deputados, foi o PS que retomou o transporte marítimo de passageiros nos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Já disse aqui várias vezes!

O Orador: ... é ele que concretizou importantes investimentos que permitem hoje ligar as nove ilhas dos Açores e seremos nós que estaremos aqui responsabilmente quando tivermos os meios necessários e completos para repor a situação e voltar a ligar a Calheta a Angra do Heroísmo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 45 minutos.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 56 minutos.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

(*) **Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao transporte marítimo de passageiros de/e para a Ilha Graciosa, os graciosenses têm vindo a constatar, com enorme agrado e satisfação uma significativa melhoria nos transportes e acessibilidades à ilha, nomeadamente através do aumento de frequências, melhoria de horários, aumento de disponibilidade de lugares, mas vamos a factos.

Nos últimos anos a Graciosa teve um aumento de escalas dos navios da Atlânticoline, superior a 56%, visto que em 2013 a ilha teve 53 escalas e no presente ano estão programadas 83, compreendidas entre 4 de maio e 26 de

setembro, o que na prática significa que a Ilha Graciosa será escalada em 2018 por um navio da Atlânticoline em média a cada 1,7 dias.

Assim e de acordo com os horários publicados pela Atlânticoline, a Ilha Graciosa teve no corrente ano as seguintes escalas: 10, no mês de maio; 15, em junho; 23, em julho; 24, em agosto e 11 em setembro.

Mas para além do aumento do número de escalas este ano a programação teve também em consideração, e uma vez mais, as maiores festas da ilha, ou seja, as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que este ano decorreram de 10 a 15 de agosto, com enorme sucesso.

Em suma, podemos concluir e afirmar que a Ilha Graciosa tem melhorado as suas acessibilidades, quer ao nível dos transportes aéreos, quer ao nível dos transportes marítimos de passageiros e os resultados estatísticos assim o demonstram, pois de acordo com o Serviço Regional de Estatística dos Açores verificou-se em 2017 um aumento de 14.2 % no número de passageiros que desembarcaram no porto da Vila da Praia e no mesmo período aumentou também em 15,7% o número de passageiros que embarcaram no porto da Graciosa.

Mas mais, se formos comparar por exemplo o número de desembarques de passageiros entre os anos de 2006 e 2017, verifica-se que há um aumento superior a 47% no número de passageiros embarcados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi preciso ir a 2006!

O Orador: Este dado demonstra bem a evolução que se tem verificado nesta matéria, nos últimos anos, desmentindo assim aqueles que nesta Casa e fora dela, só sabem puxar a Graciosa para trás.

Contudo o PS está e estará sempre inconformado com os seus próprios resultados e por isso trabalhará junto com os graciosenses para que seja aperfeiçoado o que for necessário aperfeiçoar e alterará o que tiver que ser

alterado, para que a Graciosa continue a melhorar as suas acessibilidades aéreas e marítimas.

Foi assim no passado, será certamente no futuro!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós não estamos hoje aqui a ter este debate se não estivéssemos perante uma situação extraordinária e é disso que se trata.

Como disse na minha intervenção de tribuna as situações extraordinárias requerem medidas e recursos extraordinários e como tal, por vezes também custos extraordinários.

Estamos aqui também a falar de opções políticas e de prioridades, perante de novo esta situação extraordinária.

O PSD continua a entender que a governação não pode ser reativa e sem planeamento e a governação está reativa e sem planeamento no que diz respeito ao transporte marítimo de passageiros, desde os fiascos com a construção dos navios Atlantida e Anticilone.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Desde essa altura que vivemos as consequências e os custos elevados com o aluguer de navios, não é de agora.

É em cima de todo este cenário que o PSD procura acudir aos açorianos, nesta situação de exceção, que resulta do naufrágio do navio Mestre Simão.

Realizar, ou não, ligações diárias pode ser uma decisão política.

O dimensionamento e tipologia da frota, pode ser também uma decisão política.

O facto de a frota ser insuficiente e estar obsoleta como nos cruzeiros, e ainda bem que temos os cruzeiros, ou no Expresso do Triângulo também resultou de decisão ou de indecisão política.

Os governos do PS deixaram desvalorizar os seus navios, até que estes deixassem de poder ter a sua navegabilidade original e pudessem fazer as rotas e as ligações que no início podiam fazer e agora já não podem e como tal são ferramentas que já não estão ao dispor da Região para acudir a esta situação extraordinária.

Ouvimos aqui o Governo e o PS a criticarem o PSD, mas também podiam criticar, por exemplo, Álamo Menezes e a Câmara de Angra. Querem que leia o parecer desta Câmara socialista? É que o parecer desta Câmara socialista é a peça política mais violenta quanto à decisão de cancelamento da linha lilás que está em jogo neste debate, portanto acho que era importante ter em atenção esse parecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Todas as entidades ouvidas em Comissão apoiaram o diploma e tivemos que assistir ao triste espetáculo de ver os Deputados do PS zangados com os inquiridos e a fazerem-lhes oposição, como aconteceu com o Deputado José Ávila perante o depoimento do representante dos empresários da Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os recursos devem ser utilizados para quando são precisos e aqui são precisos e as mudanças de estratégia também devem ser feitas quando são precisas.

Por fim, o Porto das Pipas não é uma obra qualquer, até por aquilo que já foi discutido no diploma anterior e não há hoje razão nenhuma que justifique tantos adiamentos com verbas cabimentadas em orçamentos regionais sucessivos para

que não seja feita a obra, a não ser a falta de vontade política do PS e dos seus governos.

A obra não foi feita porque os senhores não a quiseram fazer.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já vou acabar Sra. Presidente.

Mas já quiseram um piso policromático, já quiseram um parque de estacionamento com riscas amarelas em cima do piso policromático do Porto das Pipas, já quiseram um monte de pinhos de betão em cima de tudo isso. Gastos que davam ou para a rampa RO-RO, ou pelo menos para boa parte dela. Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados do PS, façam o favor agora de explicar esses argumentos e possivelmente o voto da vossa bancada a todas as entidades que de forma praticamente unânime se pronunciaram em Comissão a favor deste diploma do PSD.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A bancada do PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A inexistência de uma embarcação para substituir as ligações realizadas pelo mestre Simão resulta que ilhas como São Jorge e a Terceira estejam a ser prejudicadas nos mais diversos sectores.

Para além disso, todos sabemos que o modelo de transportes marítimos necessita de uma constante adaptação, que implica um regular

acompanhamento e avaliação das condições e sustentabilidade da operação, nomeadamente e neste caso porque é necessária uma alternativa que solucione esta suspensão, mesmo que temporária, da linha lilás, neste particular com um reforço das rotas aéreas.

Já em Abril de 2016 no seu X Congresso Regional o PCP aprovou a sua Resolução Política em que tal proposta ficou bem explícita.

Passados mais de dois anos sobre esta nossa proposta a mesma mantém-se porque se mantêm todos os seus pressupostos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reparemos na situação de São Jorge, em que frequentemente existem voos completos em termos de passageiros. Nestes casos sendo que a ligação de mar está condicionada devido à irregularidade da linha lilás, como se pode afirmar que a mobilidade é garantida? E o escoamento das cargas?

Se o caso de S. Jorge e nomeadamente da Calheta é elucidativo e exemplar em termos de isolamento no caso da Ilha Graciosa é absolutamente gritante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: Se analisarmos o número de “toques” efetuados nas ligações em causa podemos verificar que o número de “toques” reservados para estas ilhas diminuíram o que prejudica tanto a mobilidade como a troca de mercadorias, ou seja, o desenvolvimento da ilha fica em lista de espera.

Mas deixemos os números de toques para depois, sendo que o grosso da questão não está relacionado com o número de passagens, mas com a existência de barco.

Como podemos constatar o navio de substituição do Mestre Simão só estará finalizado num período superior a dois anos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A suspensão da linha Lilás foi uma decisão que o Governo considerava inevitável, mas, apesar disso, a sua reabertura para as épocas festivas já foi possível.

Refira-se que apesar de tudo, o esforço não foi compensatório, considerando que essas viagens foram lembradas e decididas à pressa, sem planeamento, mal anunciadas e promovidas. A decisão foi de prejudicar uns para iludir que ajudavam outros.

Aquilo a que vimos assistindo é novamente, vemos as portas dos açorianos a serem fechadas sem qualquer alternativa, sendo estes obrigados a entrar em longas listas de espera para terem acesso às Gateways da Terceira ou S. Miguel. Estamos a falar de diversas semanas em que tanto açorianos como os seus visitantes estavam em listas de espera para conseguirem viajar para o exterior da Região.

Considerando que o Governo Regional garante uma cooperação, coordenação e interligação entre os transportes marítimos e aéreos, podemos denotar que estas de fato não só não existem como nem está perto de atingir esse objetivo.

Reparemos na suspensão de linhas marítimas e na incapacidade de pôr em prática o prometido PIT (Plano Integrado de Transporte dos Açores). O começo tardio das obras da Rampa Ro-Ro da Calheta e o atraso na construção da rampa Ro-Ro de Angra do Heroísmo são fatores que já condicionam a operação para 2019.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso ainda existe?!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Para nós, PCP exige-se equilíbrio e coesão nas decisões governativas relativamente à mobilidade dos açorianos, uma interligação dos transportes marítimos e aéreos que seja equilibrada e justa para todas as ilhas.

Considerando um esquema a longo prazo que implica um investimento que poderá fomentar o desenvolvimento e que mais tarde resultará no lucro. Para

finalizar, esperamos que os dois anos para a construção do novo navio não se transforme em mais uma promessa irrealizada.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, quando pergunto pela articulação entre a SATA e a Atlânticoline, não me refiro se a Atlânticoline vende bilhetes da SATA e se a SATA vende bilhetes da Atlânticoline, refiro-me sim à articulação dos horários entre uma empresa e a outra.

Quanto à divulgação dos horários para o próximo ano da Atlânticoline, Sra. Secretária, refiro-me aos horários do ano completo, em especial na época alta e não só dos primeiros meses.

Sr. Deputado André Rodrigues, quando vi o seu gráfico tive mesmo pena da linha lilás não aparecer neste último ano e se apareceu foi irrisório, foi irrisório de certeza e perante as declarações da Sra. Secretária, o próximo ano continuaremos também sem aparecer neste gráfico que o Deputado André Rodrigues apresentou. É só.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta matéria significa um debate parlamentar repetido, no âmbito desta questão que tem a ver com as ligações ao grupo central e também com as ligações especialmente também à Ilha Graciosa e entre S. Jorge e a Terceira.

Eu devo dizer que o conjunto de problemas que foram identificados por esta câmara ao longo de todos estes anos, não foram resolvidos e de facto os

pareceres que foram produzidos em relação a esta mesma matéria, dão razão à iniciativa aqui apresentada por parte do PSD.

Devo dizer que em relação à iniciativa, fundamentalmente nos seus pontos resolutivos, depois de aqui terem disso discutidos e apresentados os diversos argumentos, devo dizer que o que se provou é que estas deficiências existem e o que se provou é que era necessário proceder a estas melhorias.

Por isso, da parte da Representação Parlamentar, o que nós temos a dizer é que nos revemos no conjunto de pressupostos que presidem a este Projeto de Resolução e que estamos de acordo que estes pressupostos significariam uma melhoria bastante significativa.

Nesse sentido, anuncio que o PPM votará favoravelmente esta iniciativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Face a toda a argumentação também já utilizada pelo PS para explicar o seu sentido de voto com o sentido de responsabilidade e o sentido de responsabilidade de também esclarecer a todos os açorianos o porquê de não concordar com a proposta, com o sentido de responsabilidade de quem retomou na Região Autónoma dos Açores, o transporte marítimo de passageiros, com a responsabilidade de quem nesta Região concretizou um conjunto de investimentos estruturantes em infraestruturas portuárias em todas as ilhas, que investiu em novos meios para melhorar o conforto e a segurança do transporte marítimo, com a responsabilidade de quem definiu e apostou num modelo de transportes assente em rampas RO-RO, que são verdadeiras pontes de ligação

das nossas ilhas, com os resultados que todos nós conhecemos, com a responsabilidade de também reconhecer que o caminho não foi feito sem percalços, Sr. Deputado Luís Rendeiro, é verdade, houve coisas que ao longo destes últimos tempos não correram como o PS queria, mas isso não impediu de reformularmos, de reagirmos e de continuarmos a contribuir para o futuro da Região Autónoma dos Açores e é com sentido de responsabilidade que os açorianos merecem e que após o acidente ponderamos todas as hipóteses na definição da operação para 2018, de forma responsável e equilibrada do ponto de vista técnico e financeiro, não põe em causa as nossas finanças públicas, o nosso plano de investimentos, mas que garante a contínua mobilidade dos açorianos entre as suas nove ilhas, consumindo os mesmos recursos financeiros. É assim que o PS estará também no futuro, a garantir um novo impulso com a reposição do barco Mestre Simão, com um novo barco e com o primeiro de dois novos navios de 110 metros.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Estaremos cá no futuro, Sr. Deputado Jorge Paiva, a voltar a retomar a operação da linha lilás e a contribuir para o futuro do concelho da Calheta e em especial da Ilha de S. Jorge.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votará a favor do Projeto de Resolução apresentado pelo PSD e salientar que pelas declarações aqui proferidas é pena mesmo que a linha lilás seja mais uma vez o parente pobre da Atlânticoline e de todos nós.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): José, não te metas nisso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já cá faltava!

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Luís Rendeiro já não tem tempo, portanto não lhe vou fazer pergunta nenhuma, mas vou ter que explicar uma coisa, o senhor disse que eu quase que me zangava com os convidados da Comissão de Economia. Isso não corresponde à verdade!

O que aconteceu foi que eu não concordei com algumas coisas que o senhor disse naquela Comissão e eu vou explicar porquê.

O Sr. Representante do Núcleo Empresarial, que foi assim apresentado, disse que falava em nome dessa entidade e ele disse que relativamente à linha lilás não sabia se o modelo era sustentável ou não.

Depois acrescentou que seria muito importante pelo menos um toque de dois em dois dias.

Ora bem, um toque de dois em dois dias são 15 toques por mês, portanto nós temos muito mais do que isso, nós temos 24 toques, por exemplo no mês de agosto, temos 23 toques no mês de julho...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é brincar com as estatísticas!

O Orador: ... o que quer dizer que nós estamos ainda muito mais acima do que quer o Núcleo Empresarial.

Digo mais, e o senhor nisto tem que me fazer justiça: o Deputado José Ávila, perguntou se o Núcleo Empresarial da Graciosa, conhecia o número de ligações previstas e a operação montada para este ano, que era este ano que nós estamos a falar, ao que respondeu o Representante do Núcleo, não tinha conhecimento das ligações efetuadas.

Ora bem, nós estávamos a falar e estávamos a inquirir uma pessoa que não tinha conhecimento dos horários e isto não é brigar com os amigos, isto não é brigar com as pessoas, nem com os convidados, isto é ser realista.

Portanto, fui a uma Comissão, tive que levantar estas questões porque quem vai pedir aquilo que nós já estamos a dar quase o dobro, convenhamos que não é razoável.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não, Sr. Deputado! Isso é o discurso que os deputados fazem entre si!

O Orador: E quando se vai falar numa questão que não se sabe como é que está a operação, também convenhamos que não é razoável, portanto isto é não concordar com o convidado, não é brigar com o convidado.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O PSD apresentou e votou favoravelmente este Projeto de Resolução porque ele era mais uma das matérias que emanam da vontade da sociedade civil da Terceira, da Graciosa e de S. Jorge, mas vou centrar-me agora no caso específico da Terceira porque foi mais uma das matérias que foi objeto de uma posição de unanimidade que uniu todos os partidos políticos com representação, em primeiro lugar, na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e depois mereceu também uma posição e uma manifestação forte de apoio do Conselho de Ilha da Terceira.

O PSD deu voz à população, deu voz a esse anseio, elaborou o Projeto de Resolução e trouxe-o aqui à votação nesta Casa, por isso esse Projeto de Resolução merecia também ter tido outro respeito e outra posição para com a Ilha Terceira, para com a Graciosa e para com S. Jorge, por parte dos Deputados do PS.

Portanto, é a vós, Srs. Deputados, que agora irá competir, explicarem o vosso sentido de voto também à sociedade civil, cujas pretensões negaram com o vosso voto neste diploma.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por acaso os Deputados da Terceira não falaram!

Deputado Mónica Rocha (PS): Aqui não há Deputados insulares!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O PS votou contra, responsabilmente, esta proposta apresentada pelo PSD e explicou muito bem nesta Casa o porquê: é inviável, é irresponsável e é incoerente.

E, sim, Sr. Deputado, nós teremos a responsabilidade todos os dias de explicar a todos os açorianos as opções governativas que temos e do Governo Regional do PS, para garantir que continuamos a ter uma Região financeiramente equilibrada, com respostas responsáveis, que garanta a coesão das nove ilhas dos Açores...

Deputado Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... referindo ainda também que foram dadas garantias que aquando da recuperação de todos os meios disponíveis da Atlânticoline, que esta operação será retomada, da mesma forma que nos acusam de suspendê-la, terão de reconhecer que fomos nós que a criamos em primeiro lugar e seremos nós que a iremos retomar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Está assim concluído este nosso ponto da Agenda.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE)**: Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental e 30 minutos.

Presidente: É regimental e também considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas, com o PTAP.

Eram 19 horas e 22 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante à sessão:

Partido Social Democrata (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Manuel Alberto da Silva Pereira

Susana Goulart Costa

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Transcrição efetuada por Noélia Escobar